

**Programa Nacional de Desenvolvimento  
Turístico de Salvador**

**PRODETUR SALVADOR**

**Contrato de Empréstimo Nº. 3682/OC-BR**

**PLANO DE CONVIVÊNCIA COM AS OBRAS DA  
AVENIDA SETE DE SETEMBRO**

**PCCO – Av. 7 SETEMBRO e Praça Castro Alves**

**PROJETO EXECUTIVO**

Junho 2019

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**

Prefeito: Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**

Secretário: Claudio Tinoco Melo de Oliveira

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

Secretário: Felipe Lucas de Lima e Silva

**Diretor de Serviços Públicos**

Diretor: Adriano da Silva Silveira

**FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA**

Presidente: Tânia Scofield Almeida

**Unidade de Coordenação do Programa – UCP Prodetur Salvador**

Aila Levindo Pedreira Britto – Coordenadora Geral

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

Ana Beatriz Esteves

Juliana Bettini Vicente

Santiago Olmos

**Autora PCCO – Plano de Convivência com as Obras da Avenida 7 de Setembro**

Eng. Soraya Melgaço

## Sumário

1.	APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO .....	5
2.	PRODETUR – O Programa .....	10
3.	POR QUE ATUAR NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO? .....	12
4.	AVENIDA SETE DE SETEMBRO – OCUPAÇÃO E ANTECEDENTES .....	18
5.	AVENIDA SETE DE SETEMBRO – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO .....	24
5.1	TIPOLOGIA DE USO DO SOLO .....	24
5.2	PERFIL DO COMÉRCIO LOCAL .....	25
5.3	PERFIL DO COMÉRCIO INFORMAL E DOS AMBULANTES .....	25
5.3.1	PERFIL DO AMBULANTE POR SEXO .....	26
5.3.2	PERFIL DO AMBULANTE POR CATEGORIA .....	33
5.3.3	REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES INFORMAIS .....	46
5.4	PERFIL DO COMÉRCIO FORMAL .....	48
5.4.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS LOJISTAS E DE SUAS ATIVIDADES .....	49
5.4.2	REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES FORMAIS .....	65
6.	AVENIDA SETE DE SETEMBRO – PORTFÓLIO DE INTERVENÇÕES .....	67
7.	CONTROLE DO TERRITÓRIO .....	70
8.	DIRETRIZES DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO .....	73
9.	MARCO LEGAL .....	75
10.	SITUAÇÃO DE AFETAÇÃO .....	77
10.1	JUSTIFICATIVA .....	77
10.2	POLIGONAL DE AFETAÇÃO E LINHA DE CORTE OU DE BASE .....	77
10.3	CATEGORIAS DE AFETADOS .....	78
10.4	NÚMERO DE AFETADOS – CATEGORIA AMBULANTES .....	79
11.	PERFIL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO .....	81
12.	POLÍTICA DE ATENDIMENTO .....	88
12.1	POLÍTICA DE ATENDIMENTO – CONCEITO .....	88
12.2	MATRIZ DE IMPACTO .....	88
12.3	REQUISITOS PARA SER ELEGÍVEL PELO PROGRAMA .....	90
12.4	PROCESSO DE LICENCIAMENTO .....	90
12.5	AÇÕES DE MITIGAÇÃO .....	91
12.6	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO / COMPENSAÇÃO .....	93
12.7	BOAS PRÁTICAS .....	104
12.8	NÃO ADESAO .....	105
12.8.1	Situação 1: Ambulante cadastrado e não localizado .....	105
12.8.2	Situação 2: Ambulante cadastrado e que não deseja aderir ao Programa .....	106
12.9	ATENÇÃO À POPULAÇÃO VULNERÁVEL .....	106
12.10	MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELO EXECUTOR DA OBRA .....	107
12.11	ADESAO AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....	108
13.	CONTROLE DO TERRITÓRIO PÓS-OBRA .....	110
14.	DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	111
14.1	ATOES SOCIAIS .....	111
14.2	MECANISMOS DE RECLAMOS .....	112
14.3	DA DIVULGAÇÃO DO SISTEMA DE RECLAMOS .....	113
14.4	OUVIDORIA .....	114
15.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EX-POST .....	116
16.	MATRIZ INSTITUCIONAL .....	119
17.	CRONOGRAMA .....	120
17.1	Ações Pré-Obra – Trecho 1 .....	122
17.2	Ações Pré-Obra – Para os Demais Trechos .....	123

## ANEXOS

Anexo 1- Formulário da Pesquisa - Vendedores Ambulantes

Anexo 2 - Formulário da Pesquisa – Lojistas

Anexo 3 - Reunião com as Lideranças dos Ambulantes - dia 10/11/2017

Anexo 4 - Reunião com os Lojistas da Avenida Sete de Setembro - dia 13/12/2017 - sede CDL

Anexo 5 – TAC

Anexo 6 - Decreto no 12.016 de 12998 que dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências

Anexo 7 - Portaria SEMOB Nº 16 DE 06/02/2017 - *Dispõe sobre o exercício de atividades do comércio informal em logradouros públicos, durante o Carnaval 2017 na cidade de Salvador, e dá outras providências.*

Anexo 8 - 14 de agosto de 2017, 19:00 - Prefeitura debate projeto da Av. Sete com comerciantes locais (Texto obtido no site: <http://www.politicalivre.com.br/2017/08/prefeitura-debate-projeto-da-av-sete-com-comerciantes-locais/>)

Anexo 9 – Lições Aprendidas -Relocação da Avenida Sete de Setembro



## 1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho constitui parte integrante dos Estudos e Projetos do PRODETUR SALVADOR - Programa Nacional de Desenvolvimento Turístico de Salvador e apresenta o Plano de Convivência com as Obras da Avenida Sete de Setembro e Praça Castro Alves – Projeto Executivo, PCCO - Executivo.

A Prefeitura Municipal de Salvador vem realizando ações em conjunto ao Banco Interamericano – BID destinada à implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Turístico de Salvador - PRODETUR SALVADOR – Contrato de Empréstimo Nº 3682/OC-BR.

O PRODETUR SALVADOR tem por objetivo promover o desenvolvimento do turismo a fim de incrementar o ingresso e o emprego formal para a população de Salvador, com ênfase na cultura local e nos afro-brasileiros.

As iniciativas do PRODETUR estão divididas em 4 Componentes, a saber:

- Produto Turístico e Socialmente Inclusivo
- Comercialização Turística
- Fortalecimento Institucional
- Gestão Ambiental

Vale destacar, que no Componente Produto Turístico e Socialmente Inclusivo está prevista a consolidação do centro antigo de Salvador como polo de atratividade para o turismo, mediante a conservação e manutenção do patrimônio material e imaterial, melhorias da infraestrutura local, dinamização dos espaços e conectividade com outras áreas da cidade. Foram também identificadas as áreas com potencial turístico substancial, e definidas como prioritárias neste programa: (i) Centro Antigo/Barra/Ondina (ampliado com a inclusão de um trecho maior da Liberdade/Curuzu e da Avenida Sete de Setembro); (ii) Costa Atlântica Norte, (iii) Farol da Barra até o final da Praia do Flamengo e iv) Rio Vermelho.

Dentre as intervenções a serem realizadas pelo PRODETUR Salvador se destacam as obras de requalificação da Avenida Sete de Setembro que implicarão no deslocamento do comércio ambulante e poderão impactar o comércio / serviços existentes ao longo da avenida.

O Banco Interamericano (BID) determina que toda operação de crédito para projetos envolvendo desapropriação de imóveis, deslocamento de população e atividades econômicas deve contar com um plano para tratamento do tema (OP 710).

Numa fase precoce do Programa a Prefeitura Municipal de Salvador elaborou o Plano de Convivência com as Obras da Avenida Sete de Setembro – PCCO” – que descreve os possíveis impactos a serem ocasionados pelas intervenções sob a ótica da OP710 do BID e propõe soluções de mitigação e compensação.

O PCCO analisou os riscos potenciais sobre o comércio ambulante e formal ocasionados pelo Programa e buscou estabelecer mecanismos que possibilitem:

- Minimizar os efeitos socioeconômicos adversos e a potencialização de oportunidades favoráveis geradas pela implantação da obra evitando a geração de passivo social manifesto no desaparecimento de postos de trabalho e geração de renda em conformidade com a Política de Salvaguardas do BID – em especial a OP-710 e o marco legal brasileiro vigente.

O PCCO, contou à época de sua elaboração com dados fornecidos pela SEMOP e em novembro de 2017 realizou contagem qualificada dos ambulantes, os dados obtidos desta contagem possibilitaram estimar o número de ambulantes e traçar o seu perfil socioeconômico.

O CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador forneceu informações de seu cadastro sobre os lojistas o que possibilitou conhecer as características do comércio local.

A elaboração do Plano de Convivência com as Obras da Avenida Sete de Setembro – PCCO, também foi respaldada por vários estudos realizados, dentre eles citam-se os seguintes:

- Programa Nacional de Desarrollo Turístico de Salvador PRODETUR Salvador – BR-L1412 – Perfil de Proyecto
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – PRODETUR SALVADOR – elaborado pela Fundação Escola de Administração da UFBA
- Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR elaborado pela empresa HIGESA em agosto de 2015

Além destes dados, reuniões foram realizadas tanto com as lideranças dos ambulantes quanto com as dos lojistas. Estas reuniões foram muito ricas – pois informações, esclarecimentos e sugestões foram repassadas sempre num ambiente muito cooperativo, pois é entendimento de todos os atores que as obras na Avenida Sete de Setembro são muito bem-vindas e necessárias.

O PCCO elaborado cumpriu sua função de determinar os impactos e suas respectivas ordem de grandeza, temporalidade e reversibilidade e de apontar as possíveis medidas a serem adotadas (soluções) para mitigação e compensação.

Importante dizer, que o PCCO foi amplamente discutido com as lideranças dos ambulantes, dos lojistas, e submetido à apreciação do BID para Não Objeção.

No entanto, sabe-se que quando há deslocamento de população e/ou interrupção de atividades produtivas é imperioso que se tenha um censo de todos os afetados, que se determine a linha de corte do censo e só após o domínio destes dados é possível produzir um Plano na sua versão executiva.

Logo, o passo seguinte dado pela Prefeitura de Salvador através da SECULT foi a execução do Censo dos Ambulantes atuantes ao longo da Avenida Sete de setembro no trecho entre a Casa de Itália e a Praça Castro Alves – inclusive.

A realização deste Censo demandou muitas reuniões entre os diversos órgãos da Prefeitura, especialistas no tema para definir o território a ser cadastrado, o formulário a ser utilizado, a estratégia de aplicação do Censo e por fim, a forma de abordagem do entrevistado ao se aplicar o Censo – estes aspectos estão descritos no Anexo 1- Censo do Comércio Informal e dos Ambulantes Metodologia – deste documento e os resultados apresentados no Capítulo 10.

De posse dos dados do Censo e do PCCO a Prefeitura de Salvador passou a construir o PCCO – Executivo que foi devidamente apresentado e discutido com as lideranças dos ambulantes, dos lojistas, e submetido ao BID para Não Objeção.

O PPCO Executivo enquanto instrumento estratégico de gestão estabelece objetivos, metas, diretrizes, normas e procedimentos para tratamento dos eventos de realocação das atividades econômicas que ocorrerão ao longo da Avenida Sete de Setembro.

O PCCO Executivo está organizado em três partes e buscou ter completude, de forma que a partir de sua aprovação torna-se o instrumento único de referência para o tema:

A Parte 1, denominada QUADRO DE REFERÊNCIA apresentado nos capítulos 1 a 6 deste documento, focaliza: (i) uma breve descrição do PRODETUR Salvador; (ii) descrição do território de intervenção; (iii) proposta de intervenção; (iv) ações de controle do território; (v) apresentação das diretrizes e fundamentos do tema do remanejamento de atividades econômicas no âmbito do PRODETUR; (vi) Marco Legal de referência para implantação do processo de remanejamento como proposto neste Plano; A Parte 2, intitulada PAUTAS PARA CONVIVÊNCIA COM AS OBRAS E REINSERÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS focaliza os seguintes temas: (i) situação de afetação e categorias de afetados; (ii) perfil das atividades econômicas afetadas; (iii) política de atendimento; (iv) participação comunitária; (viii) monitoramento e avaliação ex-post.

A Parte 3, é dedicada aos seguintes temas: (i) matriz institucional; e (iii) cronograma.

## **PARTE 1 – QUADRO DE REFERÊNCIA**

## 2. PRODETUR – O Programa

O PRODETUR SALVADOR tem por objetivo promover o desenvolvimento do turismo a fim de incrementar o ingresso e o emprego formal para a população de Salvador, com ênfase na cultura local e nos afro-brasileiros.

As iniciativas do PRODETUR estão divididas em 4 Componentes, a saber:

- Produto Turístico e Socialmente Inclusivo - estão inclusas obras nos trechos de orla Stella Maris/Praia do Flamengo/ Ipitanga e Barra/Ondina, além da requalificação da Avenida Sete de Setembro e a implantação do Museu da História de Salvador/Arquivo Público Municipal, além do desenvolvimento e implementação de Plano de Ação para criar oportunidades e produtos de turismo étnico-afro-brasileiro.
- Comercialização Turística - elaboração de plano estratégico de Marketing Turístico de Salvador, e implementação de planos operativos anuais de Marketing Turístico com base no plano a ser elaborado
- Fortalecimento Institucional - inclui a elaboração e implantação de Plano de Fortalecimento Municipal em planejamento e gestão turística. Envolve o Observatório do Turismo, com fortalecimento da estrutura de pesquisa e monitoramento do setor além da elaboração e implementação dos planos operativos anuais de fortalecimento para desenvolvimento de parcerias público-privadas (PPP's) para projetos turísticos implementados. Outras iniciativas são a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável das Ilhas; elaboração e implantação de Sistema Interativo de Comunicação com o turista; e restauração e implantação de Centros de Atendimento ao Turista com novos equipamentos instalados.

- Gestão Ambiental – Elaboração dos planos de Mitigação e Adaptação às mudanças climáticas na cidade, assim como o Plano de Gerenciamento Costeiro de Salvador – este último já em andamento. As medidas envolvem ainda o repovoamento, com vegetação nativa, de áreas protegidas e/ou de especial valor natural da Costa Atlântica Norte com selo de qualidade ambiental, assim como a elaboração de regulamentos municipais para licenciamento e fiscalização ambiental, e implementação do sistema de indicadores e monitoramento social e ambiental do turismo em Salvador.  
Prevê à instalação de contêineres subterrâneos para coleta de lixo nas três áreas turísticas do programa; realização de campanha de educação; e assistência técnica para cooperativas de material reciclável.

### 3. POR QUE ATUAR NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO?

A Avenida Sete de Setembro, comumente abreviada para Avenida Sete, é uma das principais e mais tradicionais vias urbanas do município de Salvador. É palco de acontecimentos de grande público, a exemplo do carnaval, e local de marcos arquitetônicos importantes, abrigando museus, igrejas, escolas e hotéis ao longo dos seus 4,6 quilômetros de extensão (a obra prevista será em parte da via – 1,4 km), conectando o núcleo urbano surgido nos séculos XIX e XX ao centro histórico da cidade, de origens coloniais.

O trecho da intervenção abriga importantes atrativos históricos / culturais, a exemplo do:

- Palácio da Aclamação
- Passeio Público
- Teatro Vila Velha
- Instituto Histórico e Geográfico da Bahia
- Relógio de São Pedro
- Mosteiro de São Bento



Instituto Geográfico e Histórico da Bahia<sup>1</sup>



Relógio de São Pedro

<sup>1</sup> Foto obtida no <http://www.ighb.org.br/>





### Mosteiro de São Bento (40)

- O Mosteiro de São Bento da Bahia é o primeiro mosteiro beneditino das Américas, fundado em 1582.
- Sua biblioteca guarda milhares de obras raras e seu belíssimo coral parece mesmo divino.
- Seu acervo sacro é imenso e magnífico.
- O primeiro prédio do mosteiro de São Bento, em Salvador, foi construído no final do século 16. O atual, foi iniciado na segunda metade do século 17.
- Em 1982, a igreja do Mosteiro foi elevada à condição de Basílica Menor de São Sebastião pelo Papa João Paulo II.



### Savoy (38)

- Fundada em 1975;
- Tradicional lanchonete do bairro;



## CLUBE COMERCIAL (22)

- Fundada em 1976;
- Clube de dança que oferece aulas de dança de salão;
- Público alvo são pessoas acima dos 40 anos;



## HOTEL IMPERIAL (17)

- Fundada em 1976;
- Clube de dança que oferece aulas de dança de salão;
- Público alvo são pessoas acima dos 40 anos;

**LEGENDA:**

- 01 SEABRE
- 02 HOTEL OLÍBIO
- 03 ARCANJA SANDALINA DE COURO
- 04 BANCA DE REVISTA
- 05 PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 06 KOREIA / ESCOLA E FACULDADE MAURICIO DE NASCIMENTO
- 07 LOJA DE ROUPA INDIANA
- 08 BANCO BRASESCO
- 09 BANCO SANTANDER
- 10 BANCO CAIXA ECONOMICA
- 11 MIMA INDIA
- 12 BOTEQUIM LUGAR COMUM
- 13 N.L. PÉ - DR. SHIRES
- 14 JOSEFA DO ROSÁRIO
- 15 LARDO DO ROSÁRIO
- 16 BANCO HSBC
- 17 HOTEL IMPERIAL
- 18 BANCO BRASESCO
- 19 LOJA CASAS BAHIA
- 20 KOREIA DO SÃO PEDRO E CAFETERIA
- 21 LOJA MARCO ENQUADRA
- 22 CLUBES COMERCIAL
- 23 GABINETE PORTUGUÊS DE LETURA
- 24 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
- 25 BANCO DO BRASIL
- 26 BECO DO MANGABEIRO
- 27 BECO DA LAMA
- 28 HOTEL CAPIM
- 29 BARRIL LIXO
- 30 FLOR DO LARDO
- 31 CENTRO DE ESTUDOS AFRO ORIENTAIS
- 32 MUTANTES DISCO DE VINIL
- 33 RUA DA FORÇA
- 34 BARRIL MEMÓRIA
- 35 RUA DO CABEÇA
- 36 PADARIA BOLA VERDE
- 37 RESTAURANTE CAIXA
- 38 LANCHINETE SAUDY
- 39 BECO DA MARIANA PAZ
- 40 MONASTÉRIO DE SÃO BENTO
- 41 Pousada SÃO BENTO

Observa-se que a intervenção proposta pretende contribuir não só com a melhoria física do espaço, como também indiretamente impactando nos negócios ali instalados para atender também a atividade do setor de turismo, transformando esta via num “convite” ao pedestre estender a sua visita ao centro histórico de Salvador.



Segundo o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 pode-se verificar uma constante evolução nas ocupações formais em atividades características do turismo, com taxa de crescimento acima do PIB, de 8,36% de 2010 sobre 2009 e de 4,6% de 2011 sobre 2010. Logo, ações desta natureza podem contribuir para a elevação nas ocupações formais em atividades voltadas para o turismo, bem como incrementar o PIB.

Tal ação também se justifica pela possibilidade de poder contribuir diretamente para a geração de novos empregos e a melhoria do padrão do comércio existente, além da valorização do acervo cultural no local garantindo ambas as suas qualidades: estética e funcional.





As obras propostas objetivam nova pavimentação da via de tráfego, alargamento de um dos lados da calçada, passando 2,5 m para 5 m, novo sistema de iluminação, criação de uma vala técnica para uso das empresas de telecomunicações, paisagismo, dentre outras que vão facilitar a mobilidade do pedestre, valorizando o uso da nova via.



As ações elencadas visam aumentar a atratividade do local como centro de compras e convivência, com a instalação ainda de novo mobiliário urbano, garantindo mais conforto aos pedestres.



A poligonal de intervenção, com área de 33.800 m<sup>2</sup>, abrange toda a extensão da Avenida Sete de Setembro, iniciando-se no cruzamento desta com a Praça da Aclamação e seguindo até a Praça Castro Alves - inclusive, onde se limita com a poligonal do tombamento pela UNESCO, transformando

o Centro Histórico de Salvador em Patrimônio da Humanidade, ocupadas desde o período colonial, inicialmente localizando-se intramuros, e depois estendida pelo processo de expansão urbana a partir do século XVII.

Desta forma se justifica a realização das obras de requalificação da Avenida Sete, por um lado, devido ao estado atual da referida via, com má qualidade de seu revestimento de pavimentação, barreiras para a livre circulação dos pedestres, poluída visualmente pelo grande número de cabos aéreos, difícil ordenamento do trânsito, considerando tanto a travessia nas esquinas como as áreas destinadas aos estacionamentos.

**Interferência na paisagem urbana  
– cabos aéreos**



**Uso das pistas de rolamento pelos pedestres  
devido à insuficiência da área de calçadas**



Por outro lado, vislumbra-se a preservação de uma das mais tradicionais avenidas de Salvador, cujo traçado é testemunha da ocupação

e expansão urbana da cidade alta e das primeiras reformas urbanas do século XX.

A Avenida Sete é, portanto, um local que conserva memórias da cidade, em seus aspectos simbólicos, materiais e funcionais.

#### 4. AVENIDA SETE DE SETEMBRO – OCUPAÇÃO E ANTECEDENTES

A Avenida Sete de Setembro, mais conhecida como Avenida Sete é uma importante via urbana da cidade de Salvador – palco de inúmeros acontecimentos históricos além de sítio igrejas, escolas, museus, além de se constituir num importante acesso ao Pelourinho – centro histórico da cidade.

Possui uma ocupação muito rica tanto em uso quanto em porte, ao longo de sua via situam inúmeras agências bancárias, agência do INSS, comércio varejista formal e informal, instituições prestadoras de serviços – clínicas médicas e odontológicas, escolas do fundamental ao superior.

A Avenida Sete possui 4,6 Km de extensão e pode ser dividida em 3 tramos: o distrito de São Pedro, distrito da Vitória e o distrito da Barra, cada um desses espaços com enormes diferenças socioeconômicas e paisagísticas entre si.

O Programa irá atuar no distrito de São Pedro – 1,2 Km de extensão e que se inicia na Casa de Itália e vai até a Praça Castro Alves – trecho onde o uso predominante é comercial e de serviços. É também neste trecho, que durante os festejos de carnaval a avenida se integra ao denominado “Circuito Avenida”, que engloba em um mesmo percurso a Praça Castro Alves e a rua Carlos Gomes, no seu entorno.

Importante dizer da presença da Estação Metroviária da Lapa que ocupa o mesmo espaço da Estação de Transbordo da Lapa, a maior de Salvador que se destina aos ônibus urbanos e metropolitanos - cerca de 430 mil pessoas circulam pela Estação diariamente e localiza-se nas imediações da Avenida Sete de Setembro.

No entorno da Estação existem dois shoppings centers – com estrutura mais antiga e menores comparados aos construídos na cidade em data mais recente.

A presença da Estação e dos shoppings atraem um maior número de pessoas circulando pela Avenida Sete.

Outro uso também situado nas proximidades da Avenida Sete que atrai um grande número de pessoas é a presença das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Salvador e dos órgãos que compõem estes Poderes.



## • Comércio Formal

A CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas possui um cadastro do comércio formal da avenida no trecho de atuação onde pode se identificar a existência de 243 associados.

De posse desta relação foi realizado um estudo de agrupamento por categorias de negócios de forma a analisar o peso da presença de cada atividade ao longo da Avenida Sete de Setembro. Deste estudo resultou o quadro a seguir:

Comércio	Quantidade	%	% Agrupado
Grande Redes	9	3,70	3,70
Moda Feminina / Masculina / Infantil / Em Geral	47	19,34	35,39
Tecidos / Cama, Mesa E Banho / Decoração	15	6,17	
Confecções Em Geral	24	9,88	
Joalherias E Bijuterias	29	11,93	20,16
Ótica	20	8,23	
Livraria e Papelaria	9	3,70	7,82
Informática, Celulares e Cine Foto	10	4,12	
Móveis	5	2,06	2,06
Comércio Varejista	7	2,88	2,88
Perfumaria e Cosméticos	4	1,65	6,17
Comércio de Presentes e Produtos Importados	11	4,53	
Material Médico e Odontológico	3	1,23	2,06
Farmácia	2	0,82	
Lanchonetes e Restaurantes	3	1,23	1,23
<b>Serviços</b>			
Salão de Beleza	9	3,70	12,76
Empréstimos	7	2,88	
Prestação de Serviços Elétricos e Hidráulicos / Contabilidade / Recepção / Em Geral	15	6,17	
<b>Diversos</b>			
Diversos	14	5,76	5,76
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## • Comércio Informal 2

Em Salvador, são vários os tipos de atividades informais: vendedores ambulantes, camelôs, feirantes, guardadores e lavadores de carros, baianas de acarajé, vendedores de doces, mingaus e outras guloseimas, entre outras etc. Na área dos serviços são exemplos: pedreiros, encanadores, pintores, eletricitas, jardineiros, mecânicos de carros, etc.

Por outro lado, o comércio informal e irregular dos camelôs ou vendedores ambulantes é diferente dos vendedores ambulantes registrados ou autorizados pelo poder público a vender pipocas, sorvetes, água de coco,

<sup>2</sup> Texto obtido no documento Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento do Turismo de Salvador – PRDETUR Salvador – PD-03-060-AMB-15 de Agosto de 2015.

milho cozido, acarajé, mate gelado, entre outros produtos, nas ruas, praias e praças esportivas e nas festas populares.

Na verdade, vendedores ambulantes podem ser encontrados em todas as cidades do mundo, mas a expansão desordenada desse grupo de trabalhadores em uma cidade pode, de certo modo, reduzir os níveis de emprego e de renda formal, além de criar dificuldades na locomoção dos pedestres, acidentes de trânsito, piora das condições de higiene, de segurança e de limpeza pública.

De acordo com a SEMOP – Secretaria Municipal de Ordem Pública existem em Salvador, aproximadamente, 12.000 trabalhadores ambulantes licenciados de um total de 36.000 trabalhadores. Nas datas comemorativas - como o Natal e outras festas, esse número varia com a vinda de comerciantes de outras cidades do estado, podendo alcançar 40.000. A maior concentração dos trabalhadores ambulantes em Salvador está na avenida Sete de Setembro, Liberdade, Calçada, Cajazeiras e nas passarelas da cidade, informa a prefeitura.

O Sindicato dos Vendedores Ambulantes da Cidade de Salvador (Sidvan) possui o registro de 26.0000 vendedores ambulantes abrangendo todas as áreas dessa atividade, inclusive feirantes. O mesmo sindicato afirmou ainda a existência de alguns milhares de outros que ainda não são licenciados.

Vale assinalar que, pelos números apresentados, essa atividade, embora muitas vezes irregular, é importante para a economia da cidade do Salvador, sobretudo, pelo fato de permitir o acesso de segmentos sociais de menor poder de compra a produtos produzidos na sociedade como, por exemplo, chapéus, roupas, sapatos, eletrônicos, utensílios domésticos, material de informática, bijuterias, alimentação, bebidas, doces, salgados, acessórios masculinos e femininos, bilhetes de ônibus, entre outros milhares de produtos consumidos diariamente pela população.

O comércio de rua permite que milhares de famílias possam dispor de uma renda para permitir-lhes a subsistência e manutenção familiar nos centros urbanos. Em Salvador, por ter sido a primeira capital da colônia, o comércio realizado nas ruas é uma atividade histórica. Escravos libertos ou de ganhos, mestiços, brancos pobres, entre outros segmentos da sociedade



brasileira, já exerciam essa atividade desde o início do processo de colonização.

O volume das atividades econômicas de comércio de rua é reflexo direto da situação econômica da cidade. Em períodos de expansão econômica, observa-se uma estabilização da atividade, ou até mesmo uma pequena retração. Já nos períodos de recessão econômica e, conseqüentemente, aumento da taxa de desemprego, a atividade se expande com muita rapidez. Com a crise econômica iniciada no segundo semestre de 2014 no país e se prolongando até o momento, o número de trabalhadores na área do comércio ambulante cresce significativamente.

A partir das informações da SEMOP estima-se que em 2015 cerca de 2,3% da População Economicamente Ativa (PEA) da cidade do Salvador, ou seja, aproximadamente 36.000, pessoas desenvolvem atividades econômicas de comércio de rua.

- **Antecedentes<sup>3</sup>**

- ✓ **Ministério Público da Bahia<sup>4</sup>**

Em janeiro de 2013, o Ministério Público da Bahia (MP-BA) recomendou à Prefeitura de Salvador a adoção de providências para ordenar o comércio ambulante na capital baiana. A recomendação foi pelo Núcleo de Direitos Humanos do MP-BA.

“Em março de 2013, o MP-BA participou da quinta reunião realizada com representantes da Prefeitura Municipal e das associações de ambulantes da Avenida Sete de Setembro. O objetivo do encontro foi a discussão do projeto que vai estruturar o comércio informal no centro da cidade. “Entendemos que os ambulantes devem ser previamente licenciados na prefeitura para atuarem em locais determinados no centro, melhorando o trânsito das pessoas no local. Além disso, devemos intensificar a fiscalização para evitar a comercialização de produtos piratas e impróprios para o consumo”, destacou o coordenador do Ceacon.

A reunião contou ainda com a presença de representantes do Sebrae, que está promovendo a qualificação técnica dos trabalhadores, e da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), autarquia ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur), que está elaborando o

<sup>3</sup>Texto obtido no site da Prefeitura: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/48452-centenaria-avenida-sete-ganhara-nova-etapa-de-requalificacao-urbanistica>

<sup>4</sup>Texto obtido no site do Ministério Público: <https://www.mpba.mp.br/noticia/27900>

projeto estrutural de requalificação do espaço público no centro. De acordo com o MP-BA trata-se de um projeto piloto de reordenamento da Avenida Sete, onde serão identificados os espaços públicos que poderão ser ocupados pelos ambulantes, facilitando a circulação entre as barracas e a limpeza do local. “Cabe ao MP, por meio do Ceacon, atuar junto ao Poder Público municipal, para que sejam identificados os ambulantes que continuarem recalcitrantes, comercializando produtos ilegais e impróprios para o consumo”, afirmou.”

#### • Processo de Requalificação

O processo de requalificação da Avenida Sete de Setembro foi iniciado pela Prefeitura em 2013, com o ordenamento do comércio informal e a recuperação de transversais para atuação de cerca de mil ambulantes. Com processo coordenado por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), projeto urbanístico desenvolvido pela FMLF e obras realizadas em parceria entre a Secretaria Municipal de Manutenção (Seman) e Superintendência de Conservação e Obras Públicas (Sucop), a ação foi fruto de diversas reuniões realizadas com representantes de associações de vendedores ambulantes, que fizeram sugestões e validaram o projeto municipal.

Nessa primeira fase, dentre os locais beneficiados estiveram o Beco Maria Paz, Rua do Mocambinho, Rua Portão da Piedade, Rua Coqueiros da Piedade, Rua 24 de Fevereiro, Praça Carneiro Ribeiro, Largo do Rosário e Rua do Cabeça. As vias receberam nova drenagem, pavimentação com piso intertravado, cobertura, iluminação, paisagismo e equipamentos padronizados para os ambulantes licenciados.

Em seguida, foi a vez da Rua Nova de São Bento e das praças de São Bento e Barão do Rio Branco, incluindo a recuperação dos monumentos Barão de Rio Branco e Relógio de São Pedro, passarem por requalificação e ordenamento do comércio informal. As ações contaram com revitalização dos pisos em pedra portuguesa, iluminação, novo sistema de drenagem, bancos para jogos de damas e paisagismo com direito a plantio de mudas de ipês e oitis – vegetação que historicamente faz parte do local. A reforma dos monumentos foi realizada pela Fundação Gregório de Mattos (FGM).

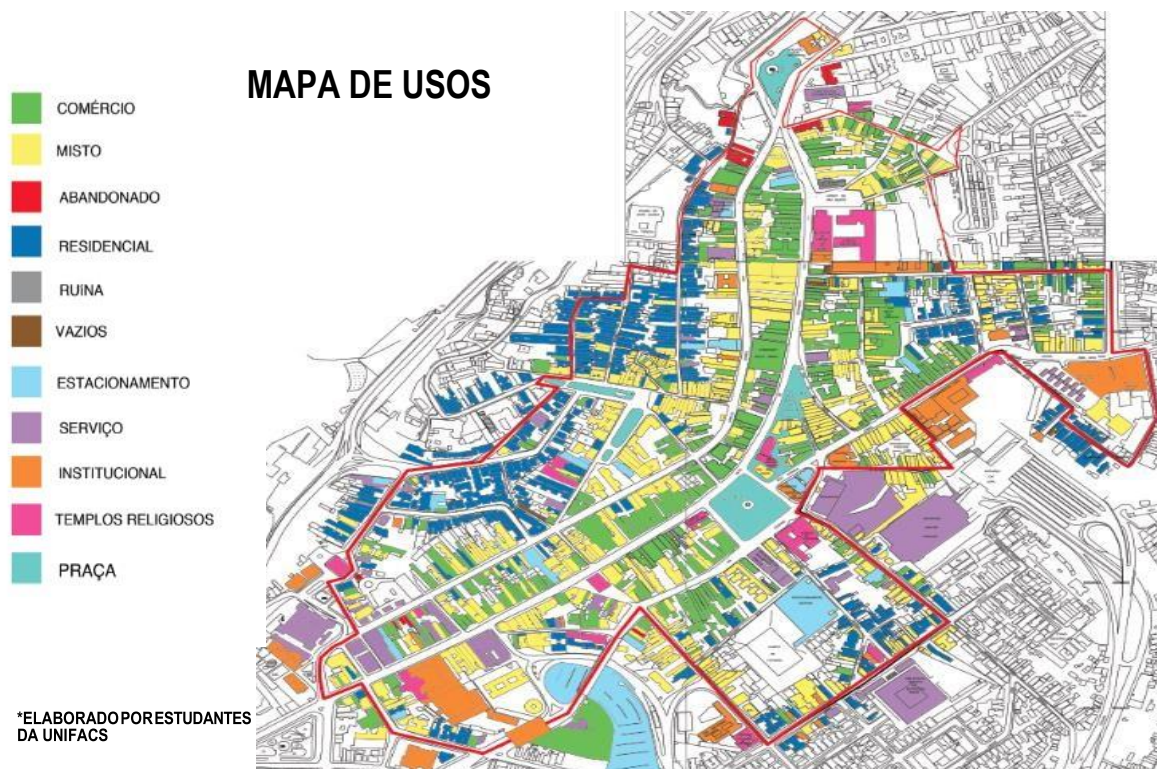
Diante do sucesso da ação inicial de requalificação da Avenida Sete e ordenamento do comércio informal, o projeto ganhou corpo e se tornou

mais amplo, passando a ser chamado de Território Empreendedor. Coordenado pela Semop e com parceria do Sebrae, Câmara de Diretores Lojistas (CDL-BA) e Senac, tem como intuito a promoção da economia local com benefícios para comerciantes, clientes e moradores, proporcionando melhores condições para o maior comércio de rua da capital baiana.

## 5. AVENIDA SETE DE SETEMBRO – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### 5.1 TIPOLOGIA DE USO DO SOLO

O mapa a seguir apresenta a tipologia de ocupação dos solos.



O mapa mostra com grande evidência a predominância do uso comercial seguido pelo misto e o de serviços.

A CDL informa que na avenida Sete de Setembro existem cerca de:

- 3800 pontos comerciais sendo que 600 são lojas os outros 3200 são pontos de serviços que dão vida ao comércio local (escolas / faculdades / cursos preparatórios / serviços médicos e odontológicos / agências bancárias / agências públicas como a do INSS) e
- 600.000 pessoas circulam diariamente avenida, destas 400.000 utilizam o metro (dados do Metrô) e as 200.000 restantes transporte público e/ou particular.

## 5.2 PERFIL DO COMÉRCIO LOCAL

O PCCO realizou o estudo as atividades econômicas formais e informais desenvolvidas na área de intervenção do Programa - Avenida Sete de Setembro do trecho situado entre a Casa da Itália até a Praça Castro Alves - inclusive.

### ✓ Identificação do território de intervenção – poligonal de afetação

O território de intervenção do Programa se restringe à Avenida Sete de Setembro do trecho situado entre a Casa da Itália até Praça Castro Alves – inclusive, pista de rolamento e as calçadas, ou seja, de testada a testada dos lotes, segundo informações da UCP e SEINFRA.

As ruas transversais – para onde foram instalados o comércio ambulante licenciado pela Prefeitura, nos anos de 2014/2015, não são território de intervenção do Programa.

## 5.3 PERFIL DO COMÉRCIO INFORMAL E DOS AMBULANTES

O Censo do comércio informal e dos ambulantes na Avenida Sete no trecho da intervenção do Prodetur foi realizado no mês de agosto de 2018 e a metodologia e procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Salvador estão apresentados no anexo 1- deste documento.

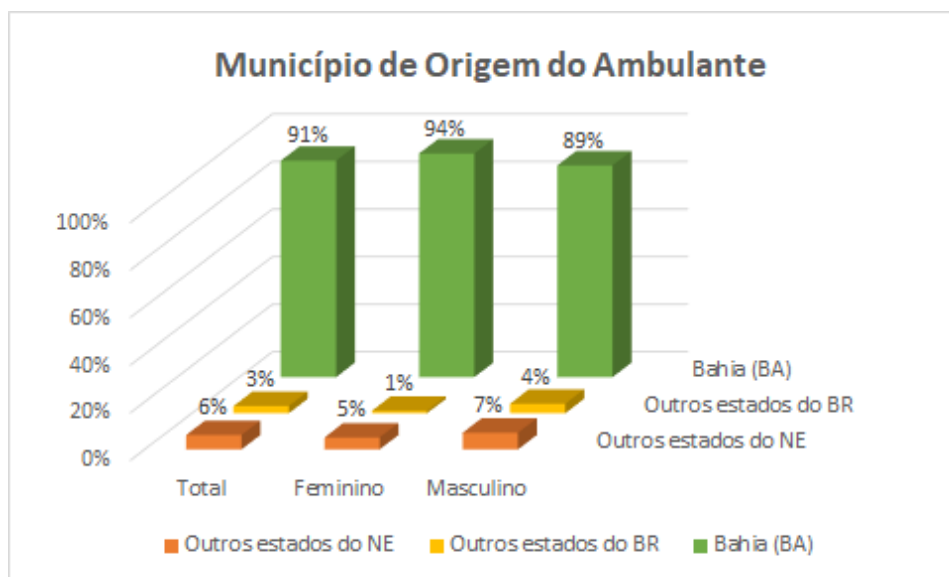
Foram aplicados 597 formulários – todos dentro do perfil estabelecido na unidade de pesquisa.



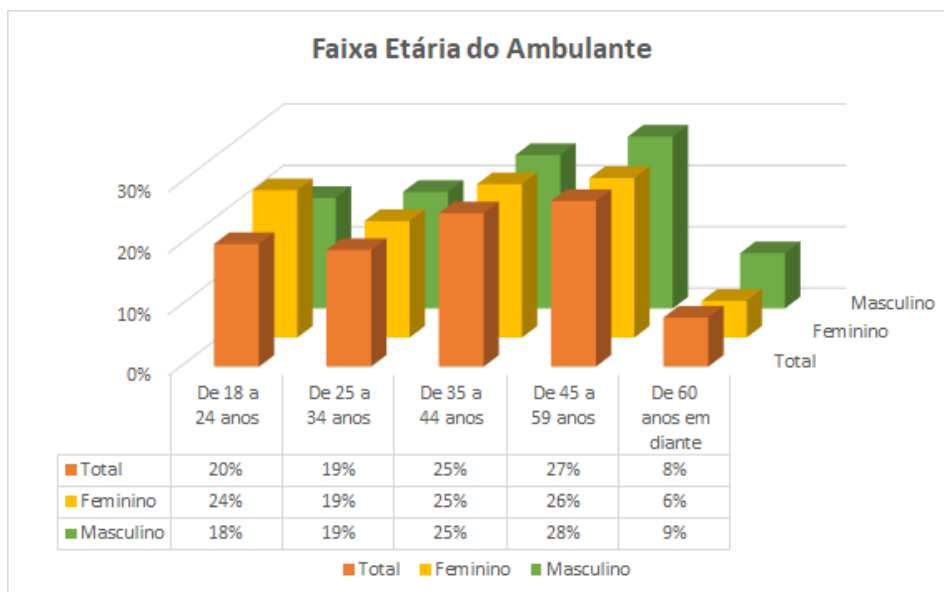




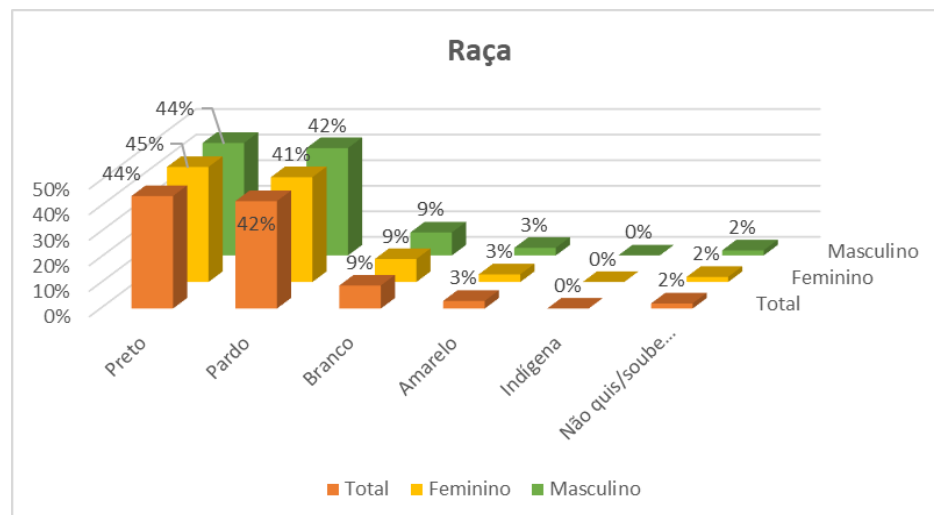
- a. Por Estado de origem por sexo – Quase a totalidade é da Bahia independente do sexo.



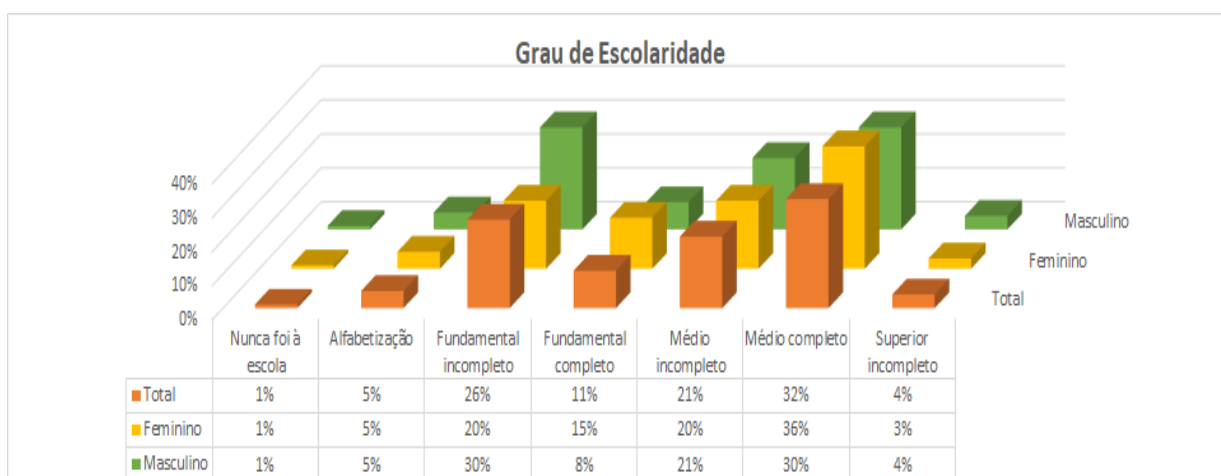
- b. Faixa Etária por sexo – Entorno de 50% dos ambulantes estão na faixa etária compreendida entre 35 e 59 anos – independente do sexo. O número de ambulantes com mais de 60 anos é bastante reduzido. E no grupo mais jovem as mulheres apresentam maior presença 24% contra 18% dos homens.



- c. Raça por sexo – A maioria dos ambulantes entorno de 86% se declararam pardos / negros, 9% branco e os outros 5% - amarelo ou não soube dizer. Ninguém se declarou indígena.

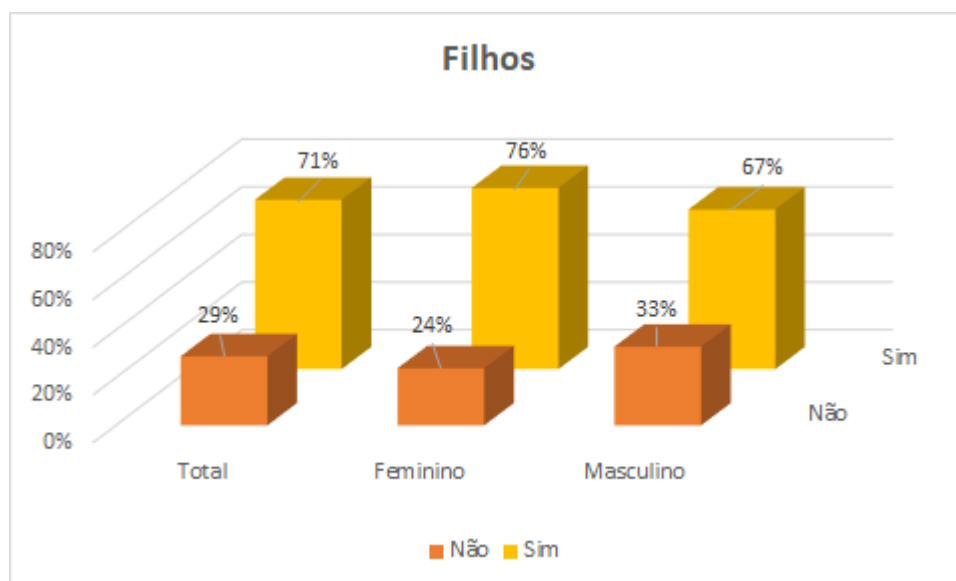


- d. Grau de Escolaridade por sexo – 5% dos ambulantes informaram serem apenas alfabetizados e 1% nunca foram à escola, da mesma forma 4% tiveram acesso ao ensino superior, mas destes apenas 2% concluíram. 30% possui o fundamental incompleto e 8% completou o fundamental. Quanto ao acesso ao ensino médio, 21% não completou e 30% completou. O perfil é bastante semelhante quando analisado por sexo – como pode se observa no gráfico que se segue.





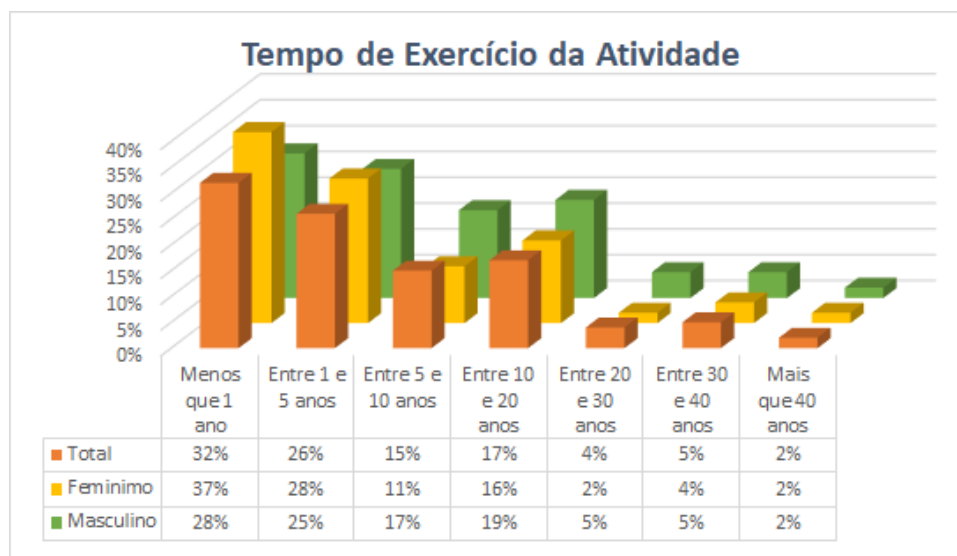
e. Filhos – 71% dos ambulantes possuem filhos.



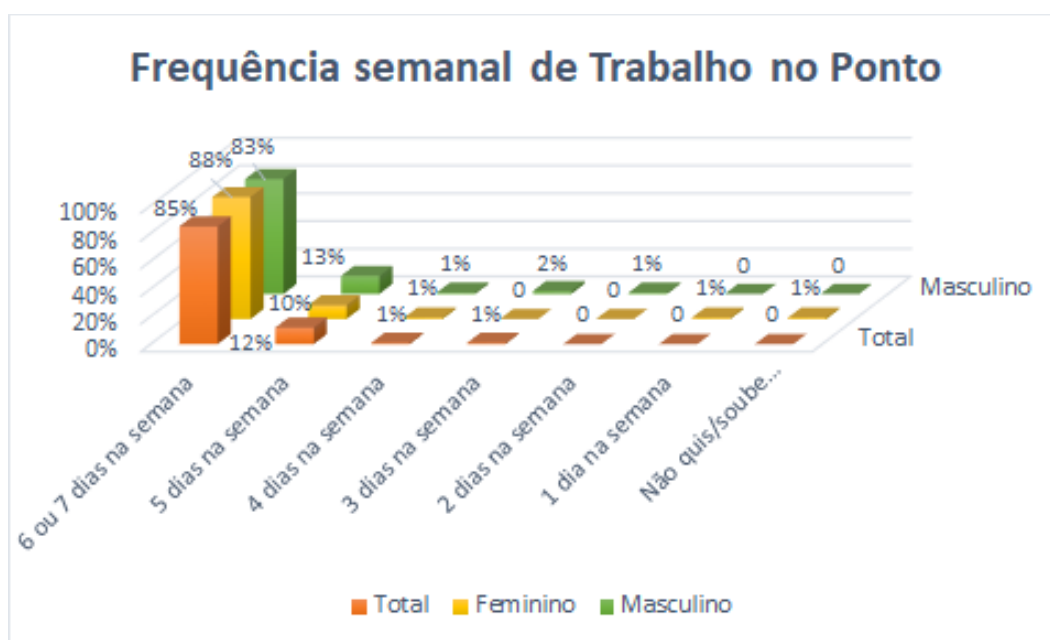
f. Relação com o Negócio – A grande maioria, independente do sexo, é dona do próprio negócio – como pode se observar no quadro que se segue. 11% são funcionários de terceiros.



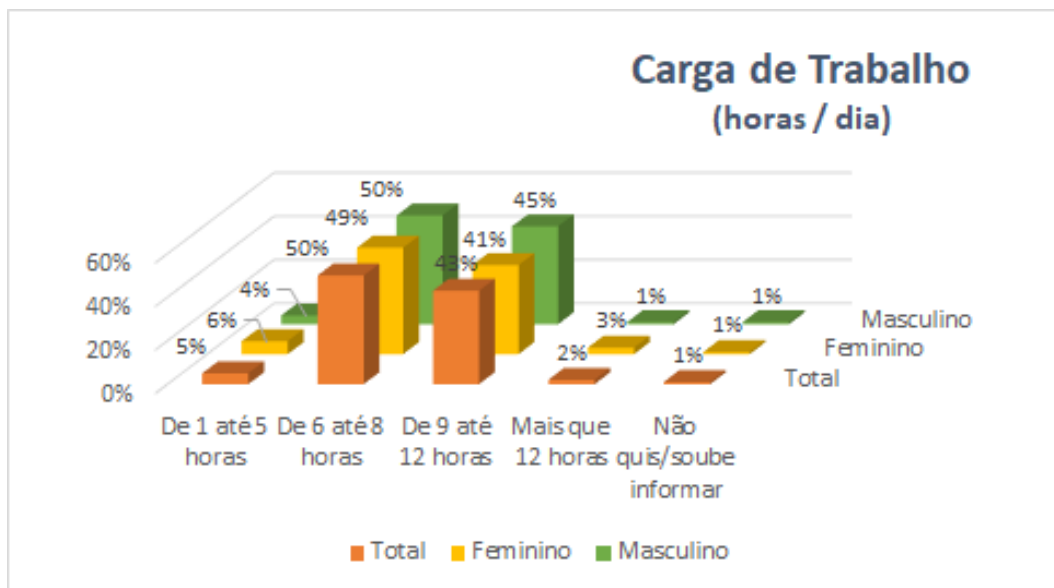
g. Tempo de exercício da atividade – Quase um terço dos ambulantes exercem a atividade há apenas um ano e um quarto entre um e cinco anos. Daí em diante o percentual tende a reduzir. Há de se pensar, se este tipo de atividade não se constitui numa porta de entrada ao mercado de trabalho/ renda e assim que outras alternativas surgem a uma migração ocorre.



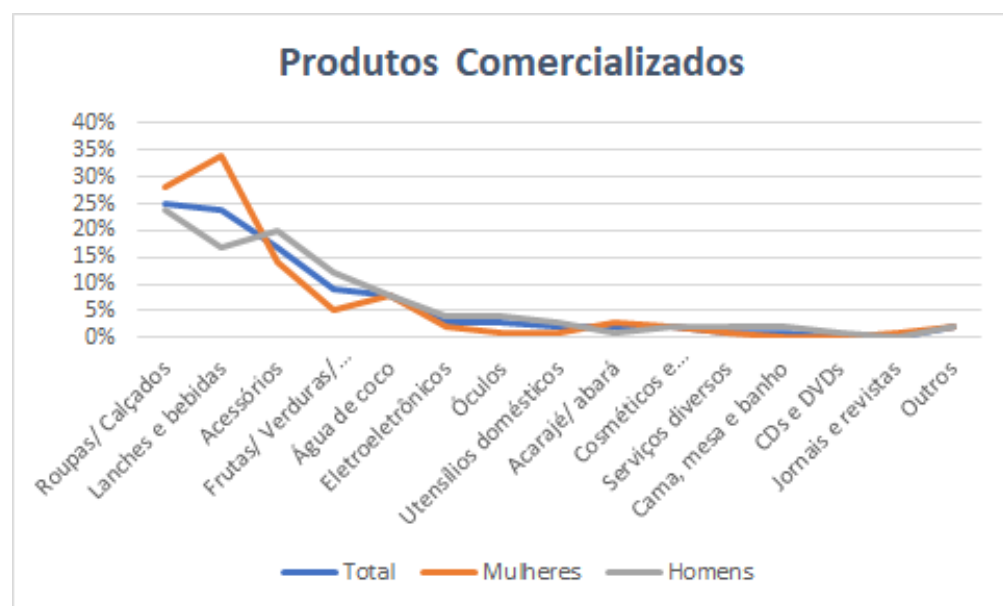
- h. Frequência semanal de trabalho no ponto – Quase a totalidade trabalha de 5 a 7 dias por semana – como demonstrado no gráfico a seguir.



- i. Carga de Trabalho (horas / dia) – Cerca de 50% dos ambulantes independentes de sexo trabalha de 6 a 8 horas, 41% das mulheres e 45% dos homens trabalham de 9 a 12 horas – o que demonstra um perfil de trabalho intenso.

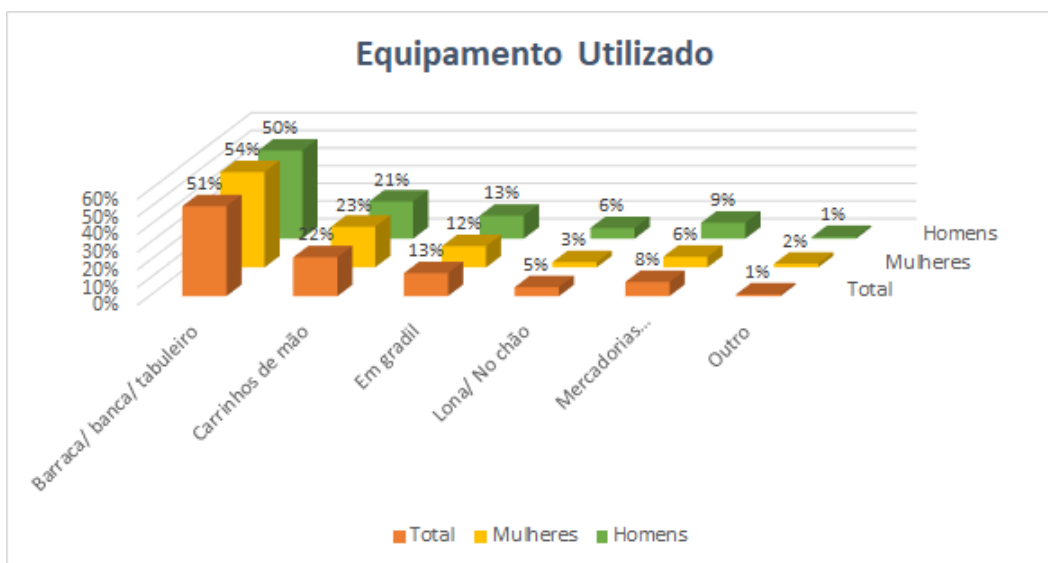


- j. Produtos Comercializados – A curva por sexo segue a mesma tendência apresentando apenas uma predominância das mulheres no ramo de lanches e bebidas.





k. Equipamento Utilizado



Comparativo da Dependência da Renda como ambulante – por sexo

Comparativo da dependência da renda como ambulante - por sexo (%)			
Sexo do Entrevistado	Faturamento mensal no ponto	Renda familiar	Proporção da renda familiar advinda do faturamento do ponto (%)
Mulheres	R\$ 943,67	R\$ 1.290,02	73%
Homens	R\$ 1.147,84	R\$ 1.434,66	80%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.065,87</b>	<b>R\$ 1.374,55</b>	<b>78%</b>
Diferença (%)	22%	11%	7%

Observa-se que as mulheres faturam 22% a menos do que os homens na sua atividade como ambulante na Av. Sete de Setembro. Pesa contra esta diferença o fato das mulheres trabalharem a mesma jornada de trabalho dos homens (dias por semana e horas por dia), no

entanto, há um fator amenizador: o fato de venderem, em boa proporção, tipos diferentes de produtos (mulheres vendem mais Lanches e Bebidas 34%, e os homens Roupas/Calçados, 24%), que tem valores agregados e, por consequência, preços diferentes.

O menor faturamento das mulheres proveniente da sua atividade como ambulante reflete em uma menor renda familiar (11% menor que o dos homens) e uma menor dependência financeira do trabalho como ambulante da Av. Sete de Setembro (7% menor do que o dos homens).

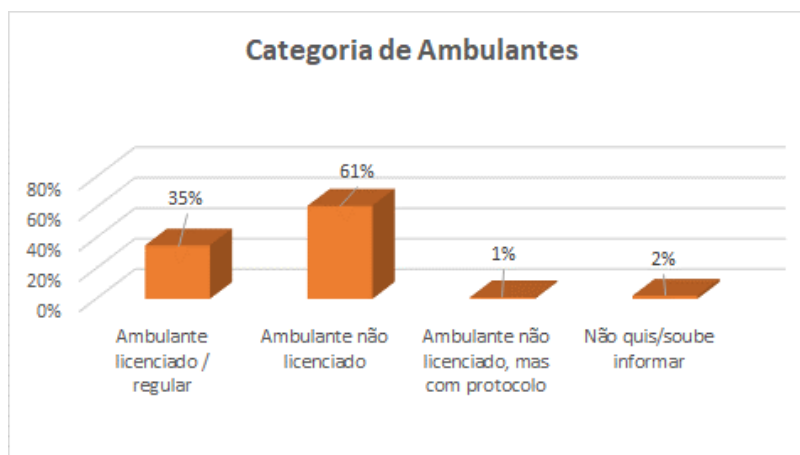
### 5.3.2 PERFIL DO AMBULANTE POR CATEGORIA

Entre os ambulantes cadastrados existem 3 categorias:

- ✓ Ambulante Licenciado / Regular – é aquele que possui autorização da Prefeitura para comercializar em determinado espaço público;
- ✓ Ambulante Não Licenciado, mas com protocolo de solicitação – é aquele que de alguma forma deu entrada no pedido de regularização cujo processo encontra-se pendente de regularização;
- ✓ Ambulante Não Licenciado – é aquele que não possui autorização para exercer a atividade.

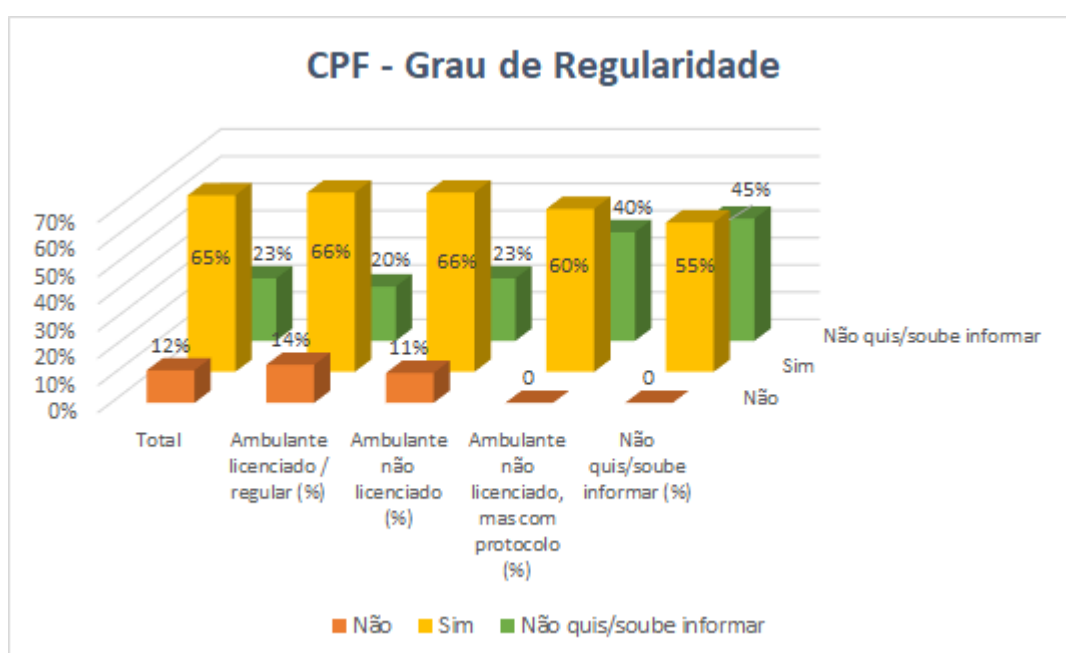
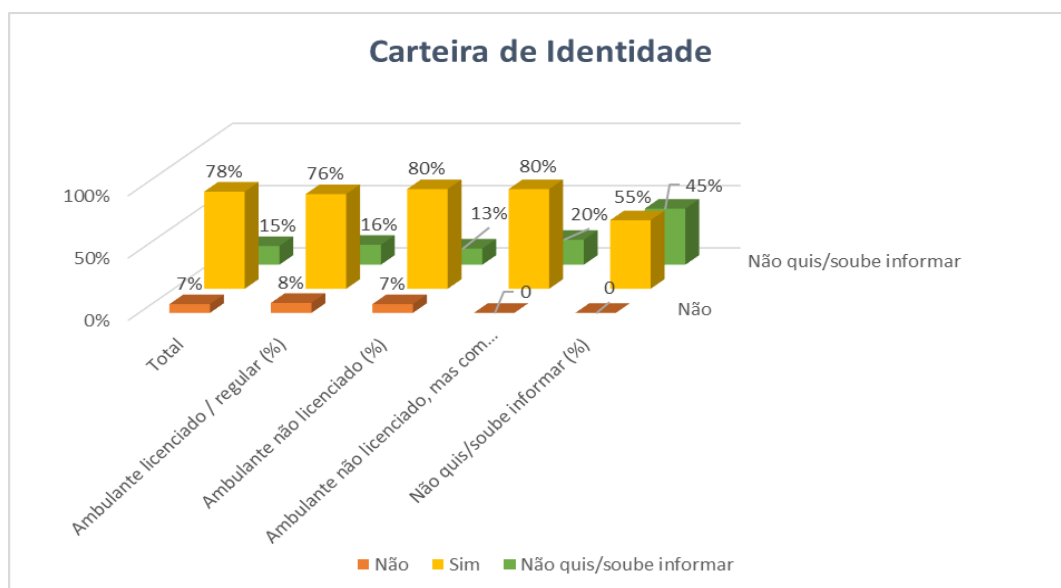
Nesta seção, está apresentado o perfil por categoria de ambulante.

- a. Categoria de Ambulantes - A maioria dos ambulantes atuantes e cadastrados não são regularizados – 61% e outros 35% se declararam regularizados.

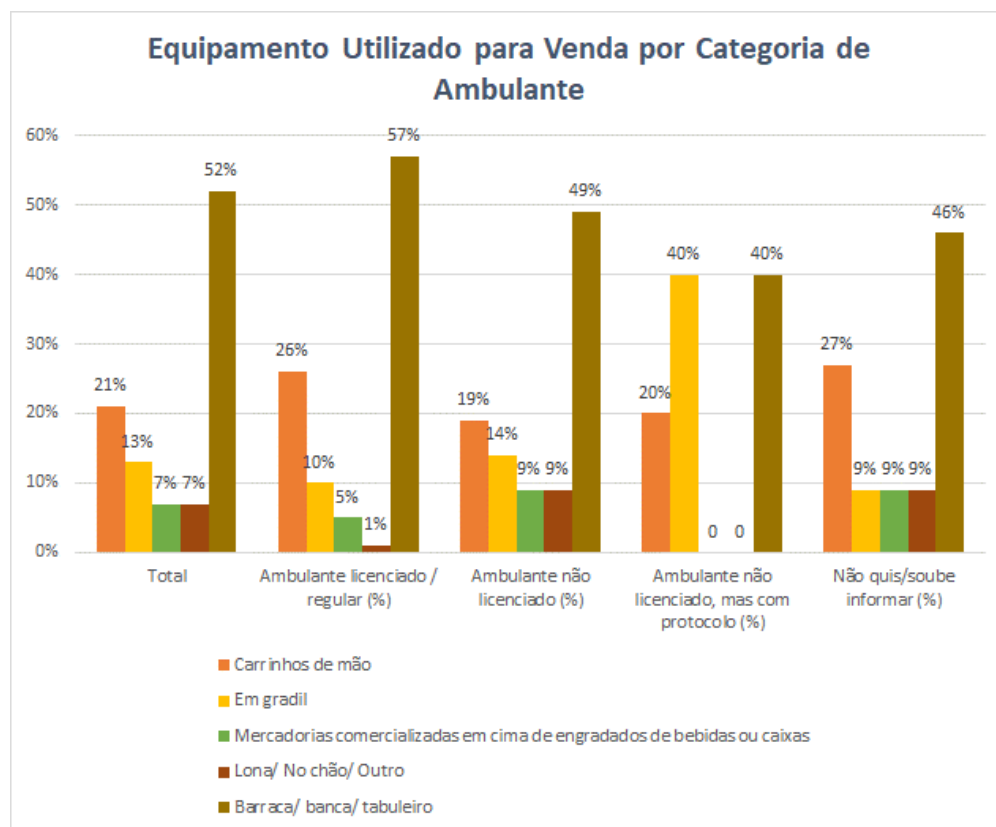


- b. Possui Identidade e CPF – Entorno de 78% dos ambulantes declararam ter carteira de identidade e 65% CPF. Mas os valores apurados entre os

que não quiseram informar se possuem CI e/ou CPF são expressivos – isto pode demonstrar um desejo de permanecer no anonimato.



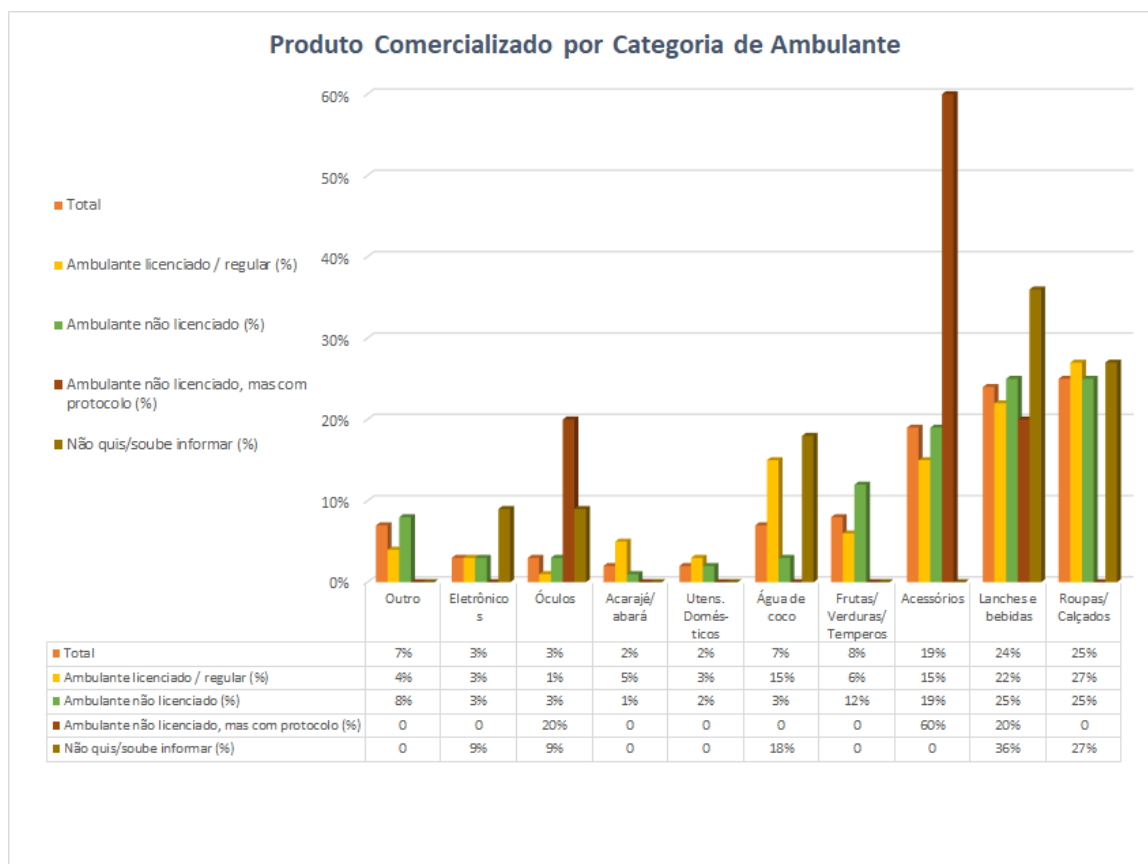
- c. Equipamento Utilizado para Venda por Categoria de Ambulante
- Barraca / Banca ou tabuleiro é o equipamento predominante independente da categoria de ambulante e do tipo de mercadoria comercializada.



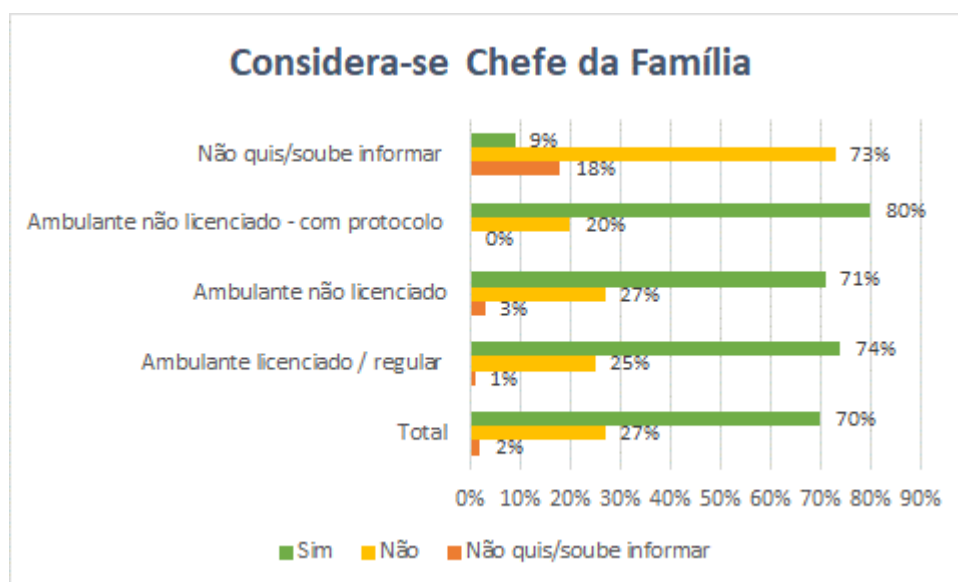
- d. Produto Comercializado por Categoria de Ambulante – As mercadorias comercializadas concentram-se em 3 categorias: acessórios, lanches e bebidas, e roupas / calçados.

A proporção de ambulantes licenciados que vendem Água de Coco (15%) que não se vê entre os não licenciados (3%). Por outro lado, os ambulantes não licenciados vendem bem mais Frutas/Verduras/Temperos (12%) do que os licenciados (6%).

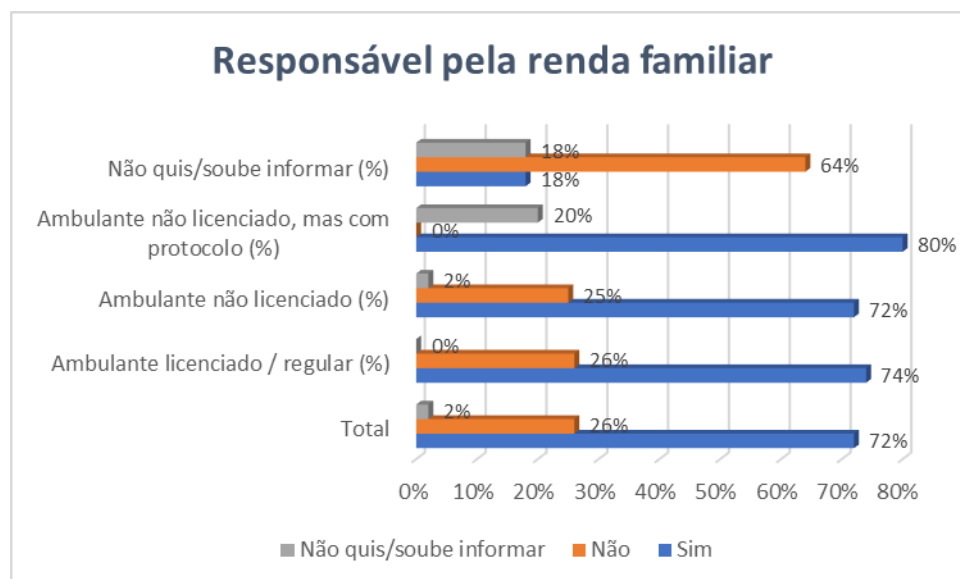
Importante- Os ambulantes que não responderam a sua categoria de ambulante comercializam como principal produto Lanches e Bebidas (36%) - talvez se deva a facilidade de mobilidade deste tipo de produto.



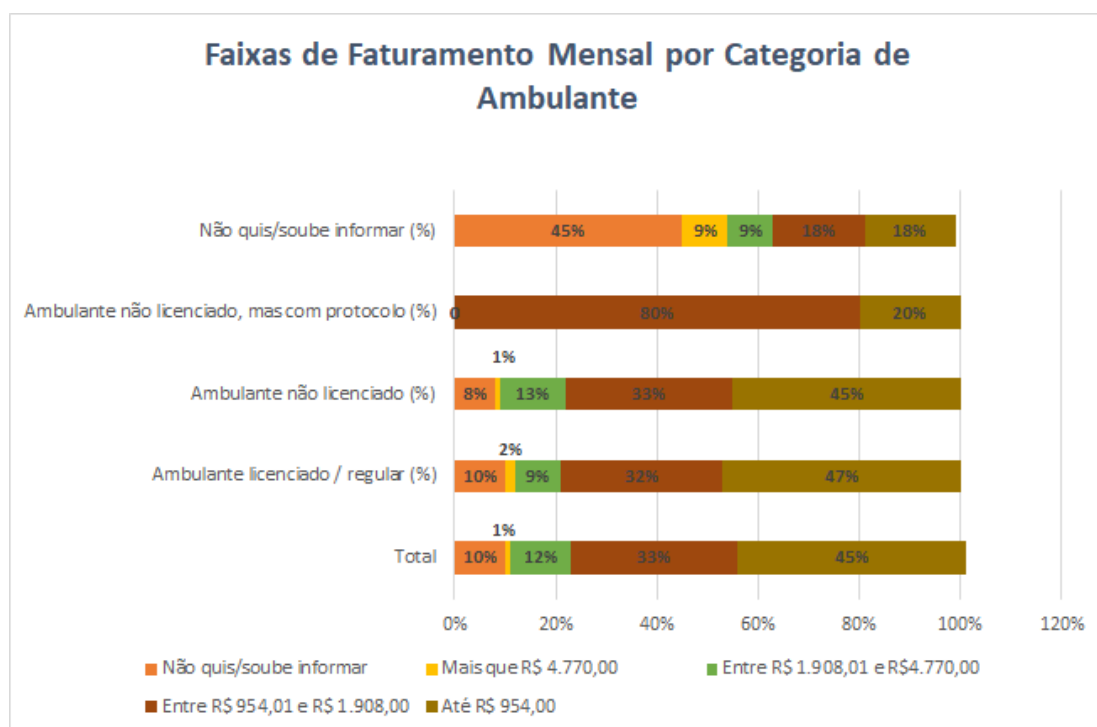
e. Considera-se Chefe da Família – A grande maioria independente da categoria se considera chefe da família e responsáveis pela renda familiar.



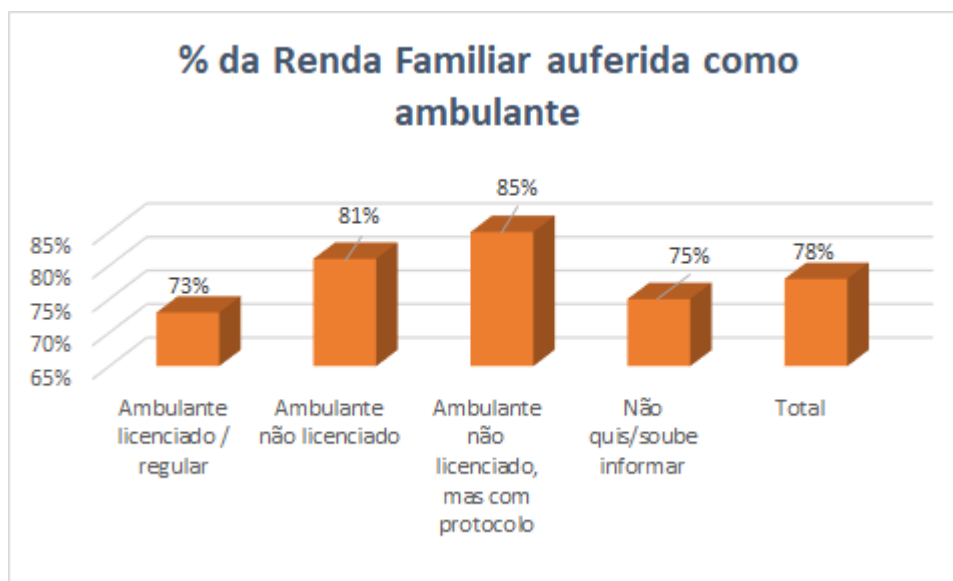




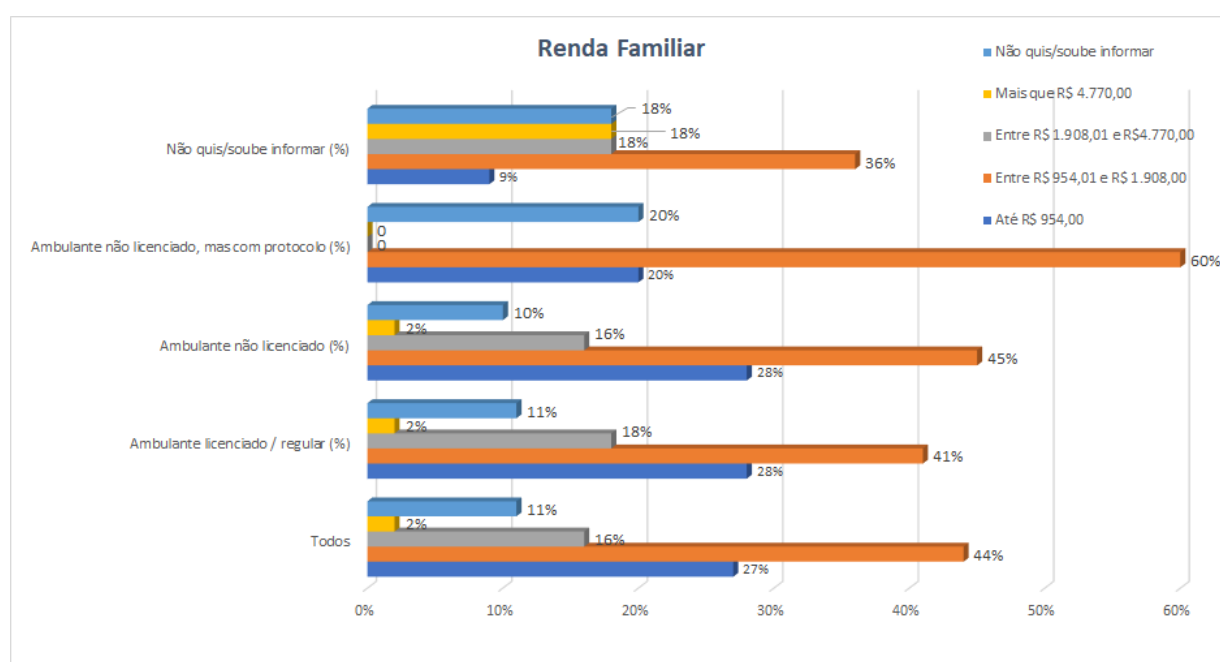
- f. Faixa de Faturamento por Categoria de Ambulante – 45% do total dos ambulantes declararam obter renda até R\$954,00 (salário mínimo); 33% até R\$1908,00 (2 salários mínimos), 12% auferem entre R\$1908,01 e R\$4770,00; 1% auferem a mais de R\$4770,00 e 10% preferiu não declarar.



- g. Percentual da Renda Familiar auferida como ambulante – O grau de participação da renda auferida como ambulante é significativo para todas as categorias, no total 78%.



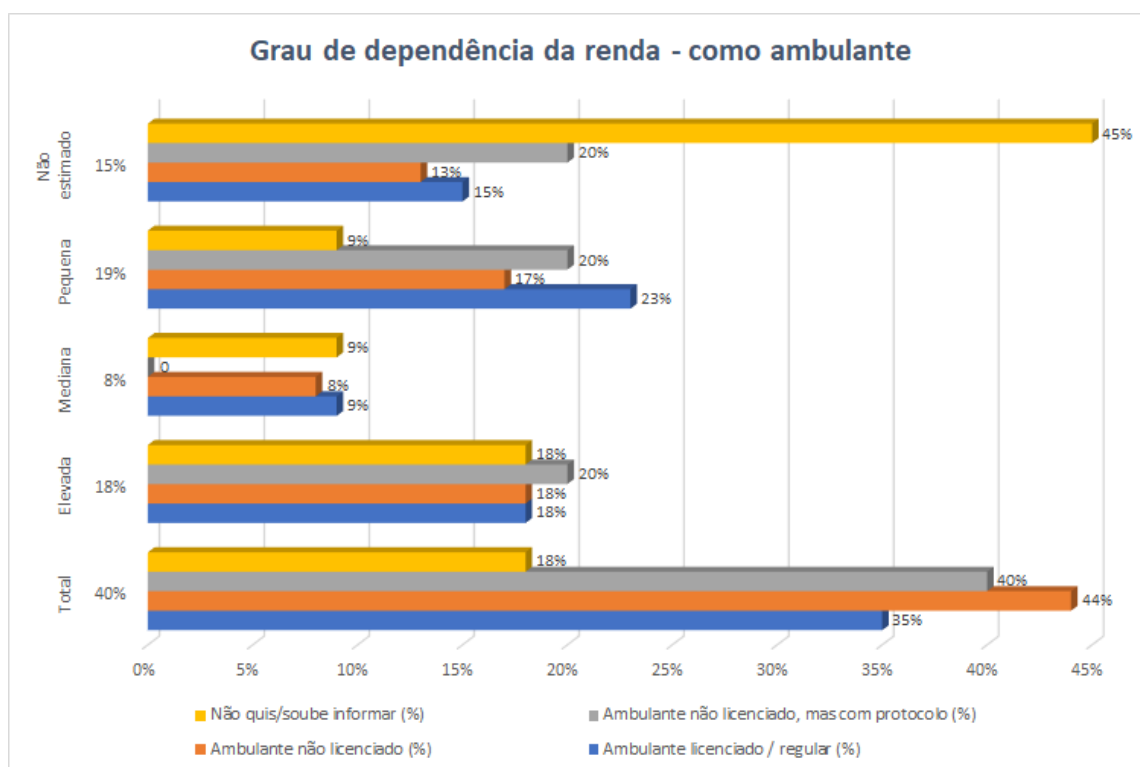
- h. Renda Familiar – 44% declararam auferir até R\$1908,00; 27% até R\$954,00, ou seja 71% ganham até 2,0 Salários mínimos e 11% não quis / soube informar.



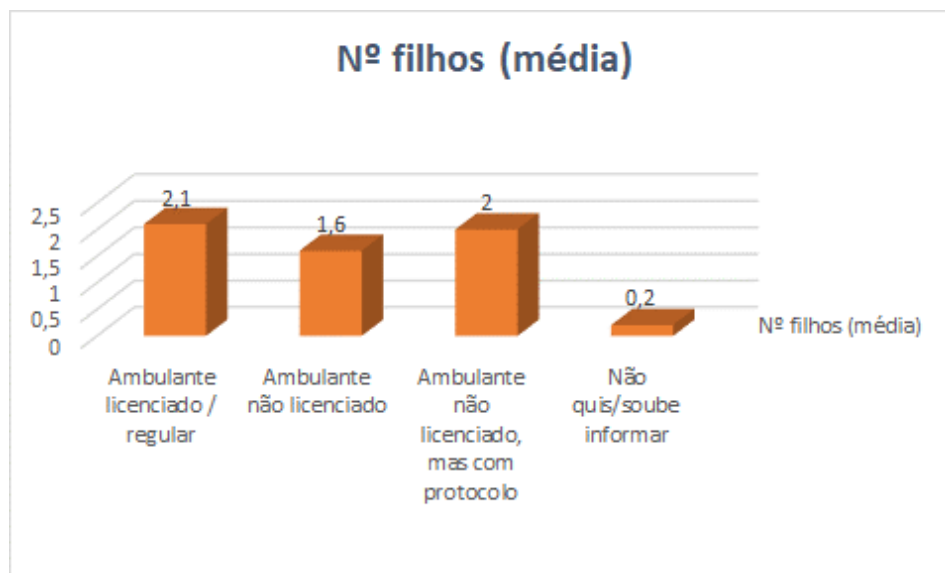
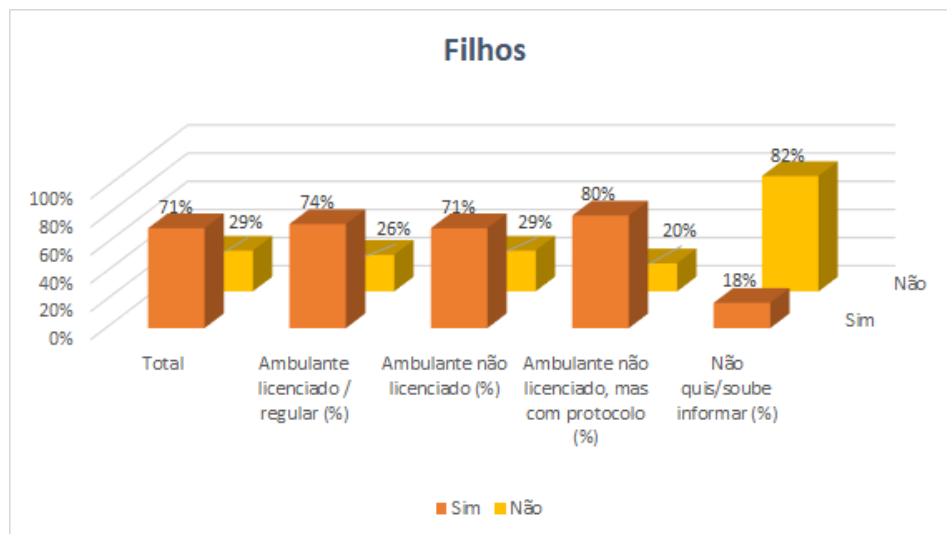
i. Grau de Dependência da renda auferida como ambulante –

Para proceder a análise os índices de dependência foram categorizados em quatro estratos:

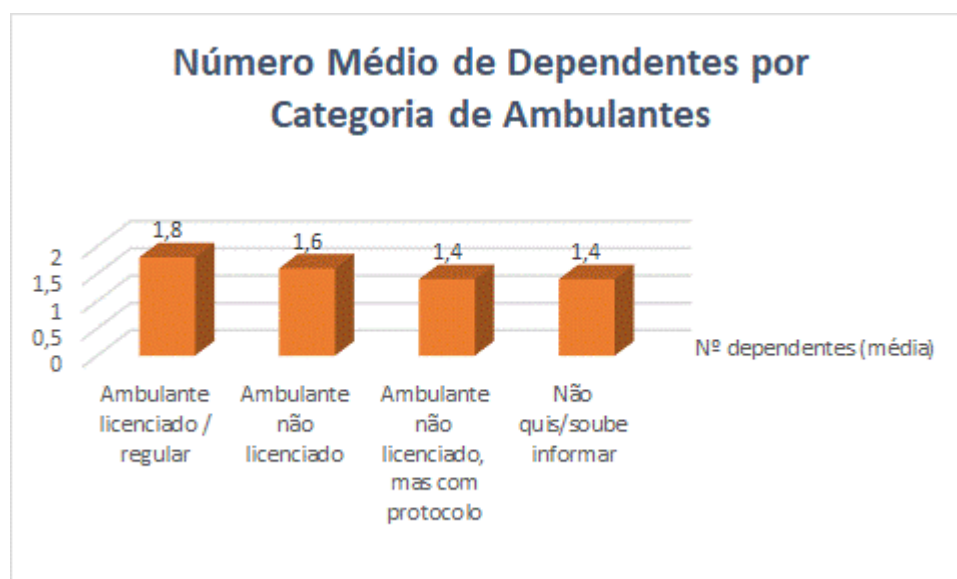
- Dependência = 1 ➤ **Dependência Total.** 100% da renda familiar é advinda do trabalho de ambulante na Av. Sete de Setembro.
- Dependência = Entre 0,66 e 0,99 ➤ **Dependência Elevada.** Entre 65% e 99% da renda familiar é advinda do trabalho de ambulante na Av. Sete de Setembro.
- Dependência = Entre 0,35 e 0,65 ➤ **Dependência Mediana.** Entre 35% e 65% da renda familiar é advinda do trabalho de ambulante na Av. Sete de Setembro.
- Dependência = Entre 0,01 e 0,35 ➤ **Dependência pequena.** Menos de 35% da renda familiar é advinda do trabalho de ambulante na Av. Sete de Setembro.



Filhos – 71% dos ambulantes entrevistados possuem filhos. Por outro lado, 100% afirmam possuir algum dependente financeiro.

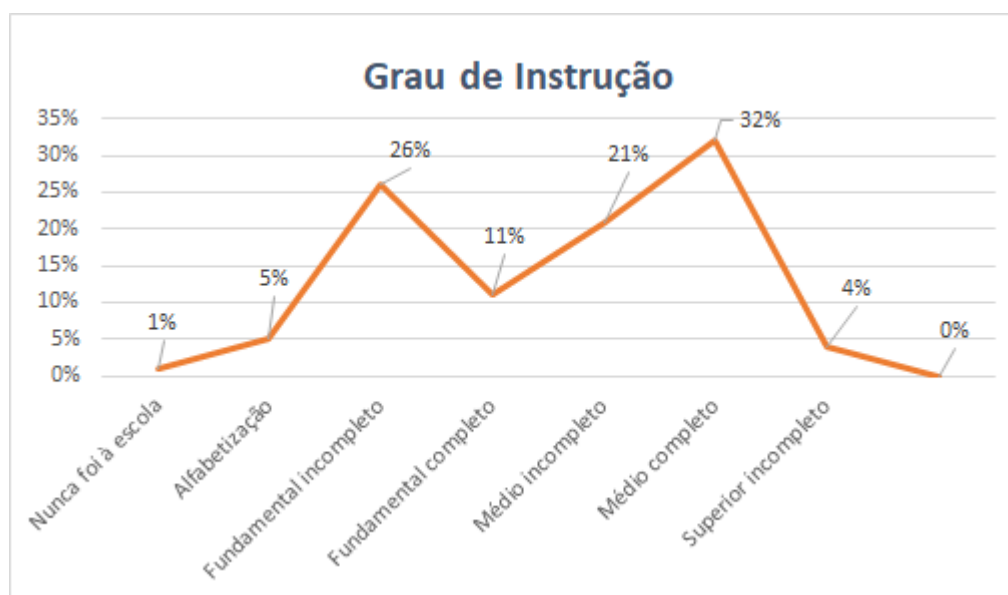


- l. Número de Dependentes – O número médio de dependentes por ambulante gira entorno de 1,4 – 1,8 independente da categoria.

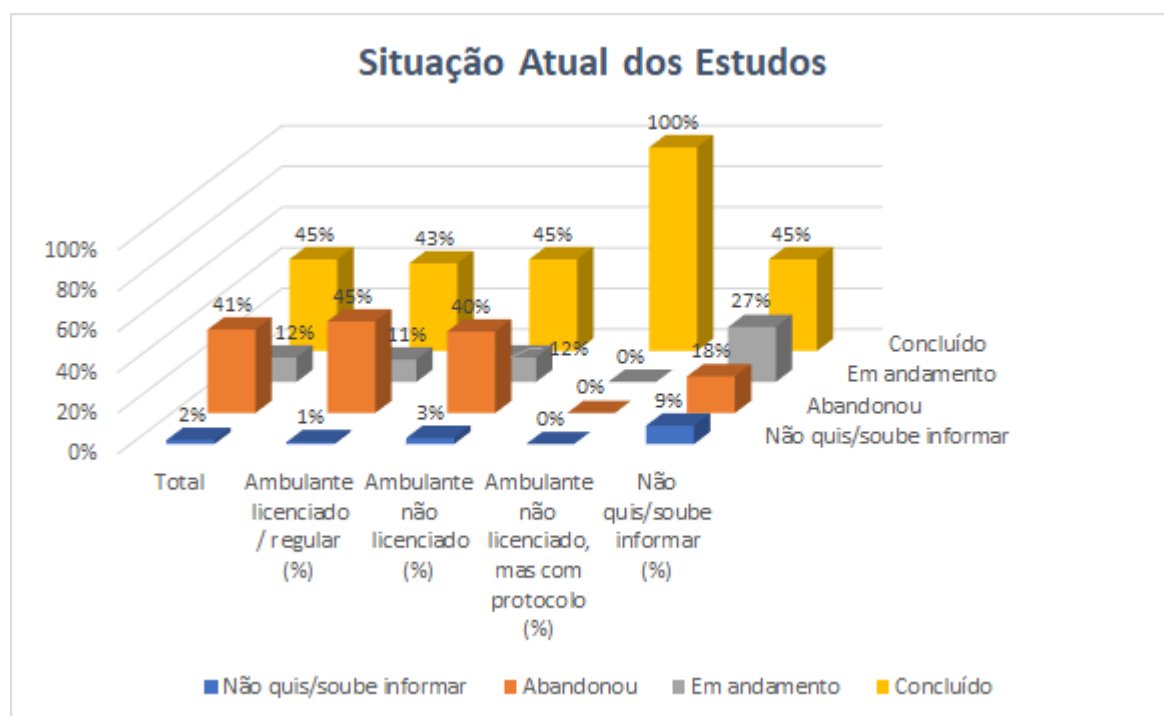


- m. Grau de Instrução – 32% possuem ensino médio completo o que pode indicar ou uma incapacidade do mercado de absorver esta mão de obra ou que apenas o ensino médio sem qualificação profissional não

seja suficiente para se colocar no mercado – ou a somatória dos dois cenários.



- n. Situação Atual da Escolaridade – Sobre a atual situação do entrevistado em relação aos estudos, vimos que 45% consideram ter seus estudos concluídos. Chama a atenção o fato de 41% dos ambulantes terem abandonado os estudos. Este número é um pouco maior entre os ambulantes licenciados (45%) do que os não licenciados (40%). 12% dos ambulantes ainda estão estudando.

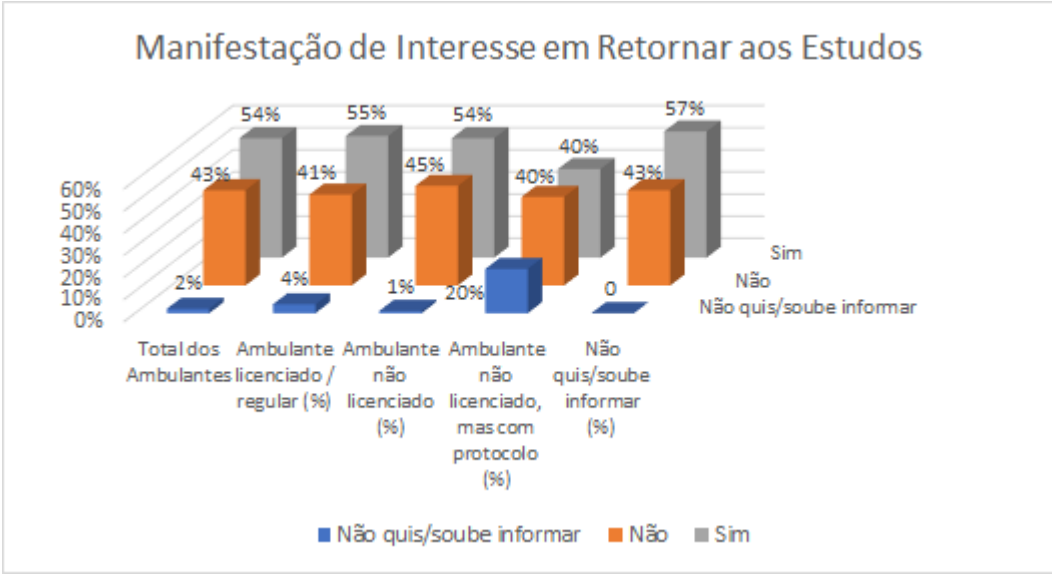


- o. Motivo do abandono do estudo, entre os ambulantes licenciados e não licenciados (%) – 73% dos ambulantes informaram que a necessidade

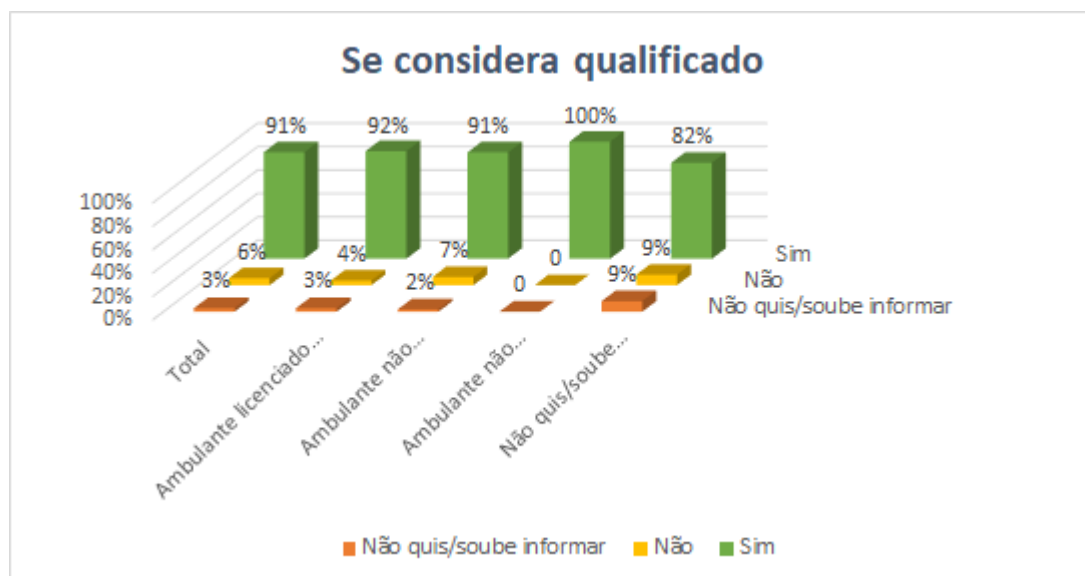
de trabalhar foi a razão que motivou o afastamento dos estudos – independente da sua condição de ambulante regularizado ou não.



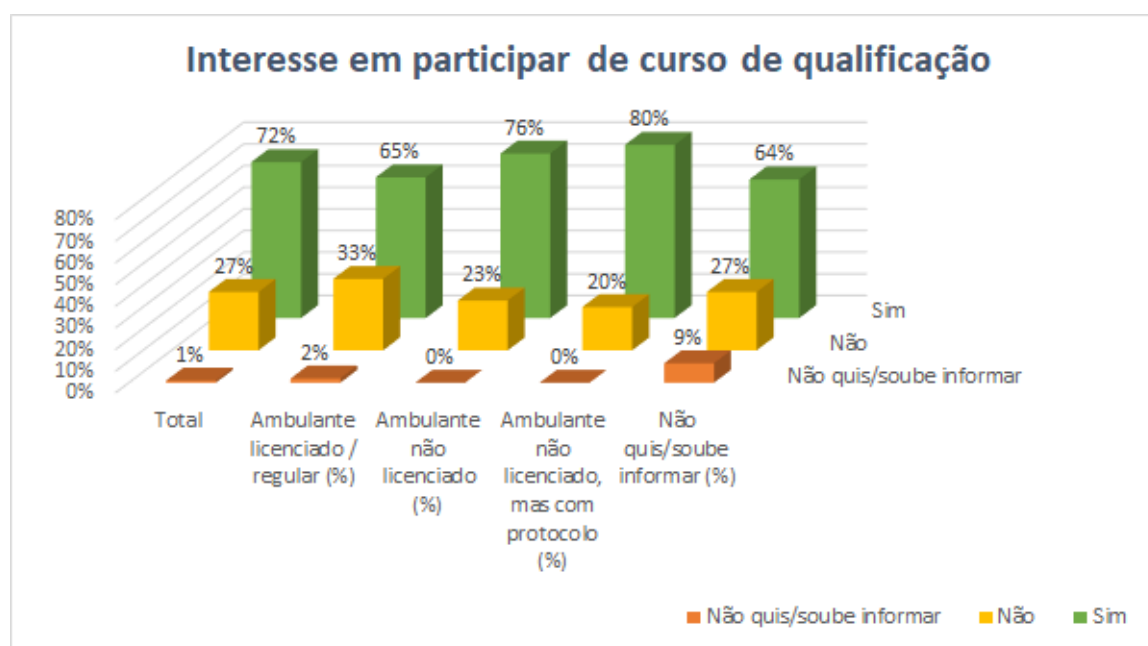
p. Manifestação de interesse em retornar aos estudos – 54% dos ambulantes – independentemente de sua condição manifestaram interesse em retornar aos estudos. Vide gráfico a seguir.



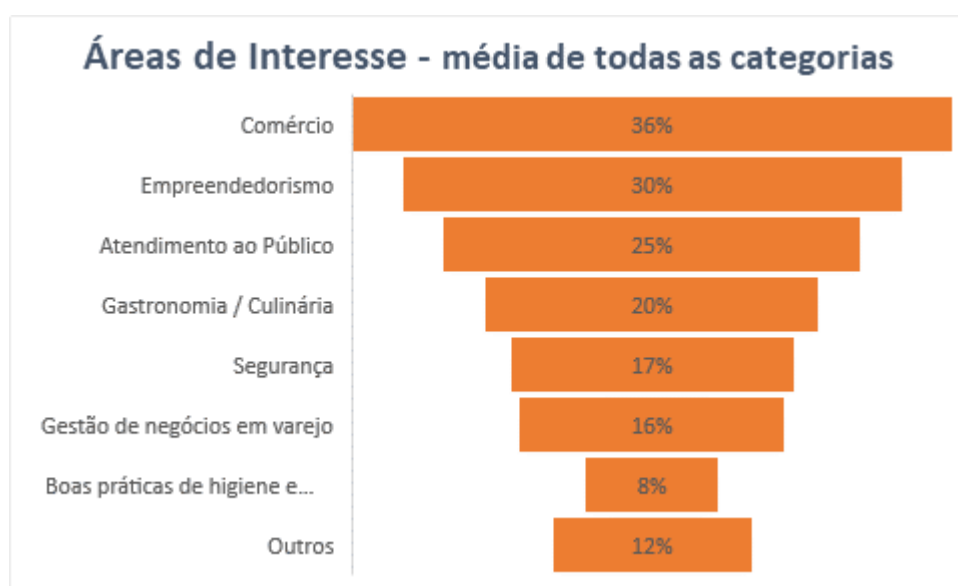
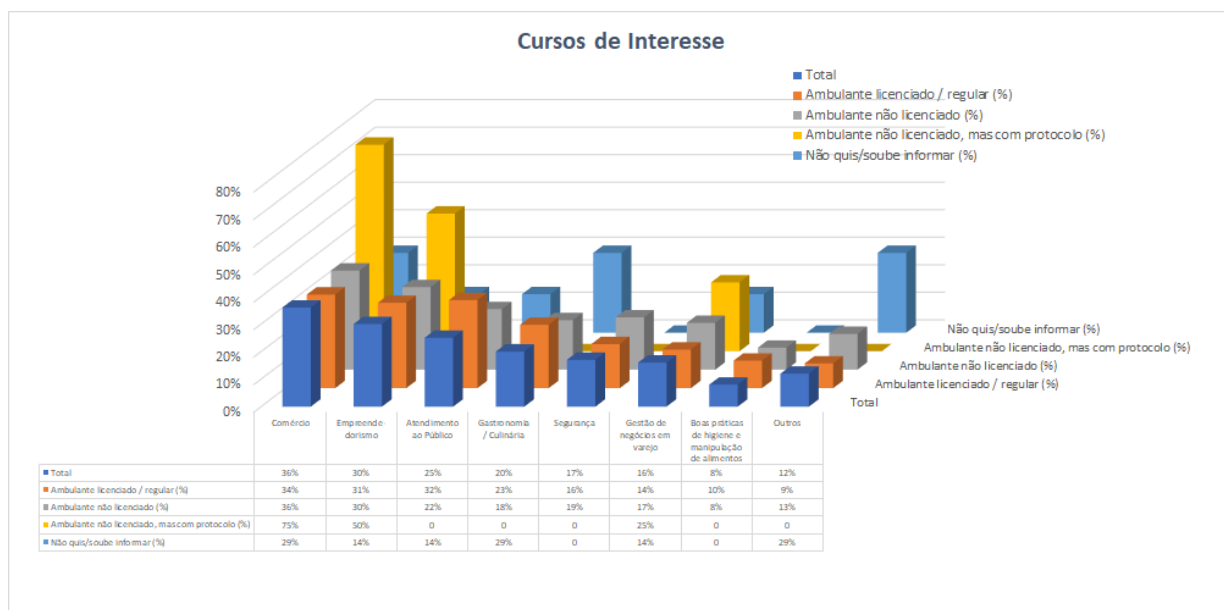
q. Qualificação para atuar como ambulante – A grande maioria se julga apto ao exercício do ofício.



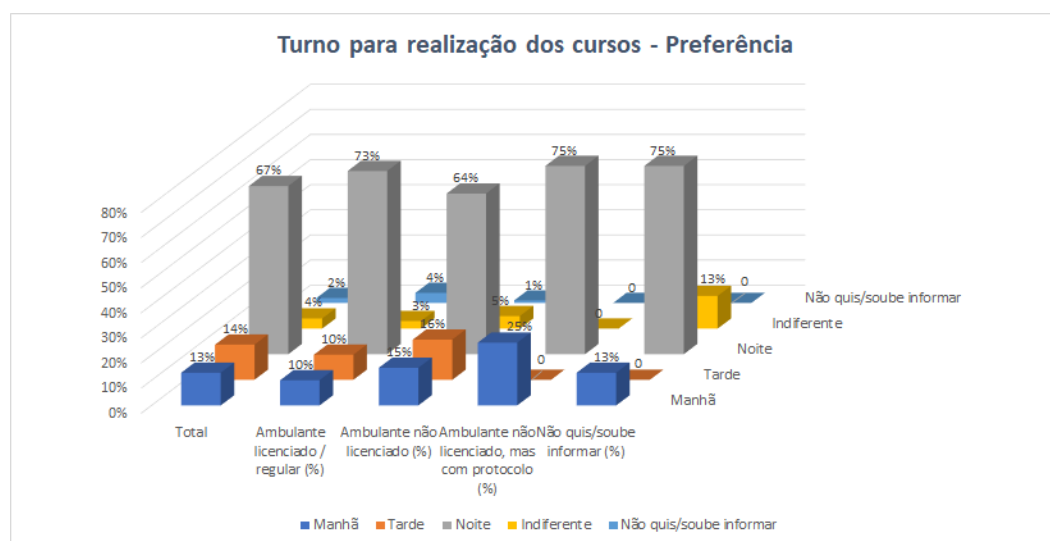
- r. Interesse em participar de curso de qualificação – Mesmo com este sentimento de preparo para suas atividades profissionais, 72% dos ambulantes afirmam ter interesse em realizar novos cursos de qualificação. Chama a atenção o fato dos ambulantes não licenciados (76%) terem um interesse bem maior nos cursos de qualificação do que os licenciados (65%). Este número demonstra que, mesmo na informalidade, estes profissionais estão preocupados na busca constante de melhoria dos serviços prestados.



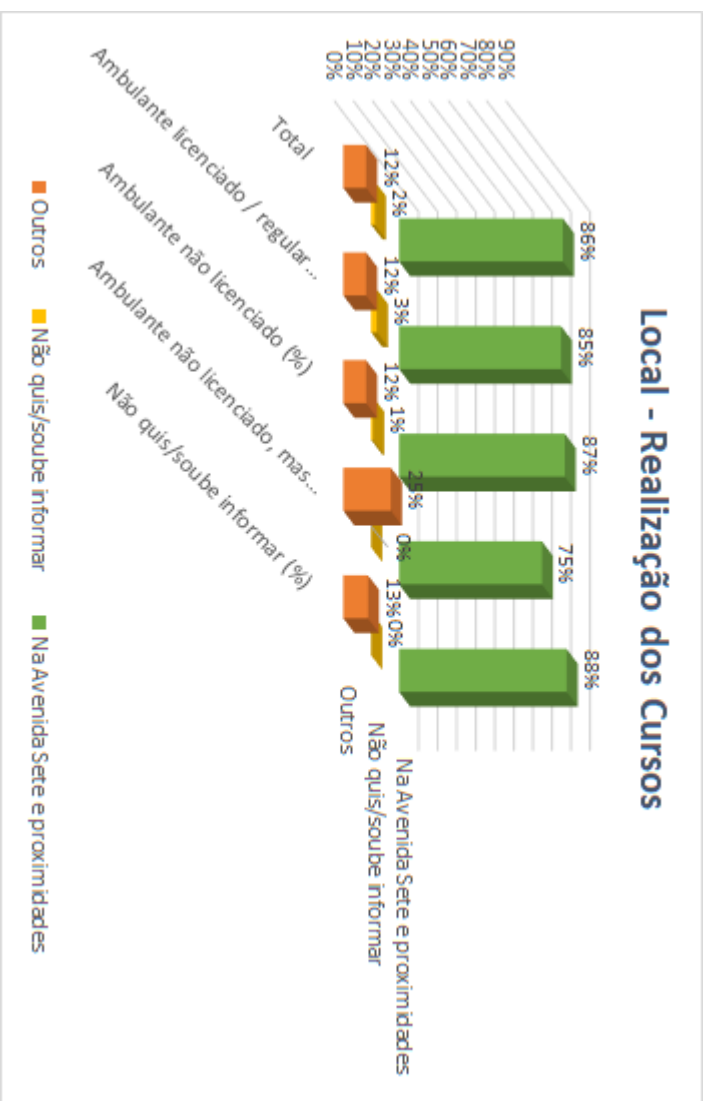
- s. Cursos de Interesse – Os mais desejados pelos ambulantes são os de Comércio (36%), Empreendedorismo (30%) e Atendimento ao público (25%).



- t. Turno e Local de Preferência – A grande maioria prefere o turno da noite e que sejam oferecidos nas imediações da Avenida Sete de Setembro.







### 5.3.3 REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES INFORMAIS

O Registro fotográfico a seguir ilustra cenas de ocupação ao longo da Avenida Sete de Setembro – tanto as formais como as informais.







## 5.4 PERFIL DO COMÉRCIO FORMAL

### ✓ Contagem Qualificada

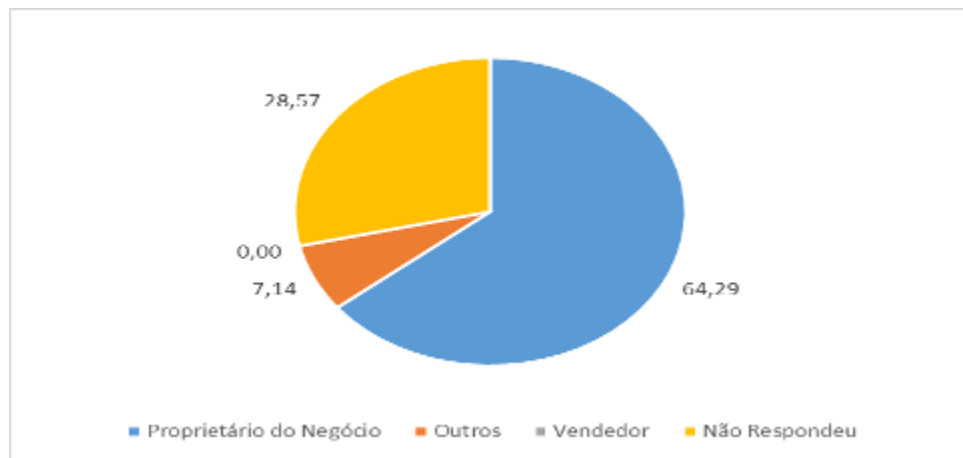
A Contagem dos Lojistas teve como base o cadastro fornecido pelo CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

Esta relação é composta por 243 associados. De posse desta relação foi realizado um estudo de agrupamento por categorias de negócios de forma a analisar o peso da presença de cada atividade ao longo da Avenida Sete de Setembro. Deste estudo resultou o quadro a seguir:

Comércio	Quantidade	%	% Agrupado
Grande Redes	9	3,70	3,70
Moda Feminina / Masculina / Infantil / Em Geral	47	19,34	35,39
Tecidos / Cama, Mesa E Banho / Decoração	15	6,17	
Confecções Em Geral	24	9,88	
Joalherias E Bijuterias	29	11,93	20,16
Ótica	20	8,23	
Livraria e Papelaria	9	3,70	7,82
Informática, Celulares e Cine Foto	10	4,12	
Móveis	5	2,06	2,06
Comércio Varejista	7	2,88	2,88
Perfumaria e Cosméticos	4	1,65	6,17
Comércio de Presentes e Produtos Importados	11	4,53	
Material Médico e Odontológico	3	1,23	2,06
Farmácia	2	0,82	
Lanchonetes e Restaurantes	3	1,23	1,23
<b>Serviços</b>			
Salão de Beleza	9	3,70	12,76
Empréstimos	7	2,88	
Prestação de Serviços Elétricos e Hidráulicos / Contabilidade / Recepção / Em Geral	15	6,17	
<b>Diversos</b>			
Diversos	14	5,76	5,76
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

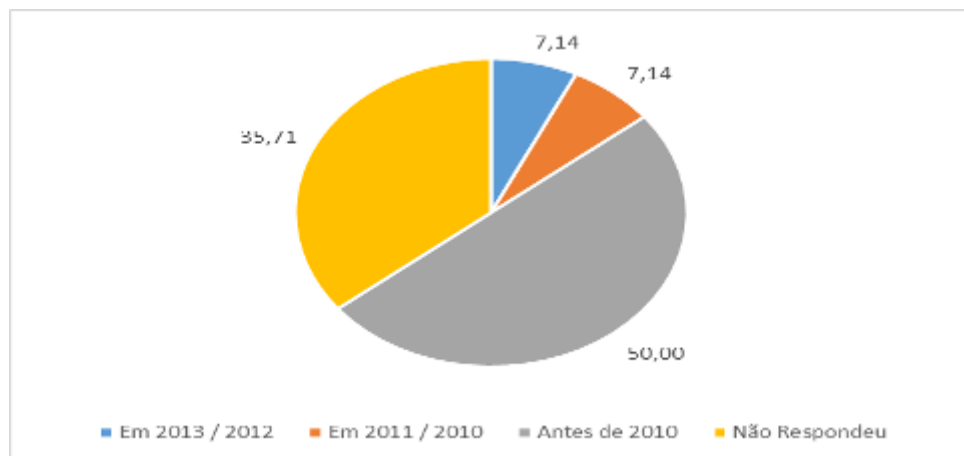
#### 5.4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS LOJISTAS E DE SUAS ATIVIDADES

- Relação com a empresa da pessoa que respondeu à pesquisa – 64,29% são proprietários do negócio

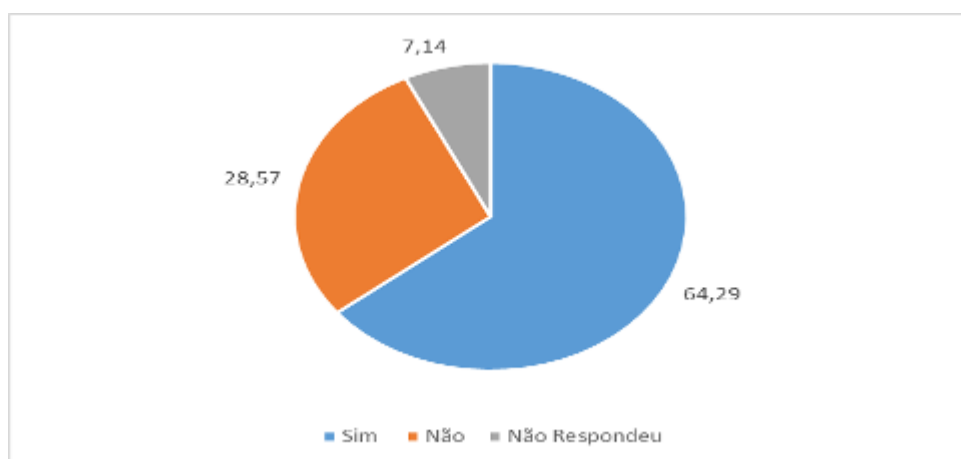


#### ✓ Caracterização do Negócio

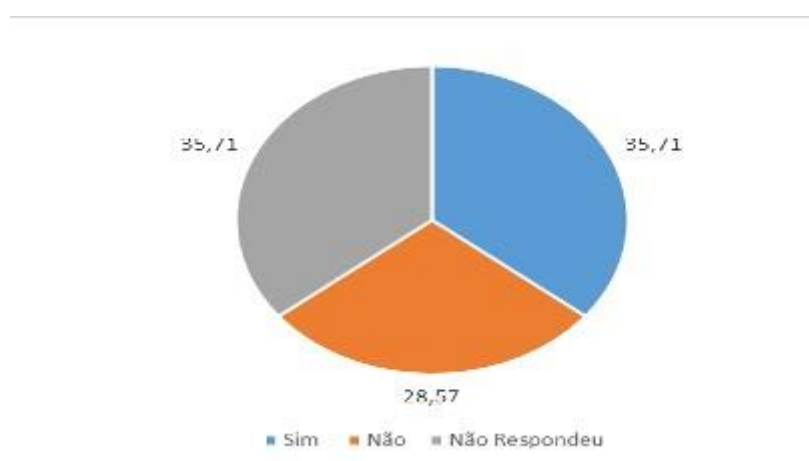
- Data de Início da Atividade: 50% das atividades se iniciaram antes de 2010, outros 35,71% não responderam e apenas 14,28% iniciaram as atividades entre 2010 e 2013. Ninguém informou ter iniciado atividades após 2013.



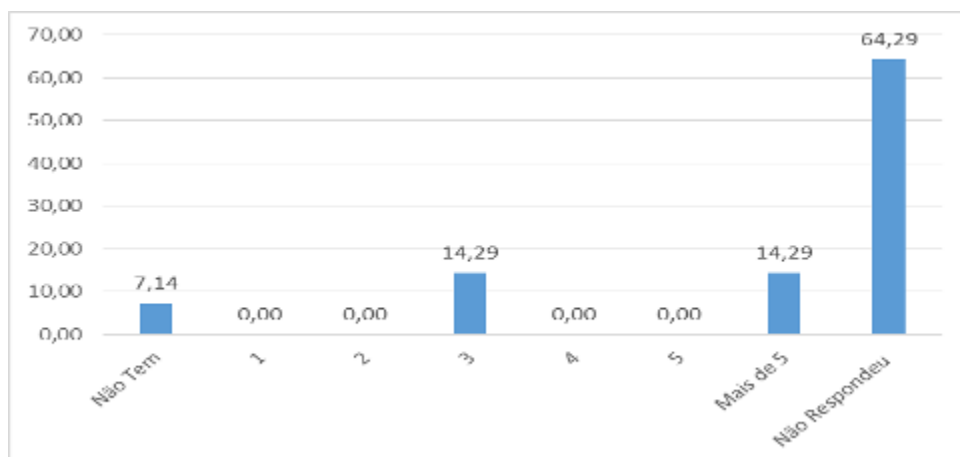
- Esta loja é a Matriz? – 64,29% das unidades são as matrizes e 28,57% filiais.



- Existe outra loja na Avenida Sete de Setembro? - 35,71% dos representantes do comércio formal que compareceram à reunião no CDL informaram que a empresa tem outra unidade na Avenida Sete de Setembro.

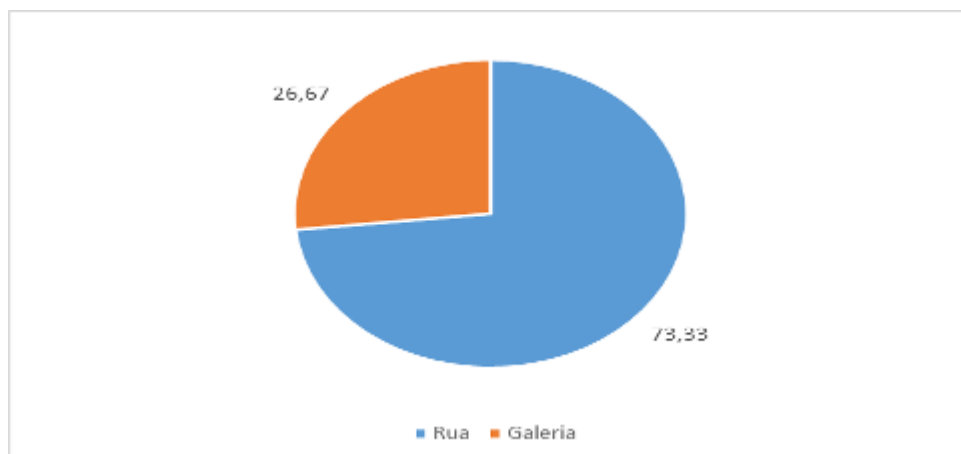


- Quantas filiais ao todo existem em Salvador? – No caso de filiais em Salvador o índice que se absteve de responder foi elevado – 64,29% o que deforma o resultado.

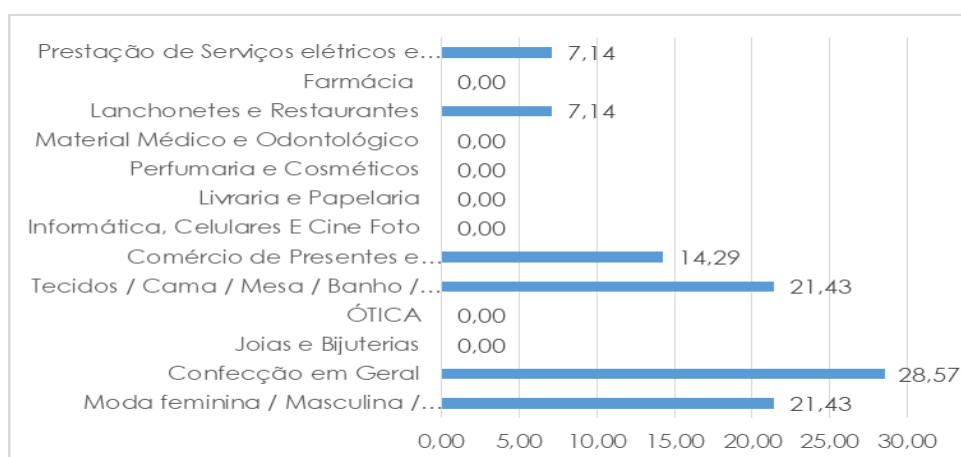




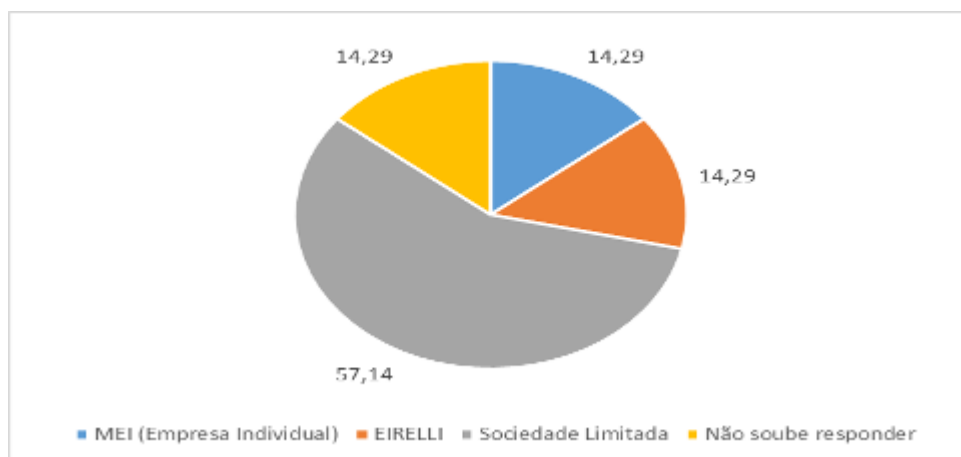
- É loja de rua ou de galeria? – A grande maioria dos presentes possuem negócios em lojas de rua.



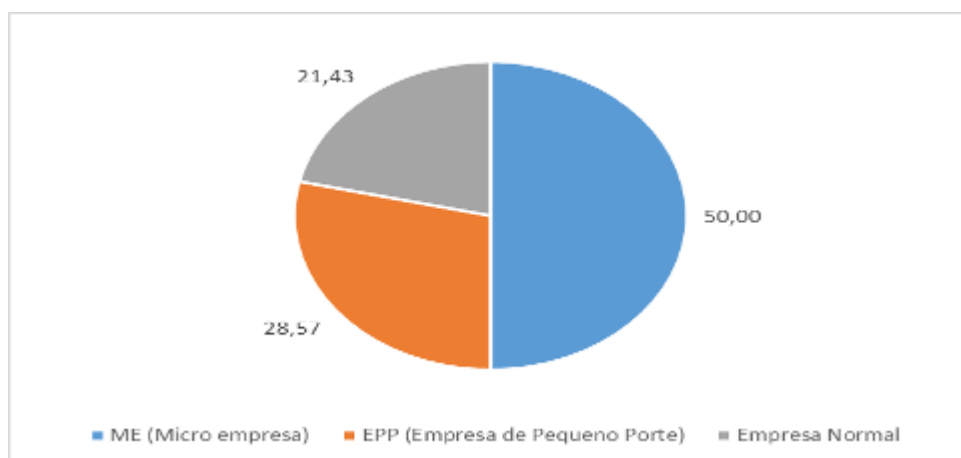
- Ramo de Atividade (Produto Comercializado) – A presença dos lojistas foi marcada por representantes de 6 segmentos como pode ser observado no gráfico.



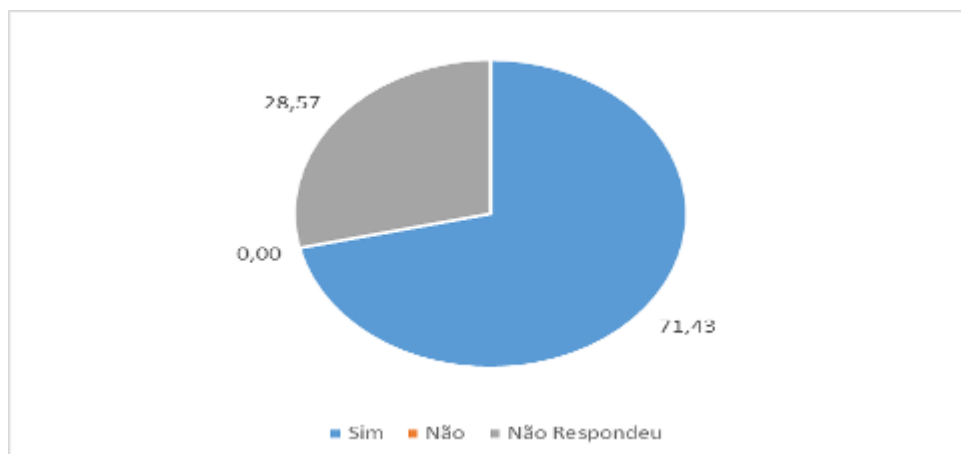
- Qual é o enquadramento do Negócio? – 28,59% são representados por formato de empresa que apenas uma pessoa responde pelo empreendimento (MEI e EIRELLI) – o que caracteriza que se trata das menos unidades de negócios formalizada no País. No entanto, outros 57,14% são Sociedade Limitada e representa o comércio mais expressivo da área e 14,29% dos presentes não responderam.



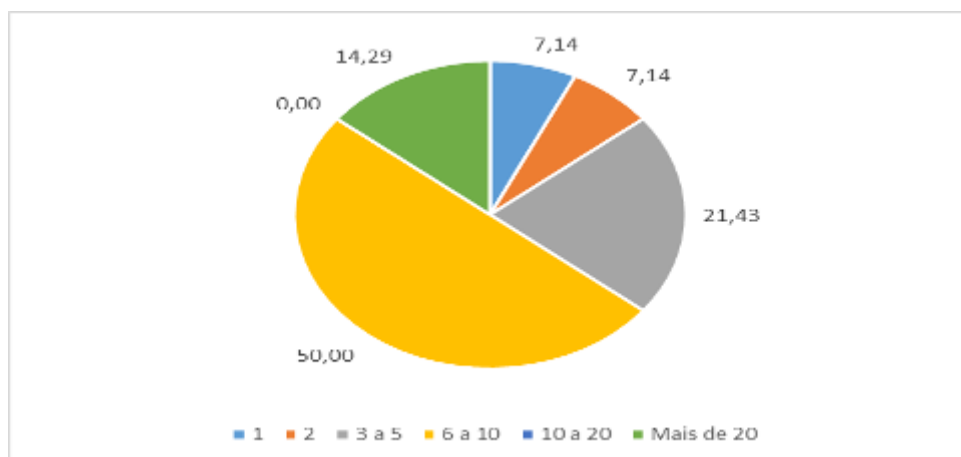
- Qual tipo de tributação? Ao analisar este resultado conclui-se que 50% que é ME fatura até R\$360.000,00, outros 28,57% que é EPP fatura até R\$3,6 milhões de Reais e 21,43% acima do teto de da EPP.



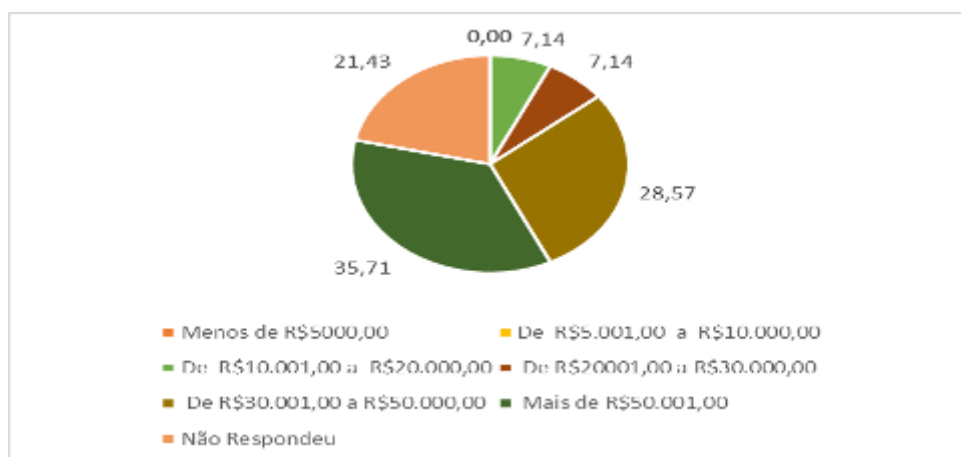
- Está adimplente (em dia com o pagamento das) com as taxas/impostos? – É elevado o índice de adimplência – 71,43% e 28,57% preferiram não responder.



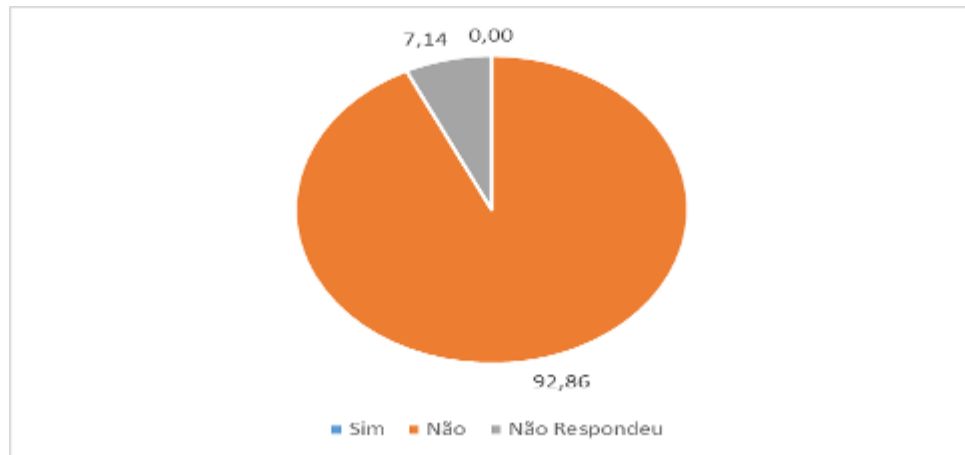
- Quantos funcionários tem nesta loja? – 50% das lojas empregam de 6 a 10 colaboradores, 14,29% mais de 20, 28,57% de 2 a 5 colaboradores e por fim 7,14% geram apenas um posto de trabalho.



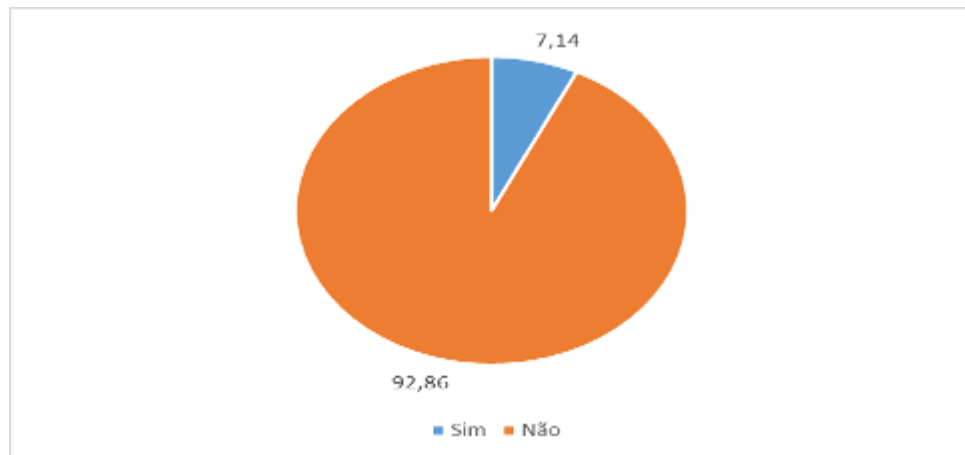
- Valor do faturamento médio mensal:



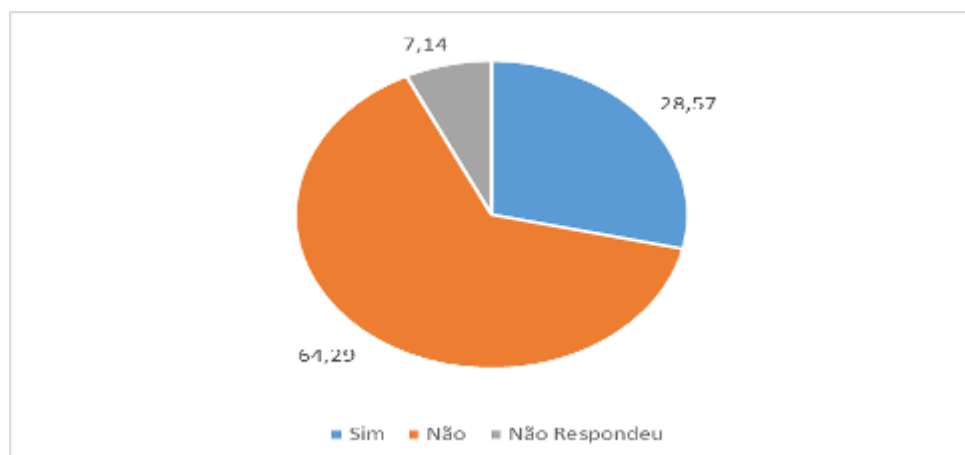
- Sua mercadoria é consignada? – A grande maioria não trabalha com consignação de mercadoria.



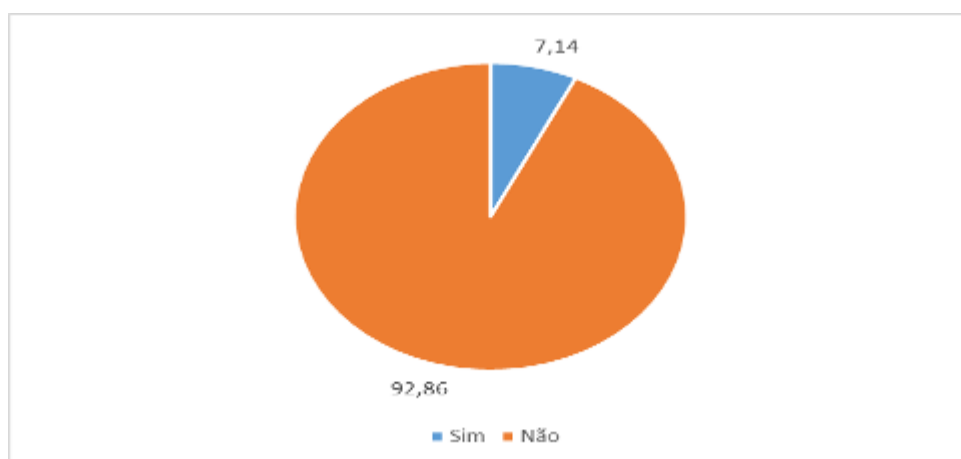
- Tem financiamento? – O investimento é de capital próprio – 92,86%.



- Tem dívidas no negócio? - 28,57% possuem dívidas relativas ao negócio.



- Pensa em mudar de ramo? 92,86% não pensa em mudar de ramo.



- Como você classifica o desempenho atual do negócio? A maioria classifica como regular.

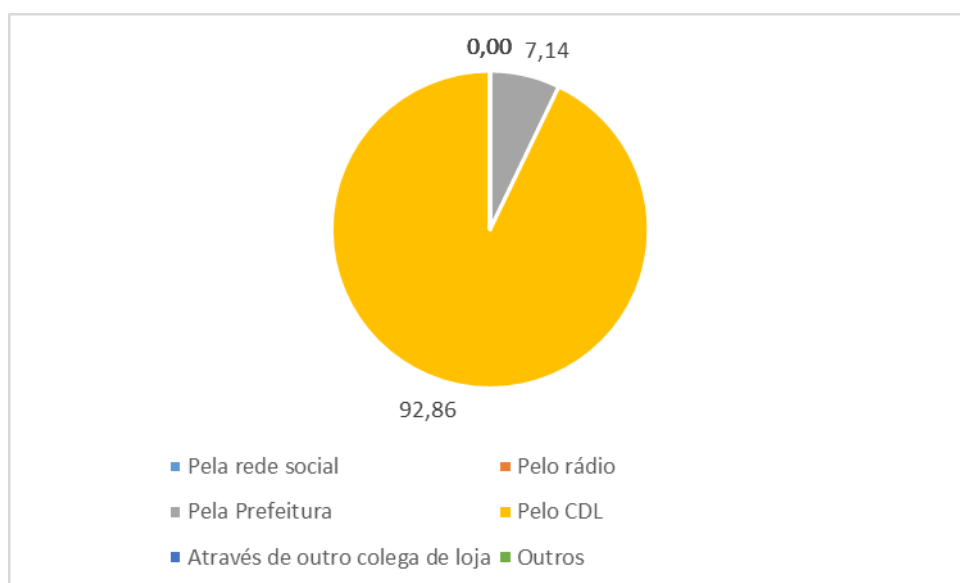


### ✓ Opinião sobre a obra da Avenida Sete de Setembro

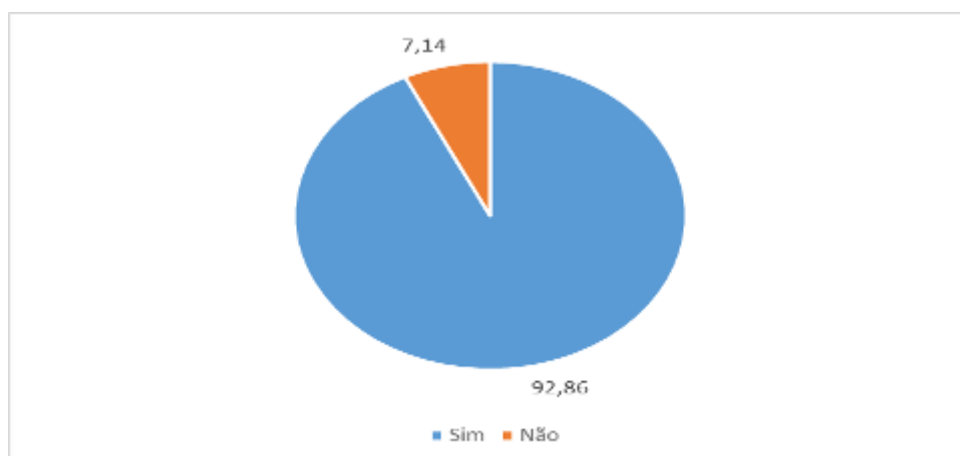
- Você foi informado da requalificação Obra da Av. Sete de Setembro? – 100% foi informado sobre a obra de requalificação da Av. Sete de Setembro.



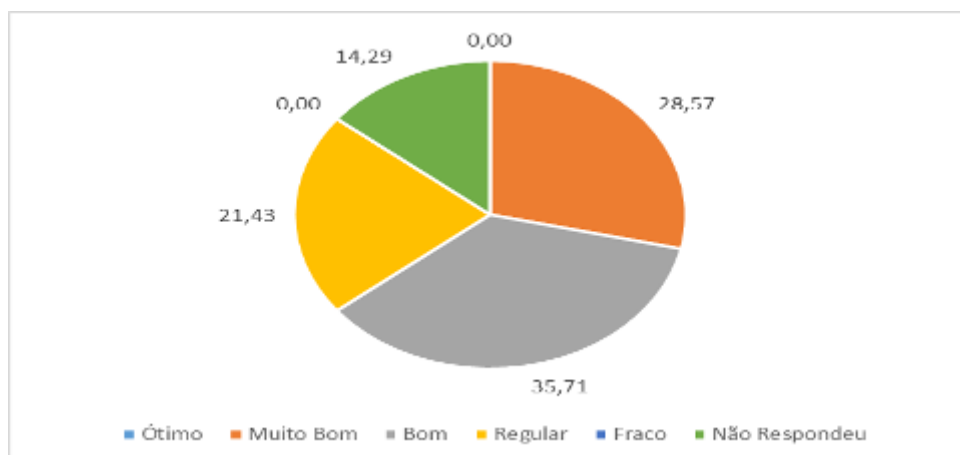
- Como ficou sabendo? Pelo CDL afirmou 92,86%.



- Você conhece o projeto –e o que vai ser feito? Expressivo o número de pessoas que afirmaram conhecer o projeto – 92,86%.



- Se sim. Como você avalia o projeto? Muito bom e bom somam 64,28%, 21,43% consideram regular e 14,29% optou por não responder.

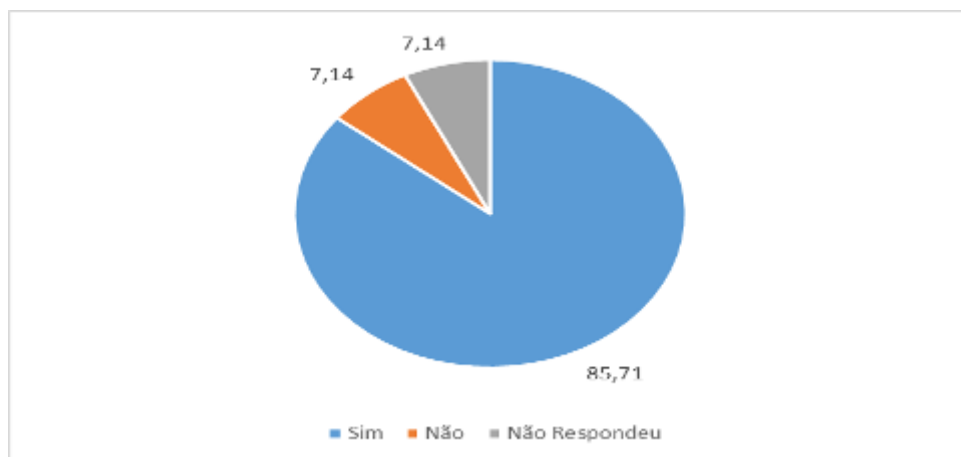




- Se não. Você acha importante conhecer o projeto?

O único que informou não conhecer o projeto afirmou que considera importante saber sobre o mesmo.

- Você tem alguma preocupação com a implantação das obras? Expressivos 85,71% manifestaram ter preocupações.



- Quais?

Sim. A obra atrasar e ser feita no mês de dezembro de 2018

Sim. Atraso na obra devido a despreparo da equipe de execução

Sim. Não ter estacionamento ao longo da via pós a obra

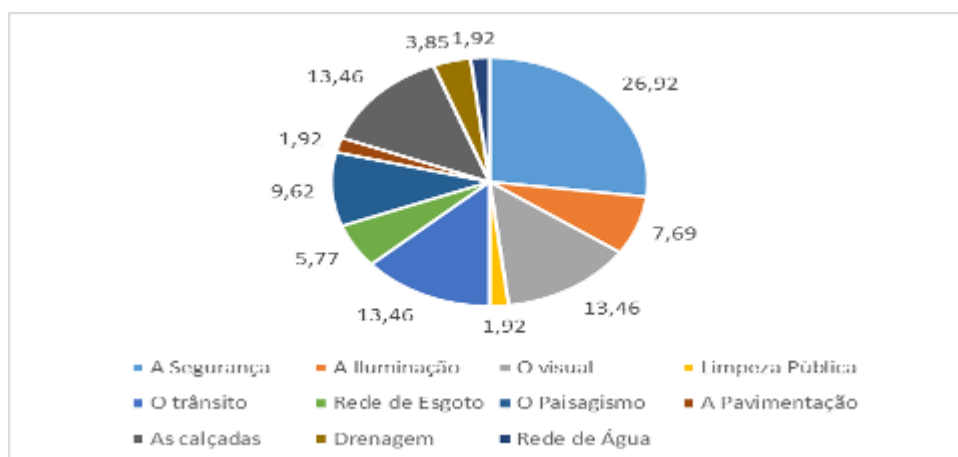
Sim. Dificuldade de acesso as lojas

Sim. O projeto cria mais espaço para o comércio informal. A fiscalização é insuficiente.

Sim. Vai ter mais engarrafamento no trânsito

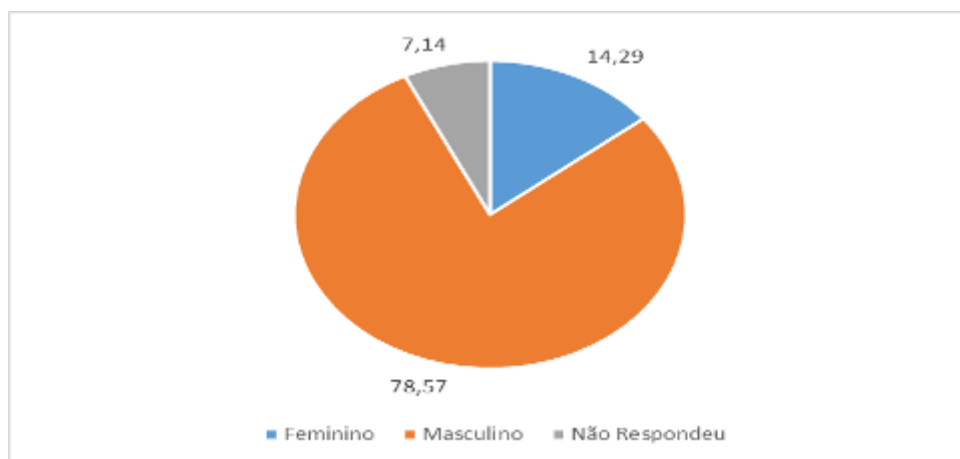
Sim. O projeto vai acabar com o estacionamento

- O que mais precisa melhorar na Av. Sete de Setembro? A melhoria na segurança é o mais desejável seguido pelas melhorias no: visual / trânsito / calçadas / paisagismo.

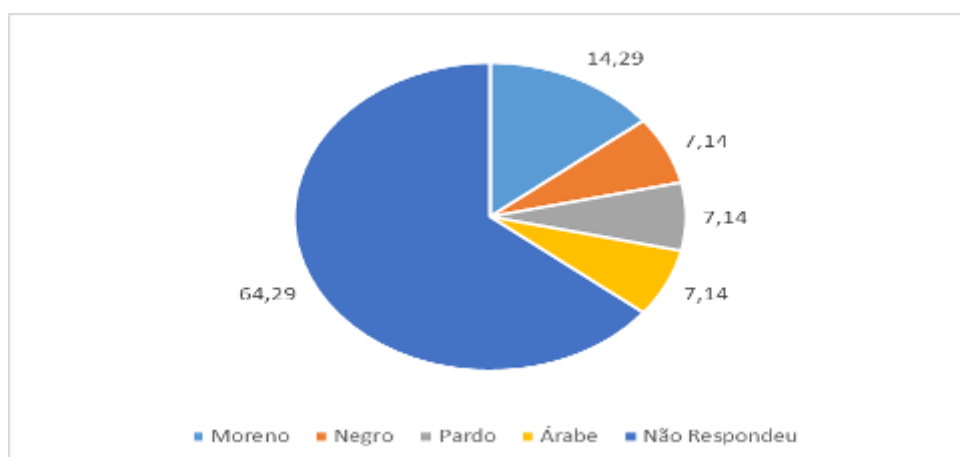


### ✓ Caracterização do Sócio Majoritário ou Gerente

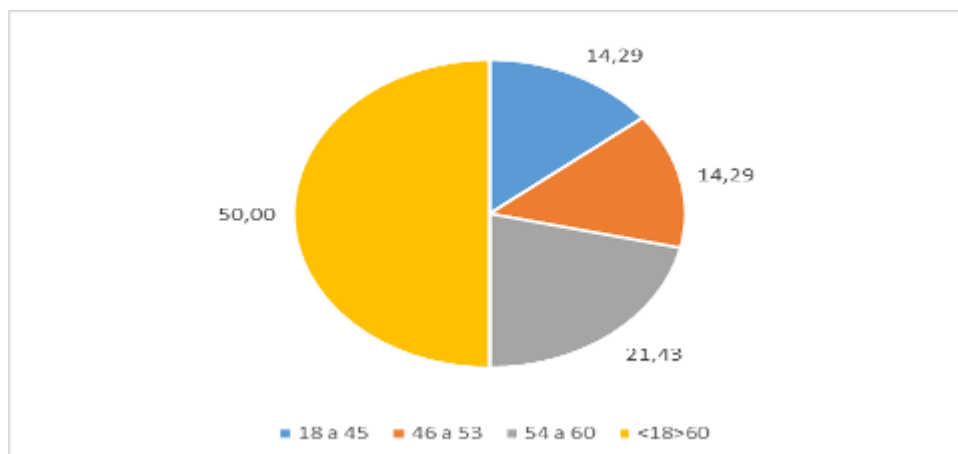
- Sexo – Predominância do sexo masculino



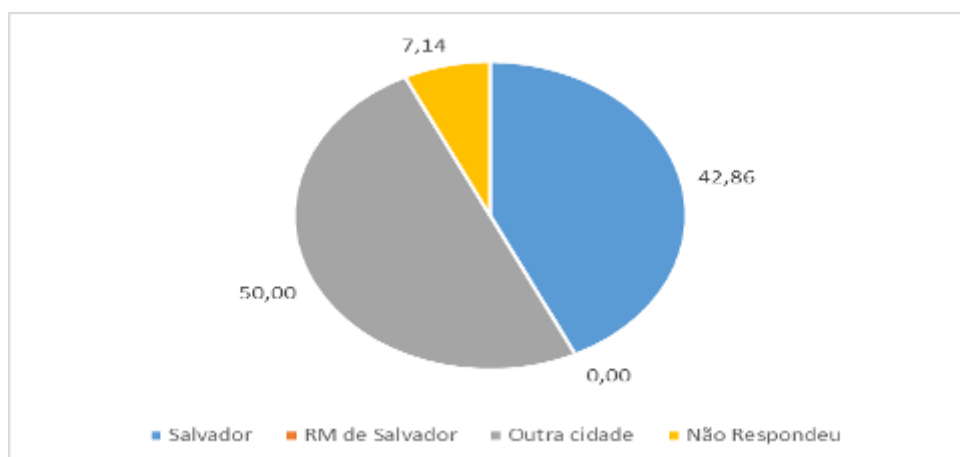
- Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça? 64,29% não informaram sua declaração racial



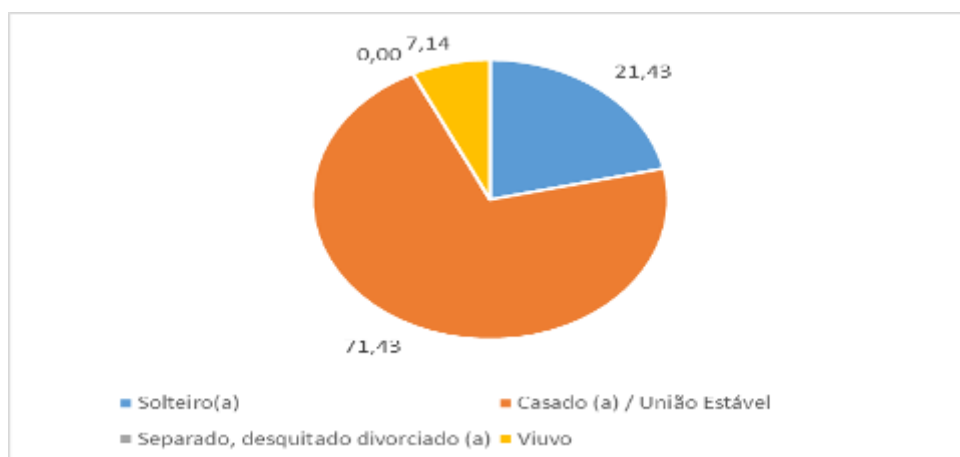
- Idade Sócio Majoritário / Gerente (anos) – 50% dos lojistas estão em idade produtiva e outros 50% pela informação fornecida acima de 60 anos.



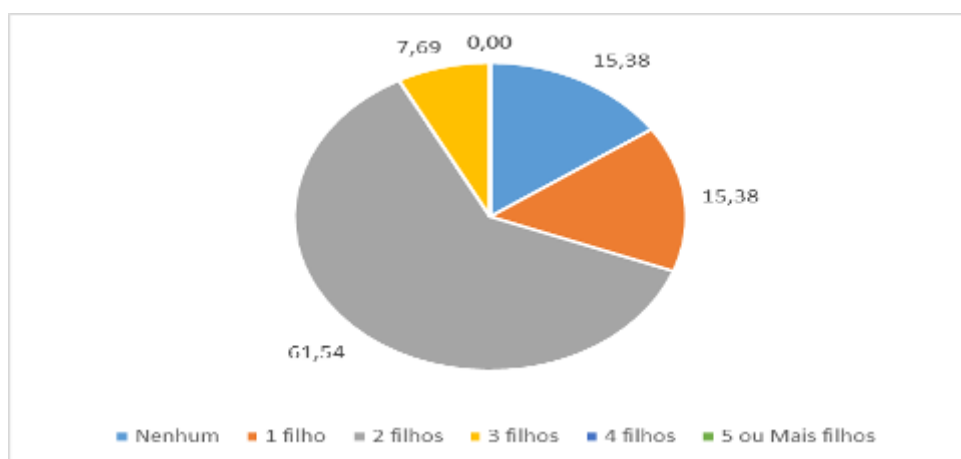
- Local de Nascimento –



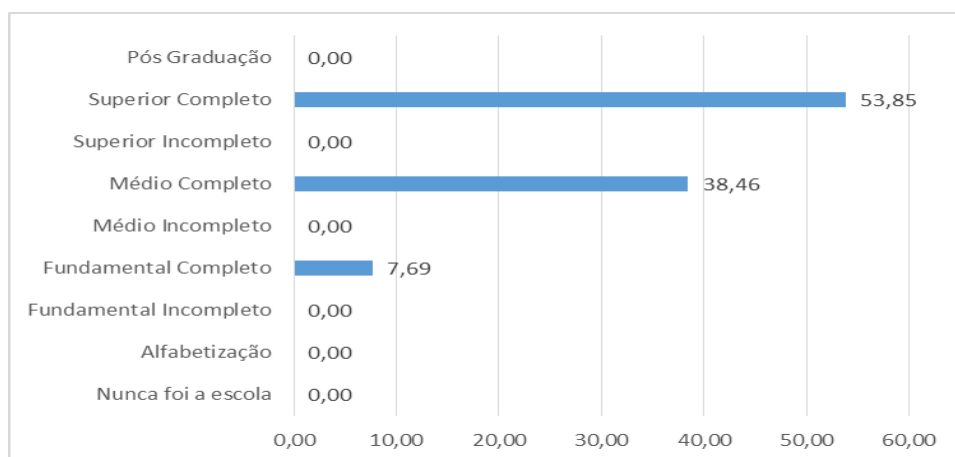
- Estado Civil – 71,43% são casados ou tem união estável.



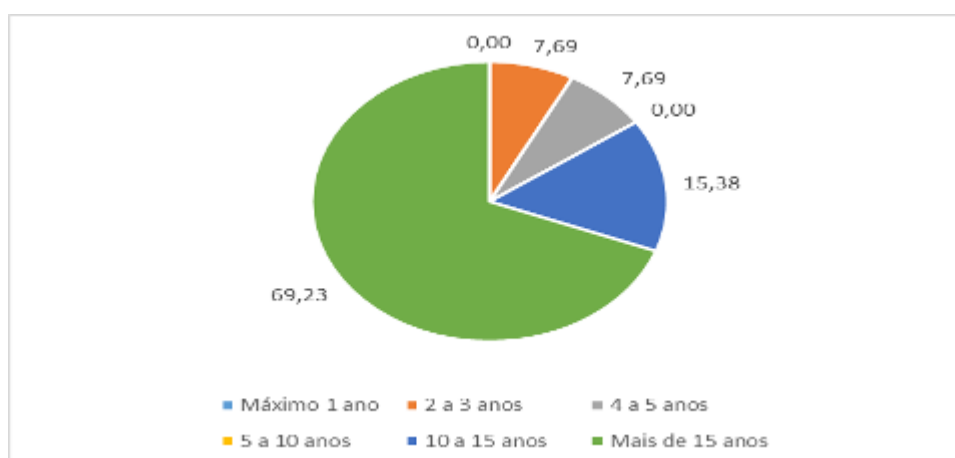
- Número de Filhos – 76,92% possuem de 1 a 2 filhos



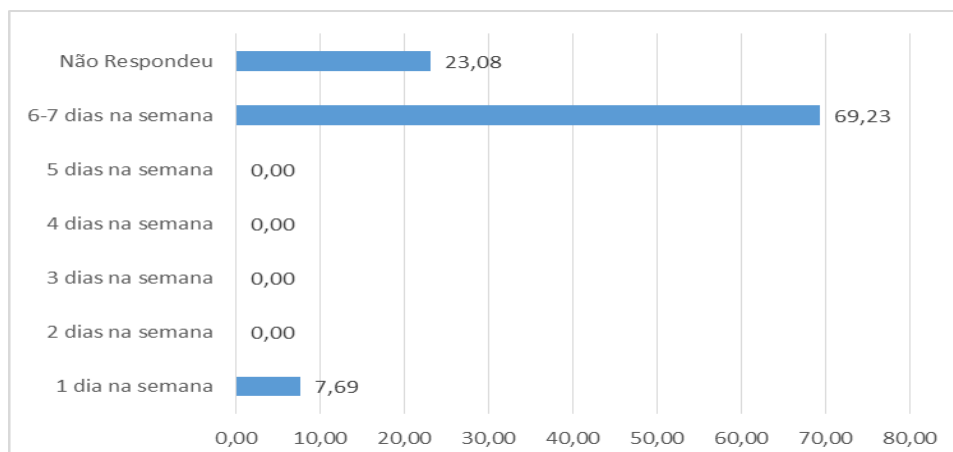
- Grau de Escolaridade – mais da metade tem superior completo e nenhum tem escolaridade inferior a fundamental completo.



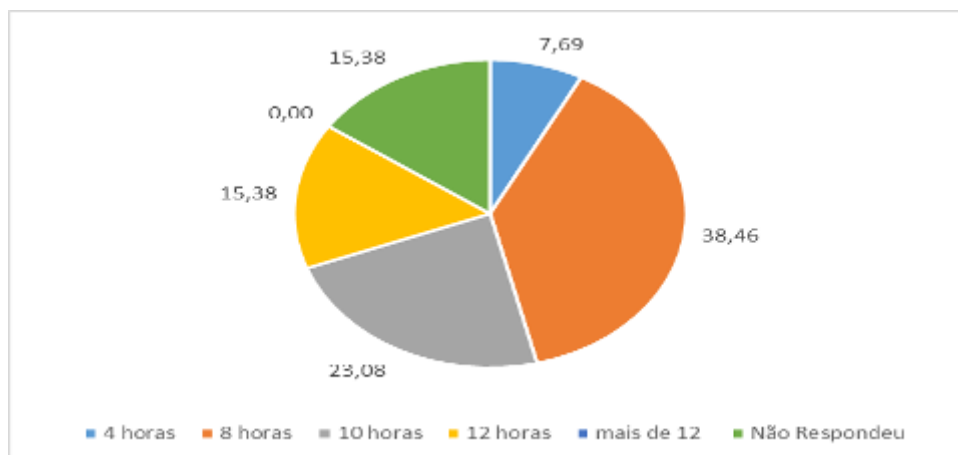
- Trabalha há quanto tempo neste local – A grande maioria trabalha a mais de 15 anos.



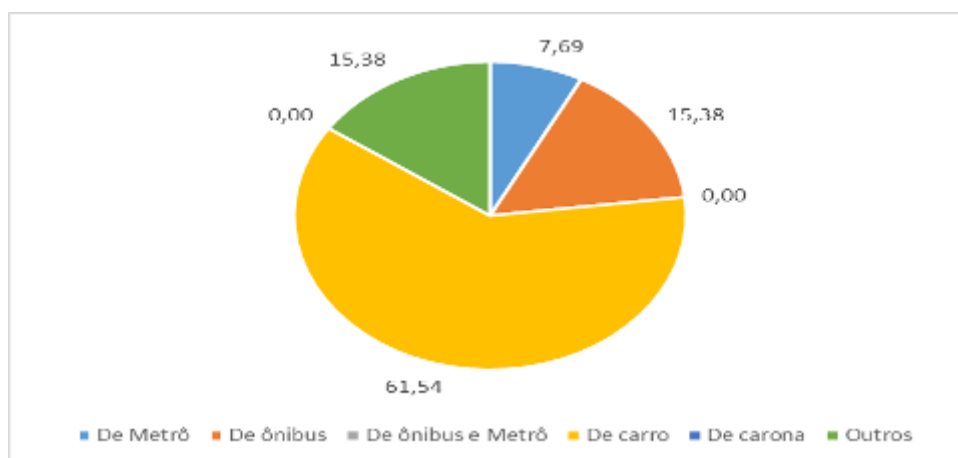
- Com que frequência por semana você trabalha? – 69,23% trabalham de 6 a 7 dias por semana



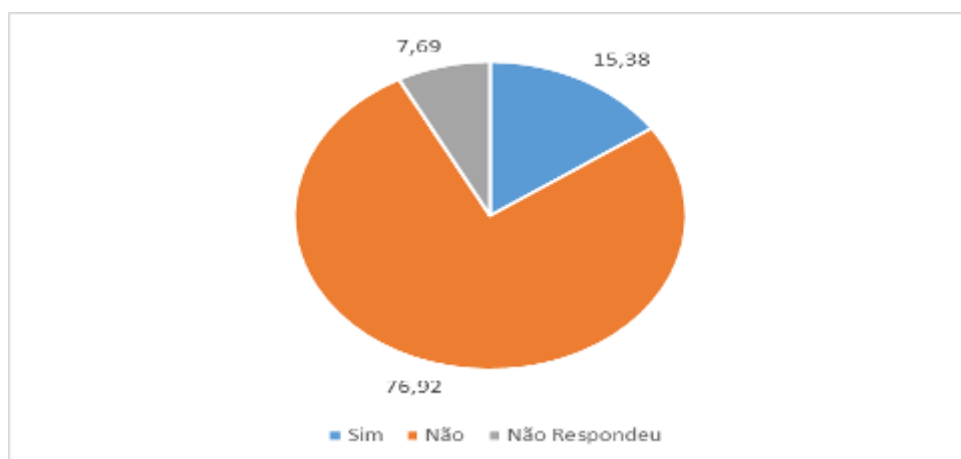
- Quantas horas trabalha por dia, neste local? 38,46% trabalham mais de 8 horas dia.



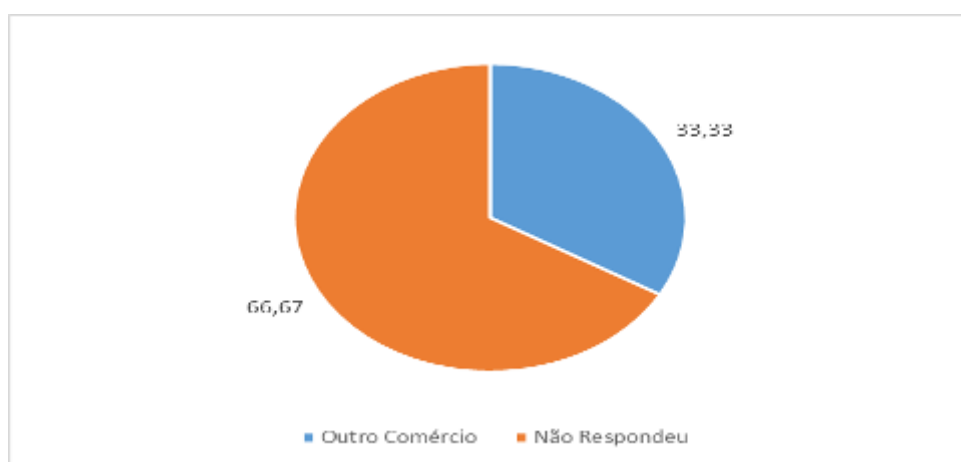
- Como você vem para o trabalho? 61,54% utilizam o carro para irem ao trabalho.



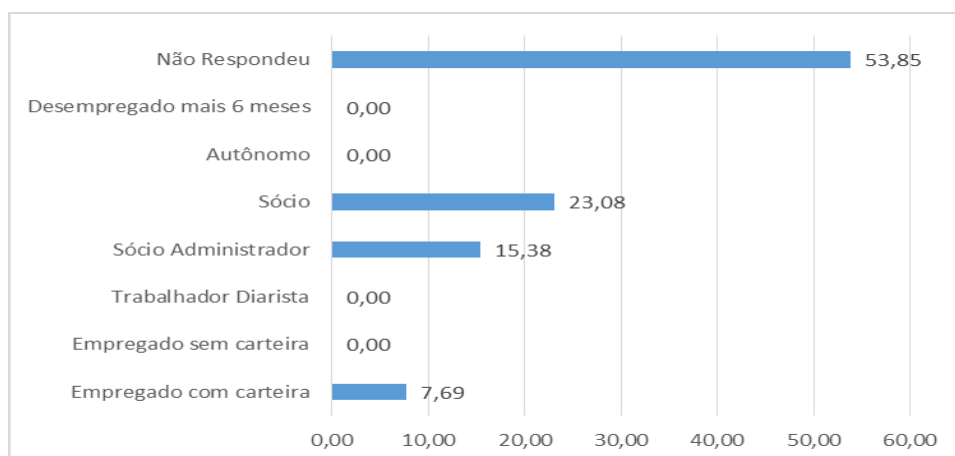
- Trabalha em outro local – A grande maioria 76,92% não trabalham em outro local.



- Em que? – Dos 15,38% que declararam trabalhar em outro local 33,33% declararam trabalhar em outro comércio

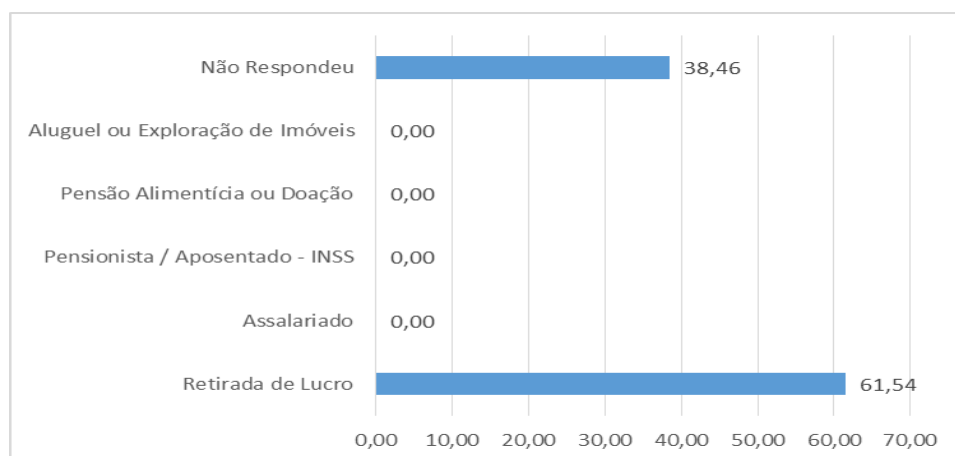


- Regime de Trabalho neste negócio- A maioria não respondeu.



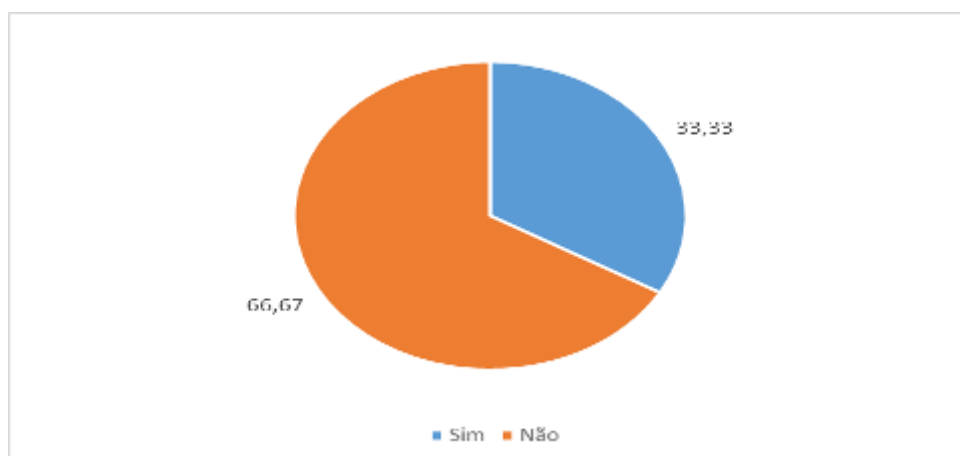


- Fonte de Renda (Principal) - A maioria faz retirada de lucro.



### ✓ Caracterização do Grau de Associativismo

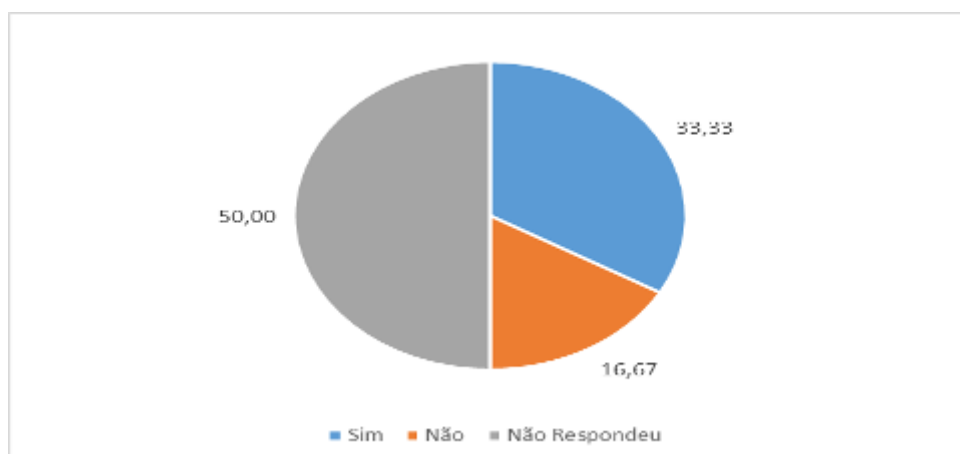
- Participa de algum sindicato e/ou associação?



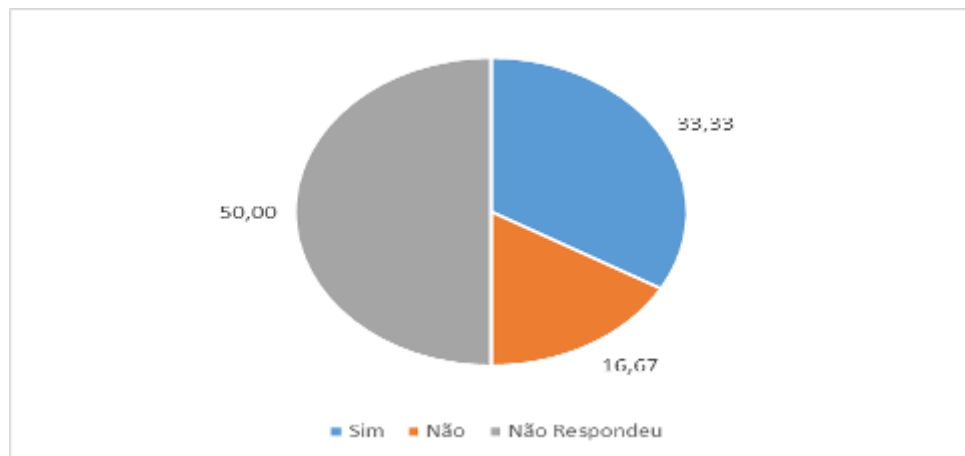
- Qual Associação?

Foram citados CDL e AECASA – uma vez cada uma.

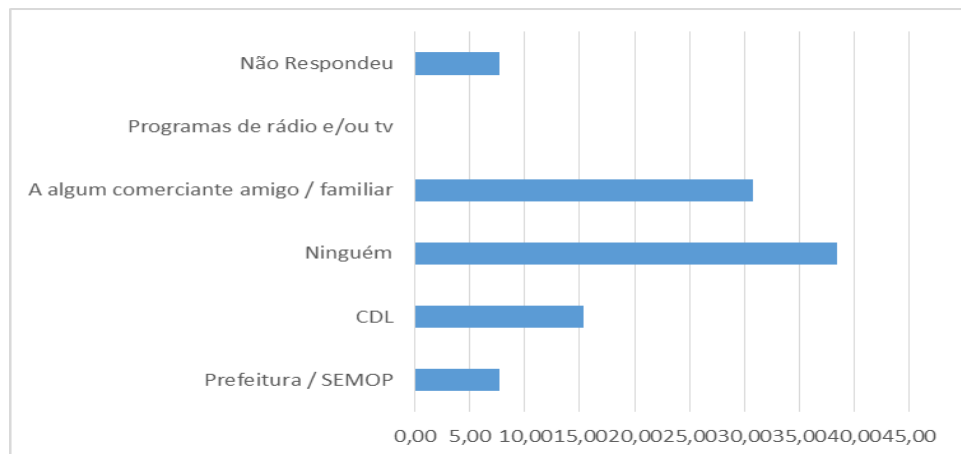
- Se sim. Você está satisfeito com o trabalho da associação A QUAL VOCÊ É FILIADO?



- Frequenta as reuniões? – 50% não informou.

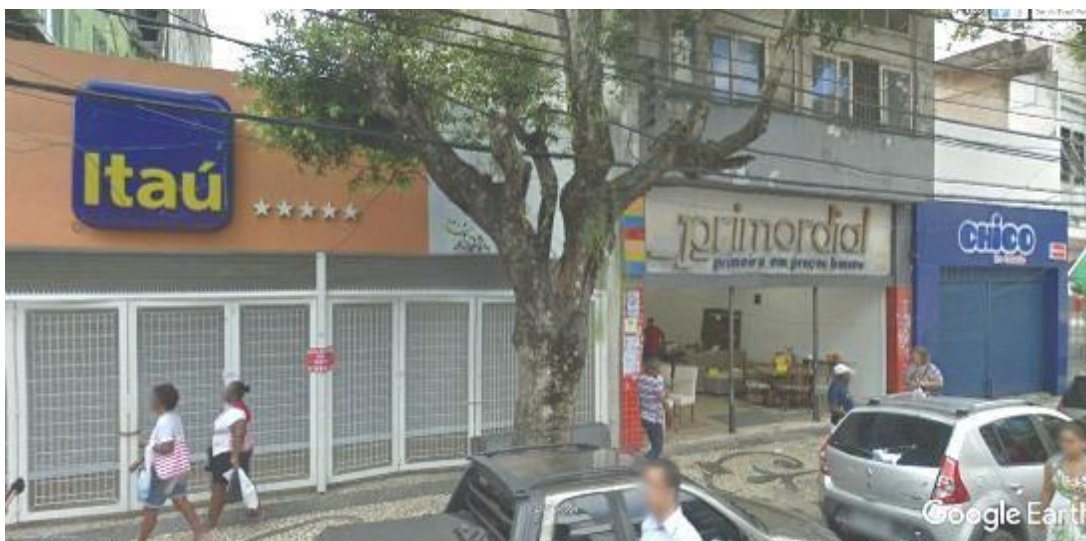


- Quando você tem um problema relacionado com o negócio a quem você recorre?  
Não recorrem a ninguém foi a resposta predominante.



#### 5.4.2 REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES FORMAIS

O Registro fotográfico a seguir ilustra cenas de ocupação ao longo da Avenida Sete de Setembro de natureza formal.







## 6. AVENIDA SETE DE SETEMBRO – PORTFÓLIO DE INTERVENÇÕES

Projetos e atividades	Localização	Descrição
	Áreas de intervenção	
Melhorias urbanas Centro Antigo: criar infraestrutura urbana e de serviços para melhor uso pedestre e revitalização da área.	Salvador: Av. Sete de Setembro - Urbanismo, paisagismo e engenharia de tráfego.	O projeto prevê o alargamento dos passeios com nova pavimentação, tratamento das interseções para pedestres, parklets, inclusão de rampas para pedestres, reforma e adequação das escadas e ordenamento do estacionamento ao longo da via.
		A equipe técnica contará com arquiteto, urbanista, eng. de tráfego e transporte, eng. de projeto de sistemas urbanos, eng. agrimensor, especialista em meio ambiente e paisagista..

As intervenções a serem realizadas são as seguintes:

- Rede de drenagem reconstruída
- Asfalto substituído
- Alargamento do lado esquerdo do passeio, do Campo Grande até a Praça Castro Alves - inclusive, para 5 metros - quase dois a mais do que existe hoje em determinadas extensões
- Toda a pavimentação das calçadas em pedras portuguesas será restaurada, mas com acréscimo de áreas de acessibilidade composta por faixa de granito liso
- Os monumentos históricos ganharão passeio diferenciado
- Parklets – áreas de lazer provisórias, como opção de lazer serão construídos
- O aspecto paisagístico também será melhorado, pois as fiações provenientes das redes de telecomunicações ficarão sob o solo – vala técnica
- Iluminação pública será modernizada com instalação de lâmpadas LED
- Implantação de sistema de câmeras de segurança no trecho revitalizado







## 7. CONTROLE DO TERRITÓRIO

A Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP é responsável por “Planejar, administrar e fiscalizar o comércio em vias e logradouros públicos, monitorar e fiscalizar os níveis de emissão sonora, administrar os serviços públicos da iluminação pública, limpeza, urbana, destinação de resíduos sólidos, organizar e manter o serviço de salvamento marítimo, articular as ações voltadas para a proteção e defesa do consumidor e acompanhar o planejamento e a execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública e prevenção à violência e a proteção do patrimônio, no que concerne ao regular desempenho das competências do Município” conforme estabelece a Lei nº 4.103 de 29 de junho de 1990.

Importante lembrar o Termo de Ajuste de Conduta estabelecido em maio de 2015 - vide Anexo 5 deste documento entre a Prefeitura e as Lideranças do Comércio Informal que estabelece a natureza do comércio informal que poderá atuar ao longo da Avenida Sete de Setembro – baianas de acarajé / vendedores de água de coco. Os demais ambulantes foram devidamente licenciados e transferidos para as vias transversais num amplo programa de relocação desenvolvido pela Prefeitura – cujos detalhes encontram no Anexo 9 – deste documento de Lições Aprendidas.

A SEMOP mantém vigilância diária e constante ao longo da Avenida – mas em número insuficiente e com dificuldades operacionais de atuação – deslocamento / ausência de controle remoto (câmeras) / efetivo insuficiente / base fora da área / demanda de controle de outros territórios da cidade que provoca a ausência dos efetivos em determinados momentos.

Todos estes fatores propiciam o deslocamento dos ambulantes para à calçada da Avenida Sete de Setembro – a maioria desenvolveu uma barraca sobre rodas – o que possibilita uma retirada rápida do local – observe as fotos apresentadas a seguir – todas apresentam estratégias adotadas por ambulantes que não se encontram licenciados na Prefeitura e cuja atividade não observa o Marco Legal vigente.



Utilização de  
veículo com  
maleiro  
aberto para  
exposição  
das  
mercadorias



Utilização do  
espaço do  
recuo imóvel

Utilização  
de veículo  
com maleiro  
aberto para  
exposição  
das  
mercadorias



Carrinho sobre  
rodas e painel  
fácil de ser  
deslocado e  
carregado



Donde-se conclui, que se não houver uma fiscalização pós-obra intensa e que mantenha o território da Avenida Sete de Setembro sobre controle todo o esforço realizado pela Prefeitura poderá resultar apenas numa melhoria física da avenida sem contribuir para uma melhora efetiva de outros aspectos, tais como: acessibilidade / segurança / conforto visual / nível de ruído.

A adoção de medidas para se prevenir a ocorrência desta situação, no período pós-obra, está descrita no Capítulo 13 – deste documento.

## 8. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO

Um processo de relocação de pessoas pode gerar transtornos à vida das famílias impactadas a menos que medidas adequadas sejam devidamente planejadas e implementadas.

A Prefeitura de Salvador pretende que o PRODETUR Salvador adote soluções de mitigação e compensação junto à população afetada pelos impactos ocasionados pelo Programa – tanto no aspecto físico (relocação das barracas), como em outros aspectos (perda de rendimentos financeiros - interrupção de atividades produtivas).

Por outro lado, o BID – agente financiador do Programa solicita que sejam adotados determinados princípios e diretrizes quando se necessita relocar população e estes requisitos fazem parte das Políticas Operativas do Banco e para o tema reassentamento é a OP 710.

Para isto, os fundamentos e as diretrizes expostas a seguir deverão regular a modelagem das soluções alinhadas neste PCCO – Plano de Convivência com as Obras.

Nesta perspectiva, possíveis ajustes das soluções de relocação, que possam vir a ser requeridas, serão realizados sempre com observância e em sintonia com as diretrizes descritas a seguir:

- Diretriz 1 – Minimizar a necessidade de relocação buscando soluções de engenharia que viabilizem a implantação dos serviços e da infraestrutura e que concomitantemente minimizem o número de pessoas atingidas.
- Diretriz 2 - Anterioridade do Remanejamento ao início das obras - Os serviços de obras, quando incidirem em território com imóveis, população e atividades econômicas afetados só serão iniciados pela empreiteira vencedora da correspondente licitação somente quando estiver concluído o processo de relocação preconizado neste Plano.
- Diretriz 3 – Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento, de forma a contemplar a diversidade social. As alternativas de atendimento

deverão considerar as especificidades (diferentes capacidades e vulnerabilidades socioeconômicas) da população a ser relocada.

- Diretriz 4 – A população afetada terá liberdade de escolha quanto à sua opção de atendimento, dentro dos critérios adotados pela política de compensação/atendimento do Programa – critérios de elegibilidade.
- Diretriz 5 – Isonomia e Equidade Social. Todos os afetados e cadastrados pelo Programa serão alvo da política de mitigação.
- Diretriz 6 – População Tradicional (indígena/Quilombola). Não foram identificados grupos, tribos, nações, indivíduos pertencentes a grupos de população tradicional instalados na área de intervenção do Programa. É importante ressaltar que grande parte da população da cidade de Salvador é afro descendente. No entanto, vivem na cidade dentro dos usos e costumes urbanos e contemporâneos. No caso de serem identificados durante a execução do PCOO algum grupo ou indivíduo que possa ser considerado como população tradicional serão adotadas medidas de atenção adequadas aos costumes e características socioculturais.
- Diretriz 7 – As soluções de relocação a serem adotadas deverão buscar garantir o desempenho das atividades produtivas no mínimo igual ao padrão pré-projeto.
- Diretriz 8 – A Gestão Compartilhada – A Prefeitura garantirá a participação da comunidade em todas as etapas do Programa. Os mecanismos de participação comunitária deverão estar orientados a instrumentalizar as relações entre os segmentos sociais afetados (ambulantes e pequenos empresários) no que diz respeito a uma implantação participativa e negociada do processo de relocação.
- Diretriz 9 – Os custos das soluções de remanejamento não serão repassados à população atingida.
- Diretriz 10 – Evitar o risco de empobrecimento da população afetada, adotando soluções de realocação que permitam uma real melhoria da qualidade de vida da população a ser relocada.



## 9. MARCO LEGAL

O PCCO - Plano de Convivência com as Obras está condicionado à observância do ordenamento jurídico em sua esfera federal, estadual e municipal, naquilo concernente:

- (i) Lei Nº 9.069 / 2016 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU2016 e dá outras providências
- (ii) Lei Nº 8543 / 2014 – Institui os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, estabelece os critérios para sua concessão e dá outras providências.
- (iii) Plano de Ação de Reordenamento da Avenida Sete de Setembro – estabelecido em 16/05/2017 - Vide Anexo 5 – deste documento.
- (iv) Decreto nº 12.016 de 08 de Junho de 1998 - Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências – Vide Anexo 6 – deste documento.
- (v) Portaria SEMOP Nº 16 DE 06/02/2017 - Dispõe sobre o exercício de atividades do comércio informal em logradouros públicos, durante o Carnaval 2017 na cidade de Salvador, e dá outras providências – Vide Anexo 7 – deste documento.

## **PARTE 2 – PAUTAS PARA CONVIVÊNCIA COM AS OBRAS E REINSERÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS**



## 10. SITUAÇÃO DE AFETAÇÃO

### 10.1 JUSTIFICATIVA

As intervenções previstas para serem executadas ao longo da Avenida Sete de Setembro demandarão à relocação das atividades exercidas pelos ambulantes sobre as calçadas da via e ocasionarão transtornos temporários e reversíveis para os usuários e trabalhadores da rede de comércio e serviços situados ao longo da via no trecho de intervenção.

Para isto é preciso conhecer a poligonal de afetação que é definida pela *linha de off set da obra*<sup>6</sup> – pois somente parte da Avenida Sete de Setembro será objeto de intervenção.

### 10.2 POLIGONAL DE AFETAÇÃO E LINHA DE CORTE OU DE BASE

A linha de off set da obra compreende no trecho situado entre a Casa D' Itália e o Edifício Sulacap (inclusive à Praça Castro Alves) – vide foto a seguir, delimitado pelas testadas dos lotes de cada lado.



O Cadastro realizado em 16/08/2018 é o instrumento que define a linha de base dos ambulantes elegíveis.

<sup>6</sup> Linha que delimita a área de intervenção de uma determinada obra – polígono que contém o território requerido pela intervenção a ser executada. Numa obra pode-se ter uma única poligonal ou várias – depende da característica da obra.

Após a data de corte se algum licenciado ou não – que não tenha sido cadastrado se manifestar a SEMOP /SECULT a sua inclusão será possível desde que:

- Sua licença seja para a Avenida Sete de Setembro no trecho de intervenção do Programa;
- Sua atuação seja comprovada de forma categórica.

### **10.3 CATEGORIAS DE AFETADOS**

Os afetados pelas obras podem ser classificados por categoria do setor ao qual estão relacionados – o que não significa que algumas pessoas pertençam a mais de uma categoria – por exemplo resida e trabalhe na Avenida Sete de Setembro:

#### **Setor do Comércio**

- a. Ambulantes licenciados ou não que exerçam suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro
- b. Comércio estabelecido ao longo do trecho de intervenção da Avenida Sete de Setembro
- c. Comércio formal e informal situado nas ruas / vias transversais à Avenida Sete de Setembro – no trecho de intervenção
- d. Fornecedores de mercadoria à rede de lojas situadas ao longo da Avenida – no trecho de obras – Abastecimento das lojas
- e. Trabalhadores que exercem suas atividades ao longo da via na rede de comércio e serviço - inclusive prestando serviço aos ambulantes

#### **Setor de Serviços**

- f. Estabelecimentos de Ensino / Agências Públicas / Clínicas
- g. Funcionários e estudantes dos diversos estabelecimentos educandários situados ao longo da via
- h. Funcionários das agências públicas / rede bancária

#### **Setor Residencial**

- i. Pessoas residente na Av. Sete de Setembro e imediações
- j. População em situação de Rua

- k. Moradores do Bairro 2 de Julho – que usam o metrô para irem e virem de suas residências

Para cada categoria de afetado há de se adotar medidas mitigadoras sempre proporcional e na medida do impacto ocasionado.

#### 10.4 NÚMERO DE AFETADOS – CATEGORIA AMBULANTES

Na perspectiva do anteriormente dito, o processo de relocação das bancas / barracas, no âmbito do PRODETUR Salvador, está circunscrito às atividades econômicas situadas dentro da área de intervenção – conforme descrito no item 9.2 – deste documento.

Em agosto de 2018 foi realizado o Censo dos ambulantes atuantes na área da poligonal de afetação e o número encontrado são os seguintes:

CENSO	Número de Ambulantes Cadastrados	%
Ambulantes Licenciados	157	26,30
Ambulantes não licenciados com protocolo	5	0,84
Ambulantes não licenciados	276	46,23
Ambulantes - não informaram sua condição	11	1,84
Ambulantes - entrevista parcial	148	24,79
<b>TOTAL</b>	<b>597</b>	<b>100,00</b>

As obras a serem realizadas na Avenida Sete serão desenvolvidas por etapas e para isto foram planejadas para serem executadas em 4 Tramos, logo é importante conhecer o número de ambulantes afetados por Tramo de Obra. O quadro a seguir apresenta estes números:

CENSO	Ambulantes Cadastrados		Categorias dos Ambulantes Cadastrados											
			Ambulantes Licenciados		Ambulantes Não Licenciados com Protocolo		Ambulantes não licenciados		Ambulantes - que respondeu ao Censo - entrevista parcial		Ambulantes - não informaram sua condição		TOTAL	
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%
Tramo 1 da Obra	68	11,39	24	15,29	1	20	31	11,23	1	0,725	11	52,38	68	11,39
Tramo 2 da Obra	160	26,8	36	22,93	1	20	77	27,9	44	31,88	2	9,524	160	26,8
Tramo 3 da Obra	351	58,79	92	58,6	3	60	159	57,61	89	64,49	8	38,1	351	58,79
Tramo 4 da Obra	18	3,02	5	3,185	0	0	9	3,261	4	2,899	0	0	18	3,015
<b>TOTAL</b>	<b>597</b>	<b>100</b>	<b>157</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>276</b>	<b>100</b>	<b>138</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>597</b>	<b>100</b>

IMPORTANTE –

1. Muitos dos que responderam o cadastro parcialmente são conhecidos no território como "jóqueis" – pessoas que estão vendendo mercadoria de outros em momentos de sazonalidade de determinados produtos ou ocasião.
2. O Tramo 3 de obra concentra 58,79% dos ambulantes, ou seja, 351 ambulantes e destes apenas 25,93% (91) são licenciados.

## 11. PERFIL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO

Neste capítulo busca-se o perfil socioeconômico das atividades tanto formais quanto informais existentes na Avenida Sete de Setembro – no trecho da obra, considerando a base de dados apresentada no Capítulo 4 – deste documento.

Neste momento, o que se quer é analisar os resultados obtidos e apresentar as conclusões e recomendações para cada categoria de afetado.

### ✓ **Resumo dos Resultados – Ambulantes e suas Atividades**

A seguir, apresenta-se o resultado da pesquisa, as perguntas não foram feitas necessariamente na ordem apresentada aqui e os Resultados foram organizados em 34 temas a saber:

- Tema 1 – Caracterização do negócio
- Tema 2 – Caracterização do Ambulante
- Tema 3 – Caracterização da Barraca

#### **Tema 1 – Caracterização do negócio**

- 32% dos ambulantes declararam trabalhar na Avenida Sete a menos de 1 ano; outros 26% de 1 a 5 anos; 15% de 5 a 10 anos; e os 28% restantes a mais de 10 anos exercem a atividade.
- Apenas 35,4% declararam serem licenciados e 1% declararam não ser licenciado, mas possuem protocolo de solicitação de licenciamento – ou seja, o índice de não licenciamento é bastante elevado.
- Dos Produtos Comercializados – O ramo de alimentação (frutas/ doces/ água de coco/ acarajé/ lanches/ pipocas) totaliza 24% das atividades e o bloco das roupas, sapatos / acessórios (óculos) aparecem com 44,0%.
- 45% das barracas/bancas faturam até 1,0 salário Mínimo por mês, 33% de 1,0 a 2,0 Salários Mínimos por mês, 13% acima de 2,0 salário mínimo e 10% não quis informar.

## **Tema 2 – Caracterização do Ambulante**

- 91% são oriundos do estado da Bahia;
- 44% se declaram negro; 42% pardo; 9% branco; 3% amarelo e 2% não informou;
- 20% tem entre 18 e 24 anos; 19% de 25 a 34 anos; 25% de 35 a 44 anos; 27% de 45 a 59 anos e 8% acima de 60 anos;
- 4% possuem nível superior; 32% médio completo; 21% médio incompleto; 11% fundamental completo; 26% fundamental incompleto; 5% são alfabetizados e 1% não teve acesso à escola.
- 73% declararam ter abandonado à escola para trabalhar; 12% porque casou; 6% por escolha ou por problemas escolares; 10% não informou o motivo;
- 91% se consideram qualificados para exercerem a atividade;
- No entanto, 64% manifestaram interesse em atender a curso de qualificação; destes 36% gostariam que o curso fosse na área de comércio; 30% de empreendedorismo; 25% de atendimento ao público; 20% de gastronomia; 17% de segurança; 16% de gestão de negócios; 8% de boas práticas de higiene e manipulação de alimentos;
- 78% informaram possuir carteira de identidade e 65% possui CPF;
- 70% se considera ser o chefe da família; e 72% ser o responsável pela renda familiar;
- 71% possuem filhos e a média é de 1,7 filho por ambulante;
- 85% trabalham de 6 ou 7 dias na semana; 12% trabalham 5 dias na semana; e 3% não possuem regularidade;
- 50% trabalham de 6 a 8 horas por dia; 43% de 9 a 12 horas diária; 2% mais de 12 horas; 5% menos de 5 horas e 1% não informou;
- 32% exercem a atividade há menos de 1 ano; 26% de 1 a 5 anos; 15% de 5 a 10 anos; 17% de 10 a 20 anos; 11% mais de 20 anos;

## **Tema 3 – Caracterização da Barraca**

- Equipamento de constituição da barraca / banca/Tabuleiro – 52% utilizam a barraca como equipamento; 21% carrinho de mão; 13% gradil; 7% em caixas; 5% lona no piso; 2% outras soluções;

## ✓ Conclusões e Recomendações

A pesquisa realizada pelo Censo apresenta resultados que merecem reflexões, são eles:

### Conclusões:

- ✓ Perfil do Negócio: Expansão significativa no ano de 2017 – agravamento da crise, baixo índice de regularidade frente ao licenciamento da Prefeitura “alvará de localização”, predominância das atividades relacionadas à alimentação e vestuário;
- ✓ Perfil do ambulante: Predominância masculina, jovens de até 34 anos (39%), pretos e pardos, donos do negócio, escolaridade média, abandono dos estudos para se dedicar ao trabalho, recém ingressado neste mercado, trabalha todos os dias, no mínimo 8 horas dia e tem demonstrado interesse em ser qualificado. Onde-se conclui que o ambulante analisado é um empreendedor por contingência atuando em mercado disputado e elevado risco, frágil, sem capital, com instrução regular, mas sem qualificação profissional, de baixa renda, em situação de alta vulnerabilidade e risco social.
- ✓ O censo aponta que as mulheres entrevistadas possuem, em sua maioria, as mesmas características demográficas dos homens (raça, faixa etária e escolaridade), tendo como único fator relevante a diferença entre ter ou não filhos (Homem 67% e Mulheres 76%).

### Recomendações:

A pesquisa mostra que parcela desta população deseja:

- ✓ Promoção de cursos de qualificação profissional – de preferência os que possibilitam auferir salários mais adequados às necessidades de uma jovem família – para isto estabelecer parcerias e estabelecer política própria criando incentivos de frequência ao curso. Estes cursos deverão ter carga horária que realmente possibilite à formação profissional.
- ✓ Incentivo à retomada da escolaridade formal uma vez que o índice de interrupção dos estudos é elevada;



## ✓ **Resumo dos Resultados – Comerciantes e suas Atividades**

A seguir, apresenta-se o resultado da pesquisa, as perguntas não foram feitas necessariamente na ordem apresentada aqui e os Resultados foram organizados em 4 temas a saber:

- Tema 1 – Caracterização do negócio
- Tema 2 – Opinião sobre a obra da Avenida Sete de Setembro
- Tema 3 – Caracterização do Sócio Majoritário ou do Gerente
- Tema 4 – Caracterização do Grau de Associativismo

### **Tema 1 – Caracterização do negócio**

- As atividades tiveram início antes 2010 (com 50,00% segundo informações do levantamento em pauta) e depois disto o incremento foi modesto. Relevante é o fato de 35,71% optarem por Não Responder.
- 64,29% das unidades são as matrizes e 28,57% filiais.
- 35,71% dos representantes do comércio formal que compareceram à reunião no CDL informaram que a empresa tem outra unidade na Avenida Sete de Setembro.
- A grande maioria dos presentes (73,33%) possuem negócios em lojas de rua.
- 6 segmentos se destacam: (i) Confecção em Geral, (ii) Tecidos / Cama / Mesa / Banho / Decoração, (iii) Moda feminina / Masculina / Infantil / Em Geral, (iv) Comércio de Presentes e Produtos Importados, (v) Lanchonetes e Restaurantes, (vi) Prestação de Serviços elétricos e Hidráulicos / Contabilidade / Recepção / Em Geral.
- 28,59% são representados por formato de empresa que apenas uma pessoa responde pelo empreendimento (MEI e EIRELI) – o que caracteriza que se trata das menos unidades de negócios formalizada no País. No entanto, outros 57,14% são Sociedade Limitada e representa o comércio mais expressivo da área e 14,29% dos presentes não responderam.

- Quanto à tributação o resultado obtido aponta que 50% que é ME fatura até R\$360.000,00, outros 28,57% que é EPP fatura até R\$3,6 milhões de Reais e 21,43% acima do teto de da EPP.
- É elevado o índice de adimplência com os impostos – 71,43% e 28,57% preferiram não responder.
- 50% das lojas empregam de 6 a 10 colaboradores, 14,29% mais de 20, 28,57% de 2 a 5 colaboradores e por fim 7,14% geram apenas um posto de trabalho.
- O faturamento é diversificado. Destaca que 35,71% fatura mais de R\$50.001,00 por mês.
- A grande maioria não trabalha com consignação de mercadoria.
- O investimento é de capital próprio – 92,86%.
- 28,57% possuem dívidas relativas ao negócio.
- 92,86% não pensam em mudar de ramo.
- Ao analisar o desempenho atual do negócio – a maioria classifica como regular.

## **Tema 2 – Opinião sobre a obra da Avenida Sete de Setembro**

- 100% foi informado sobre a obra de requalificação da Av. Sete de Setembro e o foram pelo CDL afirmou 92,86%
- Expressivo o número de pessoas que afirmaram conhecer o projeto – 92,86%.
- E os que avaliam o projeto como “Muito Bom” e “Bom” somam 64,28%, 21,43% consideram regular e 14,29% optou por não responder.
- Expressivos 85,71% manifestaram ter preocupações com à implantação das obras. E as elencaram:
  - ✓ A obra atrasar e ser feita no mês de dezembro de 2018
  - ✓ Atraso na obra devido a despreparo da equipe de execução
  - ✓ Não ter estacionamento ao longo da via pós a obra
  - ✓ Dificuldade de acesso as lojas
  - ✓ O projeto cria mais espaço para o comércio informal. A fiscalização é insuficiente.

- ✓ Vai ter mais engarrafamento no trânsito
- ✓ O projeto vai acabar com o estacionamento
- A melhoria na segurança é a mais desejável seguida pelas melhorias no: visual / trânsito / calçadas / paisagismo.

### **Tema 3 – Caracterização do Sócio Majoritário ou do Gerente**

- Predominância do sexo masculino
- 64,29% não informaram sua declaração racial
- 50% dos lojistas estão em idade produtiva e outros 50% pela informação fornecida acima de 60 anos.
- 71,43% são casados ou tem união estável
- 76,92% possuem de 1 a 2 filhos
- Mais da metade tem superior completo-53,85% e nenhum declarou ter escolaridade inferior a fundamental completo
- A grande maioria trabalha a mais de 15 anos na Avenida Sete de Setembro
- 69,23% trabalham de 6 a 7 dias por semana e 38,46% trabalham mais de 8 horas dia.
- 61,54% utilizam o carro para irem ao trabalho.
- A grande maioria 76,92% não trabalham em outro local. Dos 15,38% que declararam trabalhar em outro local 33,33% declararam trabalhar em outro comércio
- Fonte de Renda (Principal) - A maioria faz retirada de lucro.

### **Tema 4 – Caracterização do Grau de Associativismo**

- Apenas 33,33% participam de entidades associativas
- Foram citadas o CDL e a AECASA
- A participação nas entidades é baixa e quando perguntados a quem recorrem para apoiar no enfrentamento de problemas a maioria declarou que resolve sozinho ou busca apoio em algum amigo comerciante ou na família.

## ✓ Conclusões e Recomendações

A pesquisa realizada traz alguns resultados que merecem reflexões, são elas:

### Conclusões:

- ✓ Perfil do Negócio: Atividades iniciadas antes de 2010 – após esta data não há surgimento significativo, o porte das lojas é bastante variável, algumas possuem mais de uma unidade ao longo da Avenida Sete de Setembro, como na informalidade aqui também o ramo de atividades predominantes é vestuário, baixo índice de endividamento
- ✓ Perfil do comerciante: Predominância masculina, os acima de 60 anos são parcela expressiva, se declaram pretos ou pardos, donos do negócio, escolaridade média/alta, estão no mercado a mais de uma década, trabalham todos os dias, no mínimo 8 horas dia, baixo adesão ao associativismo.

Donde-se conclui que o lojista é um empreendedor estabelecido, conhece o mercado, utiliza capital próprio, age sozinho, e possui formação escolar de média/alta.

Segurança, tratamento visual, trânsito são os temas que consideram com os mais necessários a serem tratados pela intervenção na avenida. Temem o não cumprimento dos prazos de obra, a perda de espaços para estacionamento no pós-obra, o aumento do congestionamento – devido a redução da caixa da via, e a ampliação da oferta do espaço para o comércio informal – alargamento da calçada pois a fiscalização é insuficiente para controlar o processo.

### Recomendações:

- ✓ Envolvê-los no processo de acompanhamento da execução da obra – criando uma Comissão de Acompanhamento de Obras
- ✓ Ampliar os canais de comunicação e participação

## **12. POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

### **12.1 POLÍTICA DE ATENDIMENTO – CONCEITO**

O objetivo de um PCCO – Plano de Convivência com as Obras é liberar território para implantação das intervenções previstas pelo PRODETUR ao longo da Avenida Sete de Setembro.

A política de atendimento ou de Compensação do PCCO deve alvejar restauração da capacidade produtiva e mitigação dos impactos sobre as atividades e usos que deverão conviver com as obras ainda que em caráter temporário e reversível.

A Prefeitura Municipal de Salvador desenvolverá a política de mitigação de impactos de forma a garantir:

- a reinstalação das atividades econômicas localizadas no território requerido, na perspectiva de (i) evitar criação de passivo social manifesto no desaparecimento de postos de trabalho / atividades de subsistência; (ii) contribuir para desenvolvimento das atividades econômicas tanto do ponto de vista de sua formalidade como sob a ótica de otimização da produção e comercialização.
- Mitigar os impactos sobre a rede de atividades comerciais e de serviços além do uso residencial que deverão conviver com as obras ainda que em caráter temporário e reversível.
- Minimizar os possíveis impactos sobre as diferentes categorias de usuários da via.

### **12.2 MATRIZ DE IMPACTO**

A seguir apresenta-se a Matriz de Impacto.

Impactos estes que deverão ser mitigados / compensados pela Política de Atendimento do PCCO.

Categoria dos Afetados		Característica da Afetação		Descrição do Impacto
		Natureza	Temporalidade	
Setor do Comércio	<b>Ambulantes licenciados</b> que exercem suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro	Reversível	Temporário	Toma do território de atuação
	<b>Ambulantes não licenciados</b> que exercem suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro	Reversível	Temporário	Toma do território de atuação
	<b>Comércio</b> estabelecido ao longo do trecho de intervenção da Avenida Sete de Setembro	Reversível	Temporário	Dificuldades de recebimento de mercadorias / possíveis mudanças na forma de acesso ao estabelecimento/ poeira sobre as mercadorias
	<b>Comércio formal e informal situado nas ruas / vias transversais</b> à Avenida Sete de Setembro – no trecho de intervenção	Reversível	Temporário	Acesso dificultado às lojas e as barracas.
	<b>Fornecedores de mercadoria</b> à rede de lojas situadas ao longo da Avenida – no trecho de obras – Abastecimento das lojas	Reversível	Temporário	Acesso dificultado às lojas. Demandando mais tempo para execução das tarefas e maior programação.
Setor de Serviços	<b>Trabalhadores</b> que exercem suas atividades ao longo da via na rede de comércio e serviço	Reversível	Temporário	Convivência com poeira / barulho / alteração do acesso às lojas em função de mudança de ponto de ônibus / estacionamento de veículos
	<b>Estabelecimentos de Ensino / Agências Públicas / Clínicas</b>	Reversível	Temporário	Dificuldades de acesso dos usuários / poeira e barulho de máquinas / máquinas e caminhões no entorno do estabelecimento
	<b>Funcionários e estudantes</b> dos diversos estabelecimentos educandários situados ao longo da via	Reversível	Temporário	Convivência com poeira / barulho / alteração do acesso às instituições de ensino / agências públicas / clínicas em função de mudança de ponto de ônibus / estacionamento de veículos
	<b>Funcionários das agências públicas / rede bancária / clínicas / outros</b>	Reversível	Temporário	Convivência com poeira / barulho / alteração do acesso às instituições de ensino / agências públicas / clínicas em função de mudança de ponto de ônibus / estacionamento de veículos
Setor Residencial	<b>Pessoas residentes</b> na Av. Sete de Setembro e imediações	Reversível	Temporário	Convivência com poeira / barulho / acesso a garagem da residência com possível transtorno / alteração do ponto de ônibus
	<b>Moradores / População de Rua</b>	Reversível	Temporário	Toma do território
	<b>Moradores do Bairro 2 de Julho</b> – que usam o metrô para ir e vêm de suas residências	Reversível	Temporário	Alteração da via de acesso bloqueio temporário / mudança de rota de acesso

### 12.3 REQUISITOS PARA SER ELEGÍVEL PELO PROGRAMA

Todas as lojas, serviços, usuários, ambulantes cadastrados pelo Censo do Prodetur agosto de 2018 – licenciados ou não, moradores - estabelecidos ao longo da Avenida Sete de Setembro – no trecho de intervenção e que ocupam ou usam a área situada no interior da poligonal de afetação – definida como sendo a linha de offset da obra, para fins residenciais, comerciais ou produtivos, são elegíveis para atendimento de acordo com a sua categoria.

Reiterando ao posto no item 10.2 – deste documento cadastro realizado em 16/08/2018 é o instrumento que define a linha de base dos ambulantes elegíveis. Após a data de corte se algum licenciado ou não – que não tenha sido cadastrado se manifestar a SEMOP /SECULT a sua inclusão será possível desde que:

- Sua licença seja para a Avenida Sete de Setembro no trecho de intervenção do Programa;
- Sua atuação seja comprovada de forma categórica.

Não são elegíveis para atendimento:

- Pessoas que desenvolvam atividades ilícitas
- Ambulantes não cadastrados pelo Prodetur em agosto de 2018 e que não comprovem sua atuação na Avenida Sete.

### 12.4 PROCESSO DE LICENCIAMENTO

A SEMOP instalou um posto avançado de licenciamento de ambulantes da Avenida Sete de Setembro – no âmbito do Programa dentro do escritório social do Programa.

Com esta ação espera-se trazer para à regularidade vários ambulantes que atuam no território da Avenida Sete tornando os aptos a acessar os benefícios do PRODETUR e de outros Programas de Governo.

**A SECULT encontra-se em articulação com outras Secretaria do Município a fim de construir uma solução para que os ambulantes que não possuem renda suficiente para aderir ao processo de licenciamento possam ser**



**licenciados. Esta solução deve estar disponível no máximo até 2 meses após a publicação deste documento – PCCO.**

### **12.5 AÇÕES DE MITIGAÇÃO**

Cada Categoria de afetado definida no Capítulo 9 – deste documento irá requerer um conjunto de medidas de mitigação / compensação. Vale lembrar, as categorias afetadas identificadas são as seguintes:

Categoria Afetada: **Setor do Comércio**

- a. Ambulantes licenciados ou não que exerçam suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro
- b. Comércio estabelecido ao longo do trecho de intervenção da Avenida Sete de Setembro
- c. Comércio formal e informal situado nas ruas / vias transversais à Avenida Sete de Setembro – no trecho de intervenção
- d. Fornecedores de mercadoria à rede de lojas situadas ao longo da Avenida – no trecho de obras – Abastecimento das lojas
- l. Trabalhadores que exercem suas atividades ao longo da via na rede de comércio e serviço - inclusive prestando serviço aos ambulantes

Categoria Afetada: **Setor de Serviços**

- e. Estabelecimentos de Ensino / Agências Públicas / Clínicas
- f. Funcionários e estudantes dos diversos estabelecimentos educandários situados ao longo da via
- g. Funcionários das agências públicas / rede bancária /

Categoria Afetada: **Setor Residencial**

- h. Pessoas residente na Av. Sete de Setembro e imediações
- i. População em situação de Rua
- j. Moradores do Bairro 2 de Julho – que usam o metrô para irem e virem de suas residências

As ações de mitigação / compensação previstas estão descritas no quadro a seguir:

## Quadro – Ações de Mitigação

Categoria dos Afetados		Categoria de Usuário	Política de Atendimento							
			Período Pré e Durante à Execução das Obras							Período Pós - Obra
			Ação 1	Ação 2	Ação 3	Ação 4	Ação 5	Ação 6	Ação 7	Ação 8
Setor do Comércio	<u>Ambulantes licenciados</u> que exerçam suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro	PEDESTRES	Relocação Temporária para os Trechos da Avenida sem intervenção e para as vias transversais	Participação na comissão de acompanhamento de obras	Qualificação profissional	Padronização das barracas	Retorno aos antigos pontos de venda ao longo da Avenida Sete de Setembro	Plano de Comunicação Social com foco na especificidade de cada categoria de usuários e na divulgação antecipada das alterações do "modo de vida" estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.	Instalação de escritório Social para apoio aos usuários da Avenida - no período da execução da obra para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações.	Implantar escritório da SEMOP de forma permanente na Avenida Sete de Setembro com reforço de equipe e infra-estrutura - de forma a garantir e preservar os benefícios implantados.
	<u>Ambulantes não licenciados</u> que exerçam suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro	PEDESTRES	Oferta de pontos para Relocação em diferentes áreas comerciais da Cidade	Qualificação profissional	Estímulo ao retorno à escola formal					
	<u>Comércio estabelecido</u> ao longo do trecho de intervenção da <u>Avenida Sete de Setembro</u>	ESTABELECIMENTO / INSTITUIÇÃO	Participação na comissão de acompanhamento de obras	Estratégia de execução da obra em tramos (4) e em horário especial visando a redução do tempo de obra.	Divulgação do calendário das obras a fim de que se possa programar as escalas de férias de pessoal / aquisição de estoques	Implantação de acesso alternativo aos estabelecimentos (não haverá bloqueio de acesso) / adoção de medidas que reduzam barulho e poeira	Previsão de áreas para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias			
	<u>Comércio formal e informal situado nas ruas / vias transversais</u> à Avenida Sete de Setembro – no trecho de intervenção	ESTABELECIMENTOS / INSTITUIÇÕES / BARRACAS / PEDESTRES	Formação de comissão de acompanhamento de obras	Possibilitar o acesso permanente as transversais sempre conectadas aos corredores de acesso às lojas da Av. 7 Setembro						
	<u>Fornecedores de mercadoria</u> à rede de lojas situadas ao longo da Avenida – no trecho de obras – Abastecimento das lojas	VEÍCULOS					Previsão de área de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias			
	<u>Trabalhadores</u> que exercem suas atividades ao longo da via na rede de comércio e serviço	PEDESTRES / MOTORISTAS					Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Taxi / e de áreas de estacionamento			
Setor de Serviços	<u>Estabelecimentos de Ensino / Agências Públicas / Clínicas / Bancos</u>	ESTABELECIMENTO / INSTITUIÇÃO				Implantação de acesso alternativo aos estabelecimentos com foco especial às garagens / estacionamentos dos prédios (não haverá bloqueio de acesso) / adoção de medidas que reduzam barulho e poeira				
	<u>Funcionários e estudantes</u> dos diversos estabelecimentos educandários situados ao longo da via	PEDESTRES / MOTORISTAS					Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Taxi / e de áreas de estacionamento			
	<u>Funcionários das agências públicas / rede bancária / clínicas / outros</u>	PEDESTRES / MOTORISTAS					Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Taxi / e de áreas de estacionamento			
Setor Residencial	<u>Pessoas residentes</u> na Av. Sete de Setembro e imediações	PEDESTRES / MOTORISTAS				Implantação de acesso alternativo às residências com foco especial às garagens / estacionamentos dos prédios (não haverá bloqueio de acesso) / adoção de medidas que reduzam barulho e poeira	Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Taxi / e de áreas de estacionamento			
	<u>Moradores / População de Rua</u>	PEDESTRES				Articulação junto a SEMOP e ao Movimento de População de rua de Salvador, para os devidos encaminhamentos	Divulgação das alterações de rotas à via de acesso em conexão com a Estação do Metrô.			
	<u>Moradores dos Bairros 2 de Julho</u> – que usam o metrô para ir e virem de suas residências	PEDESTRES					Divulgação das alterações de rotas à via de acesso em conexão com a Estação do Metrô.			

## 12.6 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO / COMPENSAÇÃO

### **Categoria A: Ambulantes licenciados que exerçam suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro**

CENSO	Número Total de Ambulantes Cadastrados / Trecho	%	Número de Ambulantes Licenciados / Trecho	%
Tramo 1 da Obra	68	11,39	24	4,02
Tramo 2 da Obra	160	26,8	36	6,03
Tramo 3 da Obra	351	58,79	92	15,41
Tramo 4 da Obra	18	3,02	5	0,84
<b>TOTAL</b>	<b>597</b>	<b>100</b>	<b>157</b>	<b>26,3</b>

**Ação 1** - Considerando que a obra será realizada em 04 Tramos, os 157 ambulantes licenciados localizados no Trecho em Obra serão acomodados temporariamente na Avenida Sete Setembro (nos trechos sem intervenção) ou nas transversais.

A ação ocorrerá na medida em que a obra avance desta forma o tempo de transtorno será reduzido pois cada relocado sofrerá o transtorno apenas no tempo suficiente à execução da obra naquele Tramo.

A SEMOP será responsável pela indicação dos locais de uso temporário e deverá fornecer uma permissão provisória para esta categoria de ambulante – devido à alteração do local de atuação.

O Escritório social comandado pela SECULT será responsável pelo acompanhamento das negociações e tratativas, cabendo à SEMOP, por sua competência jurídica / administrativa à implementação das relocações dos ambulantes.

**Ação 2** - Comissão de acompanhamento de obras (CAO) – A CAO terá caráter consultivo e propositivo, e terá no mínimo representantes das instituições que representam o comércio formal e o informal / moradores / da Prefeitura / da Construtora/ dos educandários / das agências públicas / da rede bancária e deverá se constituir num fórum de troca de informações / sugestões / reclamos – com visitas ao local das obras

seguindo cronograma pré-definido e acordado entre as partes e/ou quando necessário.

As reuniões deverão obedecer a um calendário em consonância com o andamento da obra, com lista de presença, ata e relatório fotográfico, para fins de registro.

**Ação 3** - Qualificação profissional – O Programa deverá ofertar em parceria, cursos de curta duração, com o objetivo de profissionalizar a oferta dos serviços e estimular a mão de obra para inserção no mercado de trabalho formal. Para este fim, realizará articulações com outras Secretarias Municipais, a exemplo da SEMPRE – Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza, SPMJ - Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude e SEMED para contemplar os interessados identificados no Censo, em consonância com a programação dos cursos ofertados por estas Instituições.

**Ação 4** - Padronização das barracas – A Prefeitura prevê fornecer projeto básico da padronização, via Fundação Mario Leal.

**Ação 5** - Retorno aos antigos pontos de venda ao longo da Avenida Sete de Setembro – a Prefeitura deverá permitir o retorno de cada licenciado com base digitalizada. Na permissão deverá constar as coordenadas do ponto autorizado.

**Ação 6** - Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do "modo de vida" estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.

#### **Categoria B: Ambulantes não licenciados que exerçam suas atividades sobre as calçadas da Avenida Sete de Setembro**

CENSO	Ambulantes Cadastrados		Categorias dos Ambulantes Cadastrados									
			Ambulantes Não Licenciados com Protocolo		Ambulantes não licenciados		Ambulantes - que respondeu ao Censo - entrevista parcial		Ambulantes - não informaram sua condição		TOTAL	
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo	%
Tramo 1 da Obra	68	11,39	1	20	31	11,23	1	0,725	11	52,38	44	7,37
Tramo 2 da Obra	160	26,8	1	20	77	27,9	44	31,88	2	9,524	124	20,77
Tramo 3 da Obra	351	58,79	3	60	159	57,61	89	64,49	8	38,1	259	43,38
Tramo 4 da Obra	18	3,02	0	0	9	3,261	4	2,899	0	0	13	2,178
TOTAL	597	100	5	100	276	100	138	100	21	100	440	73,70

**Ação 1** – A Prefeitura de Salvador irá ofertar pontos de comercialização para reassentamento dos ambulantes não licenciados que deverão se regularizar - mediante manifestação individual de interesse dos ambulantes. O quadro a seguir, apresenta os 115 pontos de reassentamento inicialmente disponibilizados pela SEMOP. Estes pontos atendem à 63,5% da demanda do trecho 1, 2 e 4 – se todos aderirem à relocação.

Esta adesão deve ser monitorada no trecho 1 – para um novo alinhamento de demanda por pontos de relocação pois do universo total de ambulantes cadastrados 23,11% não quiseram responder ao censo (censo parcial).

A SEMOP informa que:

- os pontos disponíveis não se esgotam neste quadro e que é possível ofertar um maior número de pontos à medida da demanda vai ocorrendo.
- O ambulante poderá se manifestar indicando pontos de sua preferência para relocação – esta solicitação será analisada e se se mostrar viável poderá conceder o licenciamento. Esta situação é muito desejável pois o ambulante pode obter um ponto numa localização que lhe seja mais favorável – próximo de casa / da escola dos filhos / etc. O ambulante poderá indicar até 3 locais para análise.
- Bairros com indisponibilidade para a relocação: Barra / a própria Avenida Sete em toda sua extensão / Rio Vermelho.

Daí a imperiosa necessidade de se ter um acompanhamento próximo de forma a se ter o processo sob controle evitando ocasionar passivo social ou interromper o ritmo de obra devido ao processo de relocação dos ambulantes.

REGIÃO	ENDEREÇO	NÚMERO DE POSTOS
CABULA / TANCREDO NEVES	RUA ALAMEDA UBERABA COM A RUA SILVEIRA MARTINS	3
	RUA SILVEIRA MARTINS, PRÓXIMO A UNEB	4
	ESTRADA DAS BARREIRAS COM A RUA DA ENGOMADEIRA	5
	RUA SILVEIRA MARTINS COM A RUA SOSIENES COSTA	2
	RUA SANTO ANDRÉ COM A ESTRADA DAS BARREIRAS	4
	RUA DIRETA DE TANCREDO NEVES COM A TV. GUANABARA	6
	RUA BAHIA COM A RUA DIRETA DE TANCREDO NEVES	6
	SUB-TOTAL	30
CAJAZEIRAS	AV. ENG. RAYMUNDO CARLOS NERY PRÓXIMO A PRONAICA	10
	VIA CASTELO BRANCO FIM DE LINHA	7
	RUA DR. OSWALDO JOSE LEAL, ÁGUAS CLARAS	6
	AV. ALIOMAR BALEIRO, FAZENDA GRANDE 04	7
	SUB-TOTAL	30
CENTRO / BROTAS	RUA ODILON DOREA COM AV. DOM JOÃO VI	2
	LADEIRA DA REDENÇÃO COM A RUA TEIXEIRA BARROS	4
	RUA CAMPINAS DE BROTAS	2
	AV. PRES. CASTELO BRANCO, BAIRRO NAZARÉ	2
	AV. LEOVIGILDO FILGUEIRAS, BAIRRO GARCIA	2
	RUA CONDE DE PORTO ALERE, BAIRRO IAPI	5
	PRAÇA CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO, BAIRRO CAIXA D'AGUA	2
	SUB-TOTAL	19
CIDADE BAIXA	RUA RIACHUELLO	6
	AV. CAMINHO DE AREIA	4
	RUA DUARTE DA COSTA	4
	RUA VILA UNIÃO	4
	RUA DOS TAMARINEIROS DA PENHA	7
	SUB-TOTAL	25
ITAPUÃ / IPITANGA	AV. DORIVAL CAYMMI	6
	SUB-TOTAL	6
LIBERDADE / SÃO CAETANO	RUA ENG. AUSTRICILIANO	5
	SUB-TOTAL	5
TOTAL		115

**Ação 2** - Qualificação Profissional - O Programa ofertará em parceria, cursos de curta duração, com o objetivo de profissionalizar a oferta dos serviços e estimular a mão de obra para inserção no mercado de trabalho formal. Para este fim, realizará articulações com outras Secretarias Municipais, a exemplo da SEMPRE – Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza, SPMJ - Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude e SMED – Secretaria Municipal de Educação para contemplar os interessados identificados no Censo, em consonância com a programação dos cursos ofertados por estas Instituições.

A seguir apresenta-se quadro, dos cursos – que fazem parte da pauta de rotina do SENAC Bahia e que se pode buscar uma parceria.

Esta ação deverá ter atenção especial- uma vez que 71% dos entrevistados manifestaram interesse em atender à cursos de qualificação.

Curso	Objetivo	Requisitos	Promotor do Curso	Duração horas
<b>Técnicas Avançadas de Vendas e Atendimento</b>	Aprimoramento das técnicas e práticas para o atendimento com foco em vendas e no relacionamento com os clientes nas vendas com presteza e eficácia.	Maiores de 16 anos. Ensino Fundamental Completo. Experiência na área de vendas.	SENAC BAHIA	20
<b>Qualidade no Atendimento ao Cliente</b>	Desenvolvimento das habilidades para atendimento como foco na comunicação e ética, mantendo uma rede de relacionamento consistente, auxiliando a produtividade e sucesso profissional.	Maiores de 16 anos. Ensino Fundamental Incompleto.	SENAC BAHIA	20
<b>Operador de Caixa</b>	Execução dos registros dos produtos e serviços vendidos, realizando o cálculo, recebimento e registro dos diversos tipos de pagamento de valores, verificação de documentos e assinaturas, emissão de comprovante fiscal e realização do fechamento da movimentação financeira.	Maiores de 18 anos. Ensino médio Incompleto.	SENAC BAHIA	160
<b>Assistente Administrativo</b>	Desenvolvimento de atividades de auxiliar administrativo, apoiando os setores de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas na realização de suas rotinas administrativas básicas, observando os padrões de qualidade dos procedimentos operacionais e de atendimento a clientes internos e externos.	Maiores de 15 anos. Ensino médio Incompleto.	SENAC BAHIA	160
<b>Noções Básicas das Rotinas Administrativas</b>	Desenvolvimento das rotinas administrativas em ambientes organizacionais, destacando para a importância dos colaboradores como suporte a todos os setores da organização. Atendimento ao público interno e externo, organização e controle dos procedimentos de escritórios e criação de banco de dados e mala direta.	Maiores de 16 anos. Ensino Fundamental Completo	SENAC BAHIA	40
<b>Administração de Contas a Pagar, Receber e Tesouraria</b>	Elaboração de procedimentos de contas a pagar e a receber, emissão de documentos do setor de cobrança e crédito e atividades relacionadas ao setor de tesouraria.	Maiores de 16 anos. Ensino fundamental completo.	SENAC BAHIA	40

**Ação 3** - Retorno à escola formal – estimulada - O Programa estimulará o retorno a escola formal facilitando o acesso à matrícula e opções de conclusão dos ciclos. O Prodetur fará articulação junto à Secretaria Municipal de Educação de forma a facilitar o acesso desta população à rede de ensino municipal existente na área de influência da Avenida Sete de Setembro ou próximo ao local de residência.

A maioria dos ambulantes cadastrados – entre 54% e 57% manifestaram interesse em retornar aos estudos.

Os ambulantes que manifestaram interesse em retornar ao ensino formal, e são públicos da rede estadual de ensino – Ensino Médio, (63 casos



identificados pelo Censo), o escritório social vem realizando contato com a rede pública estadual de escolas. Foram também, confeccionados informativos, distribuídos entre os interessados da 1ª Etapa do Projeto, sobre o período de matrícula das escolas estaduais e municipais, e da disponibilidade do apoio do Escritório Social.

**Ação 4 - Plano de Comunicação Social com foco na especificidade de cada categoria de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**+ Categoria C: Comércio estabelecido ao longo do trecho de intervenção da Avenida Sete de Setembro**

**Ação 1 – Comissão de acompanhamento de obras (CAO)** – A CAO terá caráter consultivo e propositivo, e terá no mínimo representantes das instituições que representam o comércio formal e o informal / moradores / da Prefeitura / da Construtora/ dos educandários / das agências públicas / da rede bancária e deverá se constituir num fórum de troca de informações / sugestões / reclamos – com visitas ao local das obras seguindo cronograma pré-definido e acordado entre as partes e/ou quando necessário.

As reuniões deverão obedecer a um calendário em consonância com o andamento da obra, com lista de presença, ata e relatório fotográfico, para fins de registro.

**Ação 2 – A obra será executada em 4 tramos o que limita a interferência - começando pela calçada direita no sentido atual do tráfego de veículos e o edital permite e é desejável à execução da obra em horário ampliado e nos finais de semana – redução do tempo de execução. A SEMOP e a SEINFRA deverão divulgar previamente ao início das obras a Estratégia de Obra – que deve ser parte integrante do Plano de Comunicação de Obras.**

**Ação 3 –** Divulgação do calendário das obras a fim de que se possa programar as escalas de férias de pessoal / aquisição de estoques – O

calendário irá possibilitar ao empresário o planejamento da gestão do negócio durante o período de obras.

**Ação 4** – Implantação de acesso alternativo aos estabelecimentos (não haverá bloqueio de acesso) / adoção de medidas que reduzam barulho e poeira. A Prefeitura via SEINFRA informou que a obra será executada sem que haja bloqueio do acesso às lojas e medidas de redução de poeira e barulho, previstas nas recomendações incorporadas no edital da obra, e no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção civil PGRCC –, anexo ao edital.

**Ação 5** – Previsão de áreas para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. Área de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias deverão ser previstos durante à obra de forma a possibilitar à reposição de estoque das lojas. A SEINFRA está atenta a esta necessidade e prepara um Plano de Embarque / Desembarque que terá ampla divulgação.

**Ação 6** – **Plano de Comunicação Social com foco na especificidade de cada categoria de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**– Instrumento imprescindível ao processo de mitigação dos impactos.**

**Ação 7** – Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões, prestar informações, e sobretudo, acompanhar as negociações de relocações. Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes durante a obra e controlará o retorno dos ambulantes licenciados na fase durante e pós-obra. O escritório social deverá ser dotado de estrutura necessária e suficiente para à realização de suas atividades que são as seguintes:

- Executar o PCCO;
- Acompanhar o processo de relocação de todos os ambulantes atingidos pela obra;

- Apoiar e fiscalizar a orientação os afetados sobre as mudanças nos pontos de ônibus/Interdição da via; horário de funcionamento da obra apoiada no Plano de Comunicação Social, a ser realizada pela TRANSALVADOR e pelo assistente social da obra,
- Receber, dar encaminhamento e responder a todos os reclamos recebidos;
- Acompanhar o reassentamento dos ambulantes licenciados à avenida Sete de Setembro após à obra, a ser realizado pela SEMOP;
- Apoiar a condução do processo de reassentamento dos ambulantes não licenciados a outros pontos da cidade, a ser realizado pela SEMOP.

#### **Categoria D: Comércio formal e informal situado nas ruas / vias transversais à Avenida Sete de Setembro – no trecho de intervenção**

**Ação 1 – Comissão de acompanhamento de obras (CAO)** – A CAO terá caráter consultivo e propositivo, e terá no mínimo representantes das instituições que representam o comércio formal e o informal / moradores / da Prefeitura / da Construtora/ dos educandários / das agências públicas / da rede bancária e deverá se constituir num fórum de troca de informações / sugestões / reclamos – com visitas ao local das obras seguindo cronograma pré-definido e acordado entre as partes e/ou quando necessário.

As reuniões deverão obedecer a um calendário em consonância com o andamento da obra, com lista de presença, ata e relatório fotográfico, para fins de registro.

**Ação 2** – Possibilitar o acesso permanente as transversais sempre conectadas aos corredores de acesso às lojas da Avenida 7 Setembro. A interconexão das transversais com as lojas da Sete de Setembro é condição imperiosa para se manter a simbiose de sobrevivência do mercado local.

#### **Categoria E: Fornecedores de mercadoria à rede de lojas situadas ao longo da Avenida – no trecho de obras – Abastecimento das lojas**

**Ação 1** – Previsão de área de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias – Ao longo do processo de execução deverão ser

estabelecidas e divulgadas junto aos lojistas os locais permitidos a esta finalidade.

**Ação 2 – Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**Ação 3 –** Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações. Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes.

 **Categoria F: Trabalhadores que exercem suas atividades ao longo da via na rede de comércio e serviço**

**Ação 1 –** Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Táxi / e de áreas de estacionamento.

**Ação 2 – Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**Ação 3 –** Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações.

Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes.


 **Categoria G: Estabelecimentos de Ensino / Agências Públicas / Clínicas**

**Ação 1 –** Implantação de acesso alternativo aos estabelecimentos com foco especial às garagens / estacionamentos dos prédios (não haverá bloqueio de acesso) / adoção de medidas que reduzam barulho e poeira.

**Ação 2 – Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**Ação 3 –** Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações.

Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes.

 **Categoria H: Funcionários e estudantes dos diversos estabelecimentos educandários situados ao longo da via**

 **Categoria I: Funcionários das agências públicas / rede bancária / clínicas / outros**

**Ação 1 –** Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Taxi / e de áreas de estacionamento

**Ação 2 –** Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.

**Ação 3 –** Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações.

Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes.

 **Categoria J: Pessoas residente na Av. Sete de Setembro e imediações**

**Ação 1 –** Implantação de acesso alternativo às residências com foco especial às garagens / estacionamentos dos prédios (não haverá bloqueio de acesso) / adoção de medidas que reduzam barulho e poeira;

**Ação 2 –** Divulgação das alterações de rotas / mudanças de ponto de ônibus / de Taxi / e de áreas de estacionamento;

**Ação 3 – Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**Ação 4** – Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações.

Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes.

### **Categoria K: População em situação de Rua**

**Ação 1** – Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações.

Para isto, este escritório contará com equipe técnica da SECULT e da SEMOP, que adotarão procedimentos metodológicos cabíveis, delimitados em conjunto com a rede de proteção social, para atender as especificidades desse público.

**Ação 2** – Articulação junto a SEMPRE – Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza e ao Movimento de População de rua de Salvador, para os devidos encaminhamentos.

### **Categoria L: Moradores dos Bairros 2 de Julho – que usam o metrô para irem e virem de suas residências**

**Ação 1** – Divulgação das alterações de rotas à via de acesso em conexão com a Estação do Metrô.

**Ação 2 – Plano de Comunicação Social com foco na especificidade das categorias de usuários e na divulgação antecipada das alterações do cotidiano estabelecido na ambiência da Avenida Sete de Setembro.**

**Ação 3** – Instalação de escritório social de apoio ao usuário da Avenida de forma permanente (ao longo de toda à obra) para receber Reclamos / Sugestões e prestar informações. Para isto, este escritório contará com

equipe técnica da SECULT e da SEMOP – cabendo à SECULT o acompanhamento das negociações e tratativas, e a SEMOP a implementação das relocações dos ambulantes.

## 12.7 BOAS PRÁTICAS

Neste item estão descritas ações que serão adotadas pela Prefeitura, mas que não especificamente relacionadas à uma específica categoria de afetado.

Mas que as experiências em projetos similares desenvolvidos pela Prefeitura demonstram que podem ser consideradas “Boas Práticas”, são elas:

- Participação dos secretários municipais nos diálogos com a comunidade, e envolvimento da Prefeitura Bairro. Esta ação gera grande credibilidade junto à comunidade e aumenta a percepção de estarem sendo ouvidos;
- Usar a grande mídia para informar os trechos bloqueados, os liberados e principalmente noticiar que durante a obra a área de intervenção estará em pleno funcionamento (isto reduz significativamente o impacto sobre o comércio local)
- Audiências e reuniões com pautas pragmáticas;
- **Elaborar um Plano de Comunicação, com linguagem de fácil entendimento, explanando o passo a passo do planejamento e andamento da obra;**
- Compartilhar o Planejamento da obra;
- Diálogo constante da comunidade com a equipe da PMS (projeto e obra) com participação da população antes, durante e pós obra;
- Utilização dos meios de comunicação já usados pela população e comunidade local como blogs, jornais locais e redes sociais;



- Desenvolvimento de APLICATIVO informando o desenvolvimento diário da obra, possibilitando o acompanhamento da obra em tempo real, mandar sugestões, fazer críticas, etc.;
- Execução da obra em etapas, minimizando impactos ao comércio e ao cotidiano da população e comunidade local;
- Compromisso com os prazos de execução da obra
- Respostas às demandas da comunidade.
- Presença de mediadores de conflitos pode facilitar o trabalho e evitar ou atenuar os picos de tensões, principalmente em ano eleitoral quando temas político-partidários vêm à tona;
- Desde o início da obra deve-se pensar sobre a gestão de serviços municipais a fim de garantir o sucesso da mesma (monitoramento e acompanhamento);
- Provocar a participação e corresponsabilidade do comércio local na conservação e manutenção do espaço público, criando uma espécie de Comissão de Monitoramento para atuar durante e após a conclusão das obras

## **12.8 NÃO ADESÃO**

A “não adesão” poderá ocorrer em duas situações, a saber:

- Situação 1: Ambulante cadastrado e não localizado
- Situação 2: Ambulante cadastrado e que não deseja aderir ao Programa

### **12.8.1 Situação 1: Ambulante cadastrado e não localizado**

O escritório social do Programa ao consolidar o cadastro realizado dos ambulantes tem tido dificuldades em localizar alguns cadastrados – o telefone não atende / o número não pertence ao cadastrado / retornam ao local de atuação e não o encontram / solicitam informações aos ambulantes e comerciantes do entorno do ponto e não obtém informações.

Se após as tentativas de localização – que deverão ser registradas no processo do cadastrado a pessoa não for localizada, seu processo ficará em

“stand by” até que ocorra uma manifestação voluntária do ambulante no período de execução do Programa.

### **12.8.2 Situação 2: Ambulante cadastrado e que não deseja aderir ao Programa**

Caso algum ambulante manifeste durante o Processo de negociação que não deseja aderir ao Programa deverá ser solicitado a esse ambulante que assine o Termo de Ciência: (i) das opções oferecidas, (ii) sabedor da necessidade de interrupção de suas atividades na Avenida Sete de Setembro e que sua opção poderá ser revista enquanto durar o processo de relocação do Programa.

## **12.9 ATENÇÃO À POPULAÇÃO VULNERÁVEL**

A Prefeitura de Salvador está atenta e adotará ao longo do processo de execução de obras medidas que visem atender às necessidades especiais dos seguintes grupos:

- Pessoas com deficiência que apresentam restrição física, momentânea ou permanente, com prejuízo da locomoção;
- Idosos
- Crianças

### **Solução a – Pessoas com capacidade de locomoção reduzida e idosos**

Os acessos alternativos propostos deverão ser dotados de instrumentos facilitadores para este grupo de pessoas bem como suas dimensões deverão ser adequadas.

### **Solução b – Idosos**

No caso dos idosos o Programa irá oferecer uma boa divulgação as alterações de rotas / pontos de ônibus / áreas de estacionamento e acesso aos prédios. Este trabalho deverá ser desenvolvido dentro do escopo do Plano de Comunicação Social e deverá contemplar os residenciais ao longo da Avenida e adotar instrumentos de comunicação com linguagem adequada (tamanho das letras) além de outras ações que se mostrarem necessárias e adequadas.

## **Solução c – Crianças**

O Programa irá realizar reuniões específicas junto aos educandários a fim de informar sobre as obras / as alterações de acesso / trânsito de máquinas e caminhões / segregação do canteiro de obras. Deverá estabelecer uma parceria com estas instituições tornando-a um canal de divulgação junto aos estudantes e pais de alunos – a fim de facilitar o dia a dia de todos e garantir maior segurança à população e à obra.

### **12.10 MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELO EXECUTOR DA OBRA**

Durante as obras, a fim de minimizar impactos aos usuários da via – tráfego de pedestres, de veículos e motoristas de veículos de pequeno e grande porte e comércio e serviços estabelecidos ao longo da Av. Sete, o executor da obra deverá, dentre outras ações:

- Programar a obra em quatro etapas e cada etapa em duas fases, ou seja, a obra será composta de oito fases (Cada fase abrangerá metade da largura da pista e o passeio do mesmo lado);
- Promover um diálogo permanente com a população local visando apresentar para cada etapa: cronograma, plano de ataque, dimensionamento e layouts das instalações necessárias à execução dos serviços buscando reduzir os impactos e viabilizando a interlocução;
- Garantir os acessos aos imóveis para moradores, comerciantes, proprietários, usuários e outros, através de passadiços;
- Manter sempre uma faixa livre para a circulação dos veículos durante a execução de cada etapa;
- Instalar sinalização explicativa da obra para esclarecimento à população;
- Interagir com a Transalvador durante todo o período da obra para definir e sinalizar o fluxo de trânsito na área e inclusive as alterações dos pontos de ônibus e taxi;
- Implantar a sinalização de trânsito provisória que oriente os novos percursos, caso necessários;
- Implantar desvios paralelos (caminhos de serviços) com controle direcional do tráfego através de sinalizadores, ou desvios provisórios, caso necessários;

- Sinalizar e garantir a segurança dos veículos e pedestres no local onde será executado a obra;
- Isolar com cercas de proteção e tapumes metálicos as áreas de intervenção onde circulam pessoas e veículos;
- O ataque em cada trecho, deverá ter extensão máxima de 400m a serem definidos pela construtora, juntamente com a PMS (Transalvador, Sucop, Seinfra, Semob, Semop e Secult);
- Considerar no planejamento os serviços de prospecção e monitoramento da arqueologia.

### **12.11 ADESÃO AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Os ambulantes deverão aderir voluntariamente ao Programa de Qualificação Profissional estimulada, e ao Programa de Retorno à escola formal, através da articulação do PRODETUR junto a outras Secretarias Municipais, a exemplo da SEMPRE – Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza, SPMJ - Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude e SMED – Secretaria Municipal de Educação, para contemplar os interessados identificados no Censo, em consonância com a programação dos cursos e programas ofertados por estas Instituições, a exemplo da Secretaria Municipal de Educação que já desenvolve programas como:

- SALVADOR CIDADE DAS LETRAS: O Programa integra a política pública da Educação de Jovens e Adultos da SMED – Secretaria Municipal de Educação que visa atender as pessoas acima de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar, garantindo-lhe acesso a matrícula nas escolas da rede municipal pública de ensino, em consonância com os objetivos e metas do Plano Municipal de Educação 2010 – 2020 que determina “reduzir em aproximadamente 80% ao longo de cinco anos os índices de analfabetismo no município”
- PROGRAMA IDADE CERTA: Voltado aos alunos da Rede de Ensino de Salvador em defasagem idade-série para concluir os estudos com mais rapidez sem perder a qualidade do ensino ao frequentar o ano compatível à sua idade. O programa tem objetivo de regularizar o fluxo

escolar dos alunos do ensino fundamental do 3º ao 5º e do 6º ao 9º ano e alfabetizar os alunos em situação de defasagem idade-série sem domínio da base alfabética, possibilitando a posterior aceleração da aprendizagem.

Com base na identificação e localização dos alunos defasados, é elaborado um plano para regularizar o fluxo escolar que, em princípio, deve acontecer dentro de um prazo máximo de cinco anos, no município, e de um ano para cada escola, de maneira a não criar estigma de programa para alunos atrasados.

- AGENTE DA EDUCAÇÃO: O projeto que tem como objetivo reduzir o abandono escolar, através do fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade. Consiste no monitoramento da frequência escolar e do envolvimento de alunos, pais e comunidade nas atividades realizadas pela escola. Podem se tornar agentes da educação estudantes de curso superior noturno de Pedagogia (presencial ou EaD), que estejam cursando até o penúltimo ano ou antepenúltimo semestre. Estes Programas deverão ter sua data de adesão e forma de atendimento devidamente divulgados.

Importante – A adesão a estes cursos não significa garantia de licenciamento e retorno para o comércio de rua na Avenida pós-obra e nem garantia de inserção no mercado. Configura-se numa oferta de aprimoramento da mão de obra.

Este trabalho deverá ser desenvolvido ao longo dos primeiros 30 meses do PRODETUR – a oferta deverá ser iniciada.

### **13. CONTROLE DO TERRITÓRIO PÓS-OBRA**

Implantar escritório da SEMOP de forma permanente na Avenida Sete de Setembro com reforço de equipe e infraestrutura - de forma a garantir e preservar os benefícios implantados.

Recomenda-se, que o escritório social durante às obras deva ser sucedido pelo da SEMOP não no término da obra total, mas sim, por etapas.

A SEMOP deverá estar preparada para controlar o território um pouco antes do encerramento das obras da primeira etapa e assim por diante até a Praça Castro Alves - inclusive quando deverá ser responsável pelo controle da área.

Este escritório deverá funcionar o maior tempo possível – pois alterar comportamento é processo e por isto mesmo toma-se muito tempo. O tempo mínimo de funcionamento deve-se igual ao tempo do PRODETUR Salvador.

Recentemente a SEMOP iniciou um projeto piloto que consiste na utilização de um colete e crachá com “QRCode” pelos ambulantes licenciados pelo município em outros locais da cidade - esta experiência está em monitoramento. E caso se configure em uma solução de “controle de território” dentre outros objetivos pode ser estudada sua adoção também para os ambulantes licenciados para a Avenida Sete após à implantação das obras.

## 14. DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Desde sua fase de preparação a equipe da Prefeitura vem realizando inúmeras reuniões com as lideranças, comunidades, com o objetivo de apresentar o PRODETUR Salvador – vide Anexo 3, 4 e 8 deste documento - seus objetivos e componentes (social, ambiental, institucional e engenharia) bem como esclarecer sobre os possíveis impactos a serem ocasionados.

Os relatórios destas reuniões estão apresentados nos Anexos 3, 4 e 8 - deste documento. Na oportunidade as lideranças (comércio formal e informal) puderam perguntar e tirar dúvidas sobre o Programa.

Durante a fase de execução da obra o PRODETUR instalará e manterá Escritório Social no trecho de obra da Avenida.

Este escritório terá uma estrutura composta de coordenador geral, com equipe técnica e operacional, com técnicos integrantes da SEMOP, Ouvidoria e especialistas sociais.

A participação comunitária é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do empreendimento.

O trabalho social visa em linhas gerais, propiciar a participação comunitária, através da mobilização dos moradores e das organizações existentes; desenvolver ações de educação Ambiental e de Uso do Patrimônio Público em espaço de domínio público - destinadas à adequação de atos e atitudes da população, com vista à correta apropriação, utilização e manutenção dos benefícios implantados, como também promover ações de qualificação e requalificação profissional, que objetivem a geração de renda e a capacitação profissional, favorecendo a melhoria econômica e financeira da comunidade além de conter foco especial sobre a apropriação do espaço pós-obra.

### 14.1 ATORES SOCIAIS

As organizações identificadas são as seguintes:

- ✓ **CDL** – Câmara de Dirigentes Lojistas
- ✓ Sindicato Dos Barraqueiros, Quermesseiros e Ambulantes Das Festas Populares da Cidade de Salvador e Região Metropolitana



- ✓ **ASSIDVAM** - Associação Integrada de Vendedores Ambulantes e Empreendedores de Salvador e Região Metropolitana
- ✓ **ASSINFORMAL** - Associação de Trabalhadores Informais de Salvador.

#### **14.2 MECANISMOS DE RECLAMOS**

A Prefeitura implantou o Escritório Social do Programa (Praça Castro Alves / Rua Chile) - este escritório além do atendimento de relocação dos ambulantes também está preparado para captar as reclamações e encaminhá-las aos setores pertinentes buscando obter soluções. A equipe do Escritório é composta por técnicos da SECULT e da SEMOP. O Sistema oficial da Prefeitura é a ouvidoria, que poderá ser acessada através do número de telefone 196. A Ouvidoria será apoiada pelo Escritório na resolução de temas relacionados à área de intervenção.

##### ✓ **OBJETIVOS**

Os objetivos do sistema de reclamos são os seguintes:

- Dar resposta às dúvidas / insatisfações e sugestões da Comunidade;
- Monitorar o grau de insatisfação com as ações do empreendimento;
- Monitorar o perfil dos reclamos;
- Informar a média e alta gerência do Programa sobre o perfil dos reclamos

##### ✓ **DO PROCEDIMENTO DE ACESSO AO SISTEMA**

- Qualquer pessoa que trabalhe ou resida na área ou no entorno próximo às intervenções físicas da Av. Sete que tenha alguma sugestão ou reclamação poderá acionar o sistema através da ouvidoria ou indo pessoalmente ao escritório social.
- As sugestões / reclamações serão recebidas pelo Escritório Social e serão registradas em formulário específico.

##### ✓ **DA ANÁLISE**

- Os formulários recebidos no Escritório Social serão analisados e caso não possam ser respondidos pela equipe técnica, serão remetidos aos órgãos responsáveis.

##### ✓ **DA RESPOSTA**

##### **Prazo**

- Cada instância terá um prazo de 10 dias para verificar a situação apresentada, o que incluirá: contato com o reclamante, avaliação em

conjunto com outros técnicos do projeto, análise de fichas de atendimento, visitas técnicas, entre outros procedimentos que forem necessários. No entanto, o prazo de resposta não poderá exceder a 20 dias úteis.

### **Resposta**

- Com base nos esclarecimentos, informações ou observações será elaborado um parecer técnico, respondendo por escrito ao reclamante.
- Caso a reclamação não possa ser resolvida<sup>7</sup> pelos Técnicos ou Especialista Social, a situação será relatada através de um relatório e encaminhada ao Coordenador da UCP, que fará uma avaliação da situação e determinará a melhor alternativa para resolução da reclamação.
- O retorno das reclamações se dará através de formulário próprio e entregue ao reclamante através do agente de área ou via e-mail.

### ✓ **DA APELAÇÃO**

Caso a resposta apresentada não seja acatada pelo reclamante, o mesmo apresentará, por escrito, as justificativas da não aceitação e o processo será retornado para uma nova avaliação, por parte do Coordenador da UCP, que terá um prazo de 10 dias para responder.

### ✓ **DA SUPERVISÃO / ACOMPANHAMENTO**

#### **Da UCP:**

As reclamações e seus respectivos andamentos serão compilados bimestralmente e encaminhadas, em formato de relatório, ao Coordenador da UCP.

As reclamações deverão ser catalogadas por natureza e classificadas como solucionadas ou em litígio, se de caráter coletivo ou individual, se relacionada ao reassentamento ou ao empreendimento (obra).

#### **Do BID**

Semestralmente a Prefeitura encaminhará ao BID o relatório compilado da situação do sistema abordando tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos.

## **14.3 DA DIVULGAÇÃO DO SISTEMA DE RECLAMOS**

A Prefeitura divulgará a existência do sistema de reclamos através das reuniões, através das cartilhas do Programa, divulgação do endereço do escritório social e do número do telefone, promoção de reuniões com as lideranças da área informando este novo canal de comunicação entre a Prefeitura e os usuários da Avenida Sete.

## **14.4 OUVIDORIA**

### **✓ OUVIDORIA GERAL**

O Município de Salvador possui uma Ouvidoria Geral, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito, responsável pela gestão do Programa Fala Salvador, que consiste em um novo conceito de relacionamento com o cidadão, a partir da padronização dos procedimentos de atendimento, facilitando o acesso e acompanhamento de suas demandas na Prefeitura de Salvador.

O Programa possibilita a melhoria da comunicação da população com os órgãos públicos, ao qual estão vinculados vários canais de atendimento à população, integrados através de uma plataforma tecnológica única, são eles:

- Telefone – 156
- Prefeitura Bairro- atendimento presencial
- Portal (internet)
- Mobilly

Essa plataforma é alimentada pelo catálogo de serviços e informações, que é a ferramenta básica de suporte para a gestão do Atendimento e para a gestão das Demandas do cidadão, que compreende o conjunto de todos os serviços, ativos e aprovados, que podem ser prestados pela Prefeitura e que podem ser solicitados por um cidadão.

A Ouvidoria Geral trabalha com o sistema municipal de ouvidorias, que é composto por uma rede de ouvidorias setoriais, com respectivos ouvidores, responsáveis pelas demandas setoriais de 2ª instância, tais como reclamações, denúncias, elogios, informações e sugestões.

A Ouvidoria do Município de Salvador é referência em âmbito nacional, que funcionando de maneira integrada, a fim de solucionar as demandas que são apresentadas pelos cidadãos, facilitando o acesso e o envio das demandas a todos os órgãos e entidades municipais. Ainda assim, garante o sigilo, a segurança e a autonomia de cada órgão.

### **✓ OUVIDORIA ESPECÍFICA – PARA AS OBRAS DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO**

Para atender as demandas das Obras da Avenida Sete de Setembro, a SEINFRA contará com a estrutura da Ouvidoria Geral, em apoio à ouvidoria

Setorial, disponibilizando os canais e os relatórios necessários para implementação do Programa.

Desta feita, o canal telefônico (156), que tem 35 pontos de atendimento pela manhã/tarde e 15 pontos de atendimento pela noite e funciona 24 horas por dia, sete dias na semana, contará com um ramal específico para atendimento das demandas do PRODETUR.

Ademais, na unidade da Prefeitura Centro será disponibilizado guichê exclusivo para atendimento presencial das demandas relacionadas ao Programa, de segunda a sexta, das 8h00min às 17h00min.

O PRODETUR ainda contará com as plataformas virtuais (portal e aplicativo móvel) nas quais serão disponibilizados acesso específico, cujos encaminhamentos serão monitorados pelas equipes das ouvidorias geral e setorial.

A Prefeitura de Salvador tem ofertado este tipo de acesso à população – a exemplo do projeto desenvolvido no Rio Vermelho: <http://www.novaorla.salvador.ba.gov.br/index.php/rio-vermelho>.

## 15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EX-POST

O monitoramento e a avaliação ex-post serão desenvolvidos num processo paralelo à fase de planejamento / execução / pós obra, pois o objetivo é verificar se o processo de mitigação dos impactos está mesmo ocorrendo. Caso se verifique o contrário o sistema de monitoramento deverá sugerir correções/adequações/ajustes.

### ✓ **Monitoramento**

O monitoramento aqui proposto é um acompanhamento sistemático do processo de percepção da implantação da obra junto aos usuários da via.

Para isto é necessário que o processo se dê de forma dinâmica e adequadamente dimensionado num formato de pesquisa de satisfação – realizada de forma expressa e com alta frequência – que sugerirá correções de rumo – quase que imediatas. Exemplo – a alteração do local de um ponto de ônibus deve ser avaliada e se se identificar uma elevada insatisfação buscar solução mais adequada ao contexto da obra e à necessidade da população.

Para a contratação do monitoramento deverá ser elaborado Termo de Referência específico que deverá orientar a relação contratante e contratado sobre o tema. Não se recomenda que a equipe envolvida no processo execute o monitoramento – o desejável é haja um olhar “externo” ao processo.

### ✓ **Aspectos Críticos a Serem Monitorados**

A seguir seguem os pontos que devem compor o escopo mínimo de monitoramento:

- Capilaridade da divulgação das informações: alteração de rota / local de ponto de ônibus / Calendários de execução de cada trecho junto aos lojistas / local de embarque e desembarque de mercadorias / dias e horário de trabalho, ou seja, verificar se o Plano de Comunicação Social – peça chave do processo está efetivamente cumprindo sua função.

- Relocação dos ambulantes licenciados – Verificar o grau de acomodação dos ambulantes ainda que seja uma solução temporária e reversível.
- Relocação dos ambulantes não licenciados - Verificar o grau de adesão dos ambulantes aos locais de reassentamento propostos.
- Grau de Adesão dos ambulantes licenciados ao Programa de Qualificação de Mão de obra – Verificar o grau de adesão e satisfação e propor correções de rumo caso observe baixa aceitação.
- Grau de adesão ao Programa de Qualificação de Mão de obra – Verificar o grau de adesão e satisfação e propor correções de rumo caso observe baixa aceitação.

#### ✓ **Avaliação Ex-post**

A avaliação ex-post será realizada – para cada etapa de obra pois assim servirá para se corrigir os pontos fracos e fortalecer os fortes desenvolvido no trecho anterior.

Os objetivos são:

- Verificar o grau de satisfação dos usuários da Avenida Sete de Setembro no trecho de intervenção;
- Identificar os fatores de satisfação/insatisfação;
- Verificar a adequabilidade das ações de atendimento. Por adequabilidade das ações de atendimento entende-se, como ter efetivamente minimizado o impacto ocasionado.

A avaliação deve ser realizada por equipe independente, mas com comprovada experiência não só em processos de avaliação, mas também em processos de relocação de atividades econômicas em ambiente urbano.

Para a contratação da avaliação ex-post deverá ser elaborado Termo de Referência específico que deverá orientar a relação contratante e contratado sobre o tema.

## **PARTE 3 – PLANO DE AÇÃO**



## **16.MATRIZ INSTITUCIONAL**




















































A SEINFRA/SUCOP responderá pela execução das obras do PRODETUR, caberá à SECULT a relação com os ambulantes com o apoio da SEMOP, a UCP com os demais usuários.

O Plano de Comunicação e o escritório social de apoio ao usuário da Avenida que funcionará ao longo de toda à obra para proceder o processo de relocação / prestar informações / receber os Reclamos / Sugestões será coordenado pela SECULT.

## **17. CRONOGRAMA**

A seguir apresenta-se o cronograma de implantação do PCCO.

## CRONOGRAMA OPERATIVO

ATIVIDADES		Situação	PRAZOS DE EXECUÇÃO																
			ano 1												ano 2		Pós Obra		
			ARQUEOLOGIA		EXECUÇÃO DA OBRA														
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16 ao 24	
1.0	MACRO ATIVIDADE 1: Elaboração do Plano de Convivência - VERSÃO EXECUTIVA																		
1.1	Realização do Censo dos ambulantes atuantes na Avenida Sete de Setembro	Executado																	
1.1.1	Elaboração do PCCO - VERSÃO EXECUTIVA	Executado																	
2.0	MACRO ATIVIDADE 2: Instalação do Escritório																		
2.1	Instalação do mobiliário e equipamentos	Executado																	
2.2	Definição e Locação da Equipe	Executado																	
2.3	Capacitação treinamento equipe	Executado																	
2.4	Elaboração plano trabalho	Executado																	
3.0	MACRO ATIVIDADE 3: Criação da Comissão de Acompanhamento de Obras																		
3.1	Abordagem Informativa e de Motivação à Participação																		
3.2	Formação e Designação dos Representantes																		
3.3	Rotina de visitas e Reuniões																		
4.0	MACRO ATIVIDADE 4: Relocação dos Ambulantes Cadastrados - por Trecho de Obra																		
4.1	Composição da lista dos ambulantes a serem relocadas de acordo com a demanda de obra (por Trecho)																		
4.2	Definição pela Prefeitura dos pontos de relocação dos ambulantes cadastrados - ao longo da Sete de Setembro e nas transversais																		
4.3	Reunião com os ambulantes a serem relocados																		
4.4	Estabelecimento dos Termos de Acordo																		
4.5	Relocação para os novos pontos																		
5.0	MACRO ATIVIDADE 5: Oferta de Cursos de Qualificação Profissional																		
5.1	Definição do portfólio de cursos e identificação da entidade promotora																		
5.2	Estabelecimento do Convênio																		
5.3	Publicidade da Oferta																		
5.4	Recebimento das Inscrições																		
5.5	Realização dos Cursos																		
6	MACRO ATIVIDADE 6: Monitoramento e Avaliação Ex-Post																		
6.1	Elaboração do Termos de Referência																		
6.2	Planejar e lançar o concurso																		
6.3	Contratação dos Serviços																		
6.4	Realização dos Serviços																		
			TRECHO 1			TRECHO 4			TRECHO 2			TRECHO 3							
7	MACRO ATIVIDADE 7: Relocação definitiva dos Ambulantes Licenciados ao Local de Origem																		
7	Retorno ao ponto anterior assim que o Trecho estiver concluídos																		

### **17.1 Ações Pré-Obra – Trecho 1**

Importante destacar que algumas ações condicionam o início das obras tanto no aspecto operacional quanto na observância da Diretrizes do BID e da legislação brasileira vigente.

As seguintes ações que deverão estar resolvidas / cumpridas para que se possa dar a Ordem de Serviço das Obras da Avenida Sete de Setembro:

- a. PCCO – com não Objeção pelo BID
- b. Elaboração do Plano de Convivência - VERSÃO EXECUTIVA
  - b.1 Elaboração do cadastro censitário de todos os ambulantes atuantes na via principal da Avenida Sete de Setembro.
  - b.2 Desenvolvimento do Plano de Comunicação de Obras
- c. Criação da Comissão de Acompanhamento de Obras
- d. Instalação do Escritório
- e. Definição pela Prefeitura dos pontos de relocação dos ambulantes licenciados - ao longo da Sete de Setembro e nas transversais – para o Trecho 1 de Obra
- f. Para o Trecho 1 - Relocação dos Ambulantes Licenciados:
  - e.1 Composição da lista dos ambulantes a serem relocadas de acordo para o Trecho 1
  - e.2 Reunião com os ambulantes a serem relocados
  - e.3 Oferta da Política de Atendimento descrita no PCCO
  - e.4 Estabelecimento dos Termos de Acordo
  - e.5 Relocação para os novos pontos
- g. Providências para contratação do Monitoramento do PCCO
  - g.1 Elaboração do Termo de Referência
  - g.2 Desencadear o processo de contratação

### g.3 Contratar o monitoramento

Com a finalidade de otimizar o processo é possível que algumas das ações elencadas possam ser desenvolvidas entre o período da Ordem de Serviço e à Instalação do Canteiro de Obras.

Posto isto, apresenta-se um cronograma específico para este grupo de ações:

## **17.2 Ações Pré-Obra – Para os Demais Trechos**

As ações para os demais trechos deverão ser desenvolvidas conforme o cronograma apresentado no item 15 – deste documento, num processo sequencial.

Cada Trecho só poderá ser iniciado se e somente se após a adoção das medidas previstas neste documento.

**ANEXOS**

## Anexo 1

### Censo do Comércio Informal e dos Ambulantes Metodologia

#### A. Procedimentos de Coleta de Dados

O levantamento de dados realizado teve como unidade de pesquisa todos os ambulantes, licenciados ou não, que estavam atuando no momento da visita ao campo, na via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende da casa D'Itália à Praça Castro Alves.

O número de entrevistas estimada era de 476, sendo estes 344 ambulantes licenciados e outros 132 ambulantes não licenciados já mapeados pela Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP. Estes comerciantes poderiam estar desenvolvendo atividades comerciais classificadas como:

- Venda de coco verde (carrinho verde);
- Baiana de acarajé;
- Carrinho de lanche;
- Confeções;
- Miudezas, entre outros.

No entanto, por tratar-se de um trabalho censitário, durante o trabalho de campo, o quantitativo de ambulantes encontrado foi superior ao estimado (597), estando todos dentro do perfil estabelecido na unidade de pesquisa.

A coleta de dados ocorreu no dia 16 de agosto de 2018, com a aplicação do questionário elaborado pela UCP através de entrevista individual, georreferenciamento da localização do equipamento (latitude e longitude) e o registro fotográfico *"in loco"*.

Durante a reunião de alinhamento a UCP definiu a aplicação de um formulário de mapeamento para ambulantes que não desejassem repassar seus dados completos para o censo. Desta forma, um novo formulário foi construído, com uma quantidade menor de perguntas, mas que permitiria o mapeamento e identificação dos ambulantes.

A estrutura geral dos dois formulários apresentada a seguir:



## Estrutura geral dos formulários do censo

### Formulário Padrão

☐

☐ Informações de controle e localização

☐ Identificação do comércio

☐ Identificação do Entrevistado

☐ Dados do Titular

☐ Capacitação

☐ Georreferenciamento

☐ Registro fotográfico

### Formulário Reduzido

☐

☐ Tipologia do comércio

☐ Tipo de produtos comercializados

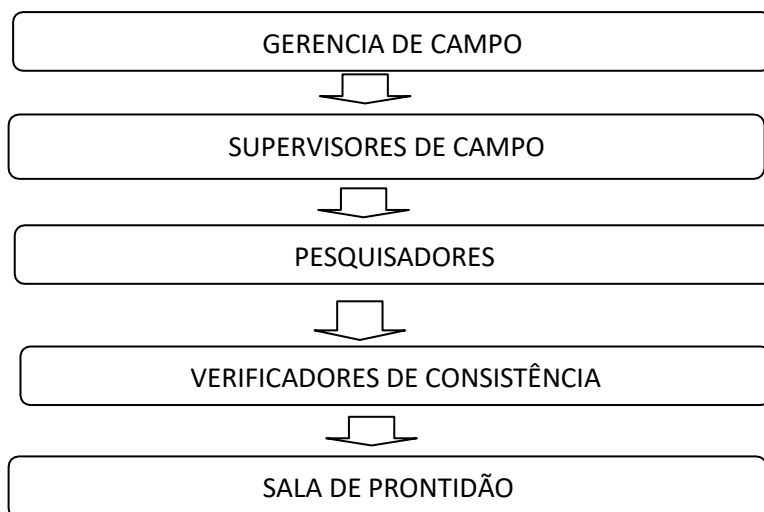
☐ Georreferenciamento

Ao final do trabalho de campo, foram aplicados 449 formulários padrão e 148 formulários reduzidos.

## B. Equipe e Estrutura Funcional

A figura abaixo sintetiza a estrutura funcional da equipe designada para a realização da pesquisa.

### Estrutura funcional da equipe de trabalho



**Gerência de campo** – A supervisão da pesquisa foi realizada pela Gerência de Campo, junto com uma equipe interna localizada na sede da empresa – Sala de Prontidão – e os supervisores de campo. A Gerência de Campo supervisionou todo o trabalho de acompanhamento e controle de qualidade, monitorando a evolução dos indicadores de produtividade da pesquisa através do sistema eletrônico. Através do sistema foi possível acompanhar o desempenho de

cada pesquisador em relação as metas previstas em termos de quantidade de questionários e localização, tempo médio de aplicação e prazo de realização da pesquisa.

**Supervisores de Campo** – Estavam posicionados no campo, de forma itinerante, observando e orientando os pesquisadores, ajudando na verificação do cumprimento do plano amostral.

**Pesquisadores** – Os pesquisadores foram responsáveis pela aplicação dos instrumentos de coleta e pela transmissão dos dados através de aplicativo de conectividade disponibilizado nos equipamentos de coleta.

**Verificadores de Consistência** – A medida que os pesquisadores realizavam as entrevistas os dados foram transmitidos e analisados em tempo real. Dessa forma, ao longo do período de campo os dados foram submetidos a um processo de crítica e verificação de consistência.

**Sala de Prontidão** – Durante os períodos de realização dos trabalhos de campo, a Prefeitura contou com uma Sala de Prontidão que ficou à disposição da equipe de campo para dirimir dúvidas e prover soluções para os problemas administrativos e operacionais que ocorressem na realização das pesquisas. A Sala de Prontidão fez contatos regulares com as equipes de pesquisadores para checar o andamento da coleta de dados e de verificar possíveis problemas de carregamento das informações junto com a equipe de processamento de dados.

### C. Protocolo de Treinamento

O treinamento da equipe de coleta de dados e supervisão ocorreu no dia 14 de agosto de 2018, com quatro horas de duração. Neste encontro foram repassadas orientações gerais sobre os objetivos da pesquisa, o uso do sistema de coleta de dados e simulações de aplicações dos formulários.

A dinâmica do treinamento seguiu a programação apresentada no quadro a seguir:

#### Programa (protocolo) de treinamento

<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Atividade</i>
1	14h as 14:30 h	Início dos trabalhos com apresentação da equipe. Entrega dos tablets e demais materi
1	14:30 h as 15h	Apresentação dos objetivos da pesquisa e cuidados na abordagem com os come (Apresentação da SECULT/SSA)
1	15h as 15:30h	Introdução ao tablet (configuração e utilização do ODK Colletc)
	15:30h as 15:45h	Intervalo
1	15:45h as 16:30 h	Manuseio dos questionários no tablet: leitura das questões dos formulários e esclare sobre dúvidas na utilização do sistema.
1	16:30 as 17:30	Simulações de aplicação dos formulários.
1	17:30 as 18h	Considerações finais e Encerramento do treinamento.

Após o treinamento, a equipe recebeu o material de coleta e a programação logística para o trabalho.

### D. Material para Coleta de Dados

Para realização do trabalho de campo cada entrevistador recebeu um kit contendo os seguintes itens:

- Manual de Treinamento;
- Crachás e coletes de identificação;
- Tablets, utilizando o sistema ODK Collect v1.13.2 para dispositivos Andriod.

O Open Data Kit (ODK) é um pacote de ferramentas que permite a coleta de dados com dispositivos móveis e o envio de dados para um servidor on-line, mesmo sem conexão com a Internet ou serviço de telefonia celular no momento da coleta dos dados. Criado por desenvolvedores do departamento de Ciência e Engenharia da Computação da Universidade de Washington e membros da Change, o Open Data Kit é um projeto de código aberto disponível para todos.

O detalhamento sobre o uso do sistema, sua configuração e ferramentas podem ser vistos no manual de treinamento.

#### E. Registro Fotográfico - Censo realizado em 14 e 16/08/2018

CENSO - AVENIDA SETE DE SETEMBRO
<p><b>Organizador:</b> DATAMÉTRICA Pesquisa e Consultoria LTDA.</p> <p><b>Contrato nº:</b> 13/2018</p> <p><b>Processo Administrativo:</b> PR-SECULT Nº 302/2018</p> <p><b>Comparação de Preços nº (CP):</b> Nº 01/2018</p>
<p><b>1ª etapa:</b></p> <p><b>Planejamento/Treinamento:</b> Reunião com os representantes da SECULT, para determinar os cruzamentos de dados que serão coletados nas pesquisas de campo e capacitação/ treinamento dos agentes envolvidos.</p> <p><b>Local:</b> Auditório do Hotel Sol Victória Marina</p> <p><b>Data:</b> 14 de agosto de 2018</p> <p><b>2ª etapa:</b></p> <p><b>Realização do Censo/ Pesquisa com os ambulantes:</b> Coleta de dados dos ambulantes licenciados e não licenciados, localizados na via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende a Casa D'Itália e a Praça Castro Alves</p> <p><b>Local:</b> Av. Sete de Setembro, no trecho que compreende da Casa D'Itália à Praça Castro Alves.</p> <p><b>Data:</b> 16 de agosto de 2018</p>
<p><b>Objeto:</b> Pesquisa para realização do Censo socioeconômico dos ambulantes localizados na via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende da Casa D'Itália à Praça Castro Alves, com recursos oriundos do Contrato de Empréstimo nº 3682/OC-BR, celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.</p>

**Meta:** Realizar Censo socioeconômico dos ambulantes da via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende da casa D'Itália à Praça Castro Alves.

**1ª etapa: Planejamento/Treinamento:** Reunião com os representantes da SECULT, para determinar os cruzamentos de dados que serão coletados nas pesquisas de campo e capacitação/ treinamento dos agentes envolvidos.



**1ª etapa: Planejamento/Treinamento:** Reunião com os representantes da SECULT, para determinar os cruzamentos de dados que serão coletados nas pesquisas de campo e capacitação/ treinamento dos agentes envolvidos.





**2ª etapa: Realização do Censo/ Pesquisa com os ambulantes:** Coleta de dados dos ambulantes licenciados e não licenciados, localizados na via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende a Casa D'Itália e a Praça Castro Alves.



**2ª etapa: Realização do Censo/ Pesquisa com os ambulantes:** Coleta de dados dos ambulantes licenciados e não licenciados, localizados na via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende a Casa D'Itália e a Praça Castro Alves.





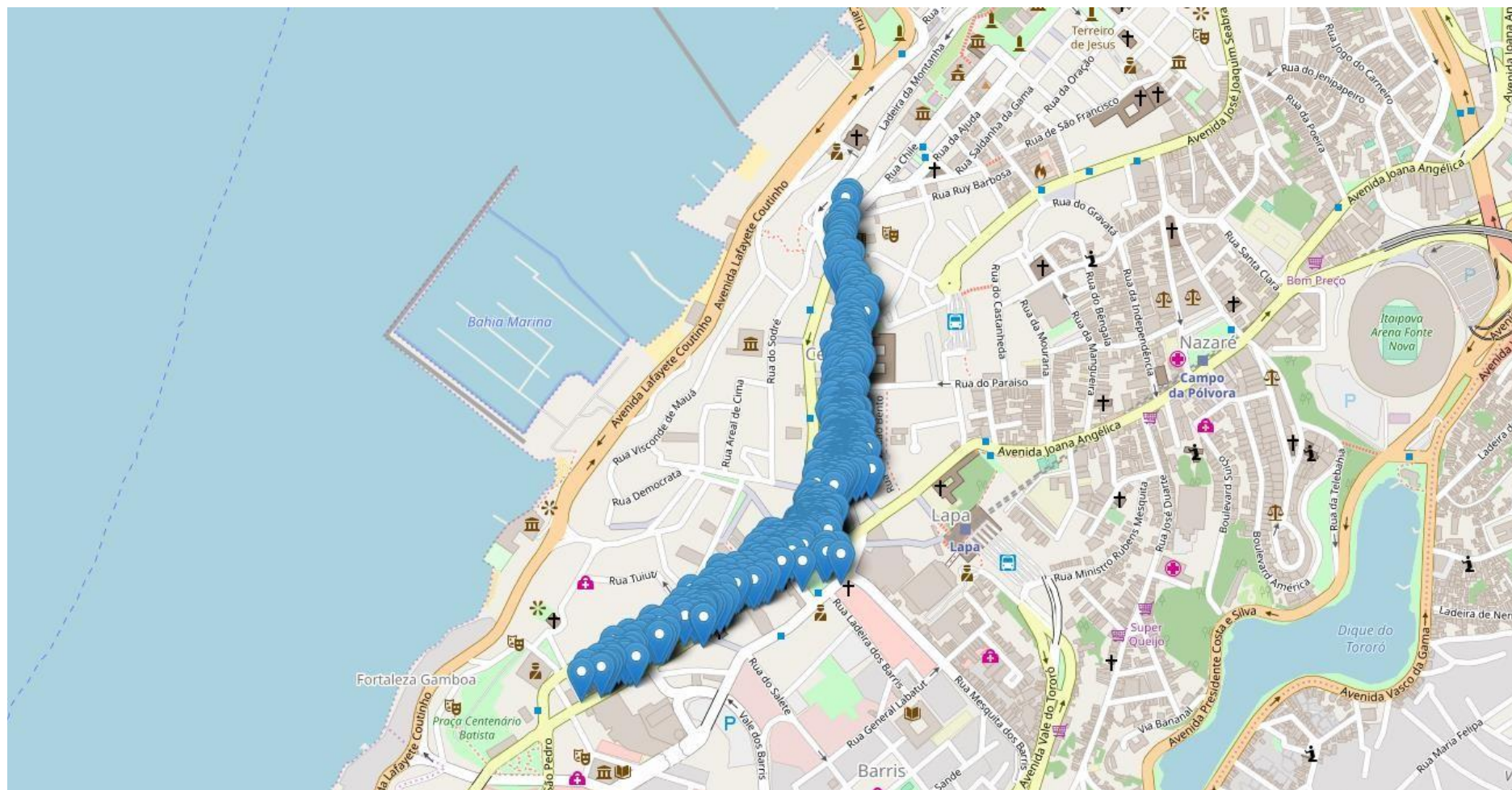
**2ª etapa: Realização do Censo/ Pesquisa com os ambulantes:** Coleta de dados dos ambulantes licenciados e não licenciados, localizados na via principal da Avenida Sete de Setembro, no trecho que compreende a Casa D'Itália e a Praça Castro Alves.



## Anexo 2

### Mapa – Localização da Realização do Censo

Mapa 1: Locais de realização da entrevista





### Mapa 2: Georreferenciamento dos ambulantes entrevistados licenciados









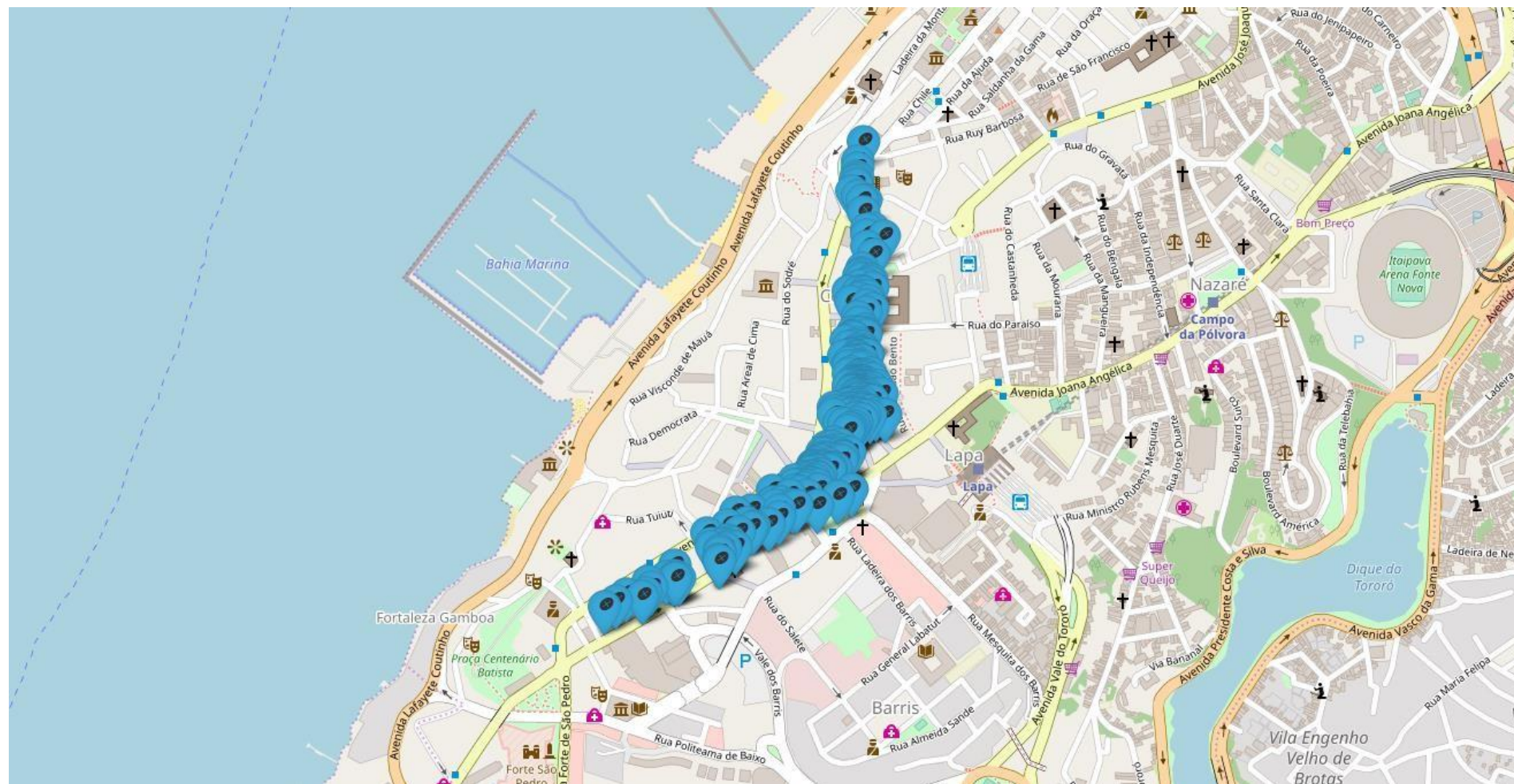




[illegible]



Mapa 7: Georreferenciamento dos ambulantes que trabalham em Barracas/ Bancas/ Tabuleiros



**TOTAL DE AMBULANTES QUE TRABALHAM EM BARRACAS/BANCAS/TABULEIROS: 313**

The map displays the urban layout of Rio de Janeiro, specifically the Lapa and Centro districts. A prominent red line, representing the 'Linha Vermelha', runs vertically through the center of the map, marked with numerous red dots. This line follows the path of Avenida Lafayette Coutinho and Avenida Joana Angélica. Key landmarks and streets are labeled, including the Baía Marina, Forte São Pedro, Praça Centenário Batista, and the Dique do Tororó. The map also shows various other streets and buildings, providing a detailed view of the area's geography and infrastructure.

**TOTAL DE AMBULANTES QUE TRABALHAM EM CARRINHOS DE MÃO: 123**



Mapa 9: Georreferenciamento dos ambulantes que trabalham em gradil.

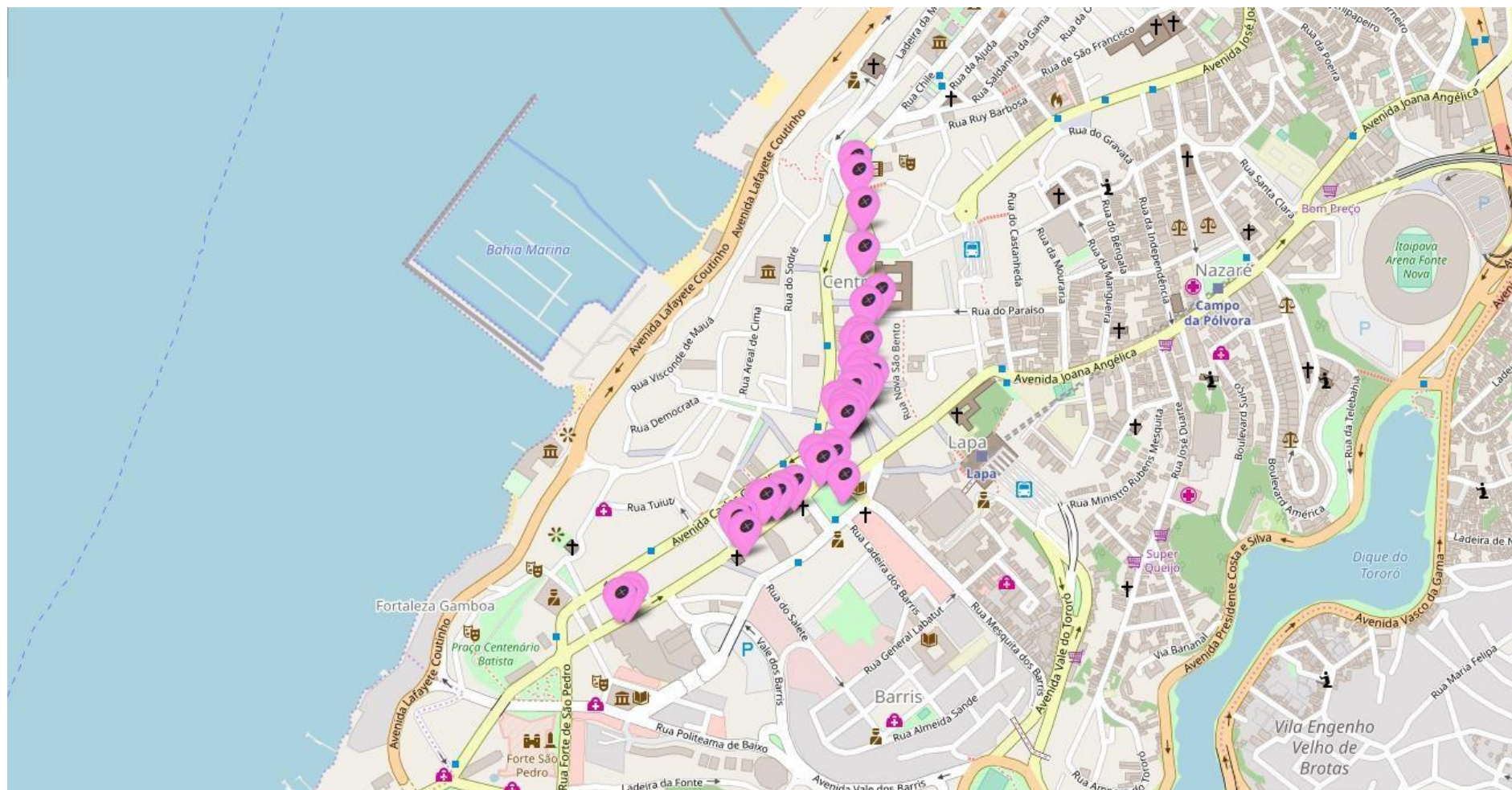


**TOTAL DE AMBULANTES QUE TRABALHAM EM GRADIL: 77**

**TOTAL DE AMBULANTES QUE TRABALHAM EM LONAS/NO CHÃO: 27**



Mapa 11: Georreferenciamento dos ambulantes que trabalham com mercadorias comercializadas em cima de engradados de bebidas ou caixas



**TOTAL DE AMBULANTES QUE TRABALHAM EM ENGRADADOS DE BEBIDAS OU CAIXAS: 43**

A detailed map of Rio de Janeiro, Brazil, showing the Lapa neighborhood. The map highlights the study area with several black pins. Key landmarks include the Bay of Maracanã (Baía Maracanã) to the west, the Lapa neighborhood (Lapa) in the center, and the city center (Centro) to the east. The map also shows the Avenida Carlos Gomes and the Avenida da República. The study area is located near the intersection of Avenida Carlos Gomes and Avenida da República, close to the Lapa neighborhood and the city center.



## Anexo 3

### Reunião com as Lideranças dos Ambulantes

Dia 10/11/2017

- Convite – Foi realizado por contato verbal e mensagens
- Fotos



- Lista de Presença

**PRODETUR**

Secretaria de  
Gestão e Trabalho

**ASSUNTO:** Alinhamento com lideranças p/ 2º eq. Av 7

**DATA:** 10/11/17

**LOCAL:** SECLUT

**HORÁRIO:** 15h

**LISTA DE PRESENÇA**

Nome / Cargo	Órgão	Telefone	E-mail
Letícia Z Andrade	SECLUT	(41) 3202-7809	leticiaandrade@seclut.br
José Giovanni S. Amorim	ASSINHAM	71 91230610	Torres.Silva@assinhm.com
Cristina Pragon	BHS	71 33383244	Cristina.pragon@hotmail.com
Simone Costa	SECUR	71 951162823	simonecosta@secur.br
Alana do Carmo Tralho de Lira	EMS	(71) 99958-9116	alanaoficial@uol.com.br
José Roberto dos Santos	ASSINHAM	(71) 9-352-342	Roberto@assinhm.com
Adriano da Silva Silveira	SINABRDE	71 26462511	adriano@sinabrade.com
Adriano da Silva Silveira	SIND BAP	71 85168575	AdrianoSilveira@sinabrade.com
Adriano da Silva Silveira	SEMOP	9199235-862	AdrianoSilveira@semop.com

## Anexo 4

### Reunião com os Lojistas da Avenida Sete de Setembro

Realizada dia 13/12/2017 - na sede do CDL

- Convite



#### CONVITE

A Prefeitura Municipal de Salvador, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Salvador e a Câmara de Dirigentes Lojistas convidam V. Sa. para participar do processo de elaboração do **Plano de Convivência com a Obra da Avenida Sete de Setembro e Praça Castro Alves**, reagendado para a quarta – feira, **dia 13 de dezembro de 2017, às 16:00 horas**, na sede da CDL, situada na Rua Carlos Gomes, 1063, Aflitos.



- Fotos





## **Anexo 5**

**Cópia do Acordo estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Salvador e as Entidades Representantes do Comércio Informal / Ambulantes atuantes na Região de Influência da Avenida Sete de Setembro, em 16/05/2017**



Data : 16/05/2017

Origem : DSEP/SEMOP

Destino : GABINETE/SEMOP

Assunto: PLANO DE AÇÃO DE REORDENAMENTO DA AVENIDA 07 DE SETEMBRO,  
JOANA ANGÉLICA E CARLOS GOMES.

Considerando a grande e urgente necessidade da ordenamento do comércio da Rua na Avenida 07 de Setembro e logradouros adjacentes, incluindo Avenida Joana Angélica e Avenida Carlos Gomes; a DSEP/SEMOP se reuniu com todas as lideranças dos comerciantes de Rua locais, buscando uma solução harmoniosa.

Foram realizadas reuniões e vistorias das equipes da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização – CLF/DSEP/SEMOP em todos os pontos da Avenida 07 de Setembro.

Foi informado e solicitado, conforme planilha anexa, pelos representantes dos comerciantes de rua, para cada rua, a situação dos ambulantes, equipamentos e necessidades.

Abaixo estão os dados por rua, levantados pela equipe SEMOP com apoio das lideranças dos comerciantes ambulantes locais:

**1. RUA JUNQUEIRA AIRES (próximo a Igreja):**

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 40 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 29 trabalham no local;
  - 38 em atividades diversas;
  - 01 carrinho de coco;
  - 01 baiana de acarajé;
- 32 ambulantes com **PROTOCOLO** (pedido de licenciamento), sendo:
  - 13 em atividades diversas;
  - 01 carrinho de hot-dog;
  - 01 carrinho de milho;
- 01 banca de fruta, **SEM licença ou protocolo**, atualmente na sinaleira, na faixa de pedestre, local inviável;
- Há TAC (Termo de Ajuste de Conduta) assinado com o Ministério Público proibindo ambulantes no local;
- Precisa da intervenção da TRANSALVADOR com disciplinadores;
- Não há cobertura e não é viável ter;
- As **ASSOCIAÇÕES** pedem:
  - barracas novas: 53 comuns mais 01 de fruta;
  - informam que o limite máximo é de 53 ambulantes;

**2. RUA DIREITA DA PIEDADE (em frente ao Bradesco):**

- Não é área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 12 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 03 carrinhos de coco;
  - 01 carrinho de lanche;
  - 01 carrinho de hot-dog;
  - 01 baiana de acarajé licenciada, na praçinha;



- 28 ambulantes com **PROTOCOLO**, com barracas padronizadas;
- ✓ Há TAC com o MP proibindo ambulantes no local;
- ✓ Não há cobertura e não é viável ter;
- ✓ As ASSOCIAÇÕES pedem:
  - Não há pedidos;
  - informam que o limite máximo é de 28 ambulantes;

### 3. RUA COQUEIROS DA PIEDADE:

#### Parte entre OAB e o Shop. LAPA:

- ✓ 140 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 102 trabalham no local;
  - 01 carrinho de coco;
  - 01 carrinho de milho;
  - 01 baiana de acarajé;
  - 20 ambulantes com **PROTOCOLO**, em atividades diversas, usando tabuleiro;
- ✓ As ASSOCIAÇÕES:
  - Sugerem para os ambulantes com protocolos, que usam tabuleiros, por faltar espaço, passarem a usar telas com sombreiros;
  - Pedem manutenção na cobertura com prolongamento até as paredes;
  - informam que o limite máximo é de 114 ambulantes com barracas mais 20 ambulantes com tabuleiros;

#### Parte da entrada da LAPA:

- ✓ 30 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme fiscalização, sendo:
  - 18 lado esquerdo trabalhando no local com barracas padrão;
  - 12 lado direito trabalhando no local com barracas padrão;
- ✓ 18 ambulantes com **PROTOCOLO**, em atividades diversas, e serão licenciados para equipamento tela/mostruário padrão (1,20m x 0,80m) com sombreiro azul padrão;
- ✓ As ASSOCIAÇÕES:
  - informam que há apenas 30 ambulantes exercendo de fato as atividades no local;
  - informam que o limite máximo é de 30 ambulantes;
  - pedem construção de cobertura;

### 4. RUA 21 DE ABRIL (Rua das frutas):

- ✓ É área ordenada/roteada, conforme sistema SGCI;
- ✓ 26 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 03 em atividades diversas;
  - 23 em atividade fruta;
- ✓ 53 ambulantes com **PROTOCOLO**;
- ✓ Não há cobertura;
- ✓ As ASSOCIAÇÕES:
  - informam que há 73 ambulantes de fruta, mas 20 destes irão para Rua Nova de São Bento;
  - pedem barracas novas: 73 de fruta;
  - instalação de cobertura;
  - pedem delimitação da área;
  - pedem reforma no piso;
  - informam que o limite máximo é de 53 ambulantes;

### 5. RUA NOVA DE SÃO BENTO:

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 104 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 28 trabalham no local;
  - 76 ambulantes não estão no local;
  - 01 baiana de acarajé, não está no local;
  - 01 carrinho de churros;
  - 02 carrinhos de coco;
  - 02 carrinhos de hot-dog, não estão no local;
  - 02 carrinhos de lanche, não estão no local;
- 14 ambulantes com **PROTOCOLO**, em atividades diversas;
- Há cobertura bem conservada;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem que 20 barracas de frutas migrem para esta rua, vindos da Rua 21 de Abril;
  - pedem delimitação da área;
  - informam que o limite máximo é de 116 ambulantes;

### 6. PRAÇA BARÃO RIO BRANCO (Relógio de São Pedro, Rua 21 de Abril):

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 78 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 02 carrinhos de coco;
  - 01 carrinho de hot-dog;
  - 01 tabuleiro de mingau;
  - 03 baianas de acarajé;
- 15 ambulantes com **PROTOCOLO**, em atividades diversas; sendo:
  - 01 carrinho de beijú;
  - 01 tabuleiro de mingau;
- Não há cobertura;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem construção de cobertura, baseado em acordo com o prefeito na primeira gestão;
  - pedem delimitação da área;
  - informam que o limite máximo ideal são 78 ambulantes;
  - informam que todos os 78 ambulantes possuem barracas padronizadas;

### 7. RUA 11 DE JUNHO:

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 31 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, sendo:
  - 13 trabalham no local, com barracas desmontáveis novas, de diversos;
- 02 ambulantes com **PROTOCOLO**, em atividades diversas;
- Há cobertura;
- Há presença de CD's e DVD's piratas;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem manutenção na cobertura;
  - informam que o limite máximo é de 13 ambulantes;

### 8. BECO MARIA PAZ (Rua do vestuário):

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 30 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI;
- 11 ambulantes com **PROTOCOLO**;
- Precisa de intervenção da TRANSALVADOR com disciplinadores;
- Há cobertura, mas precisa de manutenção;
- As ASSOCIAÇÕES:

- pedem barracas novas: 41 no padrão para fruta, por ser melhor para expor roupas;
- informam que o limite máximo é de 41 ambulantes;
- pedem manutenção na cobertura, incluindo prolongamento até a parede protegendo da chuva;

#### 9. RUA PORTÃO DA PIEDADE:

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 57 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, com 55 ambulantes presentes no local;
- 25 ambulantes com **PROTOCOLO**;
- Há cobertura deteriorada;
- As **ASSOCIAÇÕES**:
  - informam que há 82 ambulantes com barracas padronizadas;
  - informam que o limite máximo é de 82 ambulantes;

#### 10. RUA DO CABEÇA – Parte A (Av. Seta):

- 65 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, lançado neste na parte Centro, sendo:
  - 39 ambulantes trabalham no local, com barracas padronizadas;
  - 05 ambulantes com **PROTOCOLO**;
- Precisa da intervenção da TRANSALVADOR com disciplinadores;
- Há cobertura, mas precisa de manutenção;
- As **ASSOCIAÇÕES**:
  - Informam o limite máximo é de 44 ambulantes;
  - Pedem reforma na cobertura;

#### 11. RUA DO CABEÇA – Parte B (Av. Carlos Gomes):

- 12 ambulantes **LICENCIADOS**, sendo:
  - 12 trabalham no local;
  - 08 em atividades diversas;
  - 03 carrinho de coco;
  - 01 carrinho de milho;
- 20 ambulantes com **PROTOCOLO**, sendo a maioria para atividade fruta;
- Precisa da intervenção da TRANSALVADOR com disciplinadores;
- Não há cobertura;
- As **ASSOCIAÇÕES**:
  - pedem barracas novas: 18 padrão para fruta;
  - pedem delimitação da área;
  - construção de cobertura;
  - o limite máximo é de 18 ambulantes;

#### 12. RUA BECO DO MUCAMBINHO:

- 19 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, mas apenas 04 no local;
- Precisa da intervenção da TRANSALVADOR com disciplinadores;
- Há cobertura, mas precisa de manutenção;
- As **ASSOCIAÇÕES**:
  - informam que há espaço para mais, mas os ambulantes não se interessam;
  - informam que o limite máximo é de 15 ambulantes;

#### 13. RUA DA FORÇA:

- 72 ambulantes **LICENCIADOS**, com barracas padronizadas, sendo:



- 01 banca de chapa, lançada na Carlos Gomes;
- Precisa da intervenção da TRANSALVADOR com disciplinadores;
- Há cobertura, mas precisa de manutenção;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem reforma na cobertura;
  - informam que o limite máximo é de 72 ambulantes;

#### 14. RUA LARGO DO ROSÁRIO:

- 22 ambulantes LICENCIADOS, com barracas padronizadas, mas apenas 14 no local;
- Há cobertura deteriorada - URGENTE;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem reforma na cobertura;
  - pedem reforma no piso, nivelamento;
  - informam que o limite máximo é de 22 ambulantes;

#### 15. RUA 24 DE FEVEREIRO (descida para LAPA):

- 50 ambulantes LICENCIADOS, com barracas padronizadas;
- Há cobertura, mas precisa de manutenção;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem reforma na cobertura;
  - informam que o limite máximo é de 50 ambulantes;

#### 16. PRAÇA CARNEIRO RIBEIRO (lateral do Colégio Central):

- É área ordenada/loteada, conforme sistema SGCI;
- 34 ambulantes LICENCIADOS, com barracas padronizadas:
  - 01 carrinho de coco;
  - 02 carrinhos de hot-dog;
  - 02 bancas de chapa;
  - 01 carrinho de pipoca;
  - 01 barraca de doces;
  - 02 barracas de frutas;
- 15 ambulantes com PROTOCOLO, em atividades diversas;
- Há cobertura, mas precisa de manutenção;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem 15 barracas padrão comum;
  - informam que o limite máximo é de 49 ambulantes;
  - pedem URGENTE solução para o calor, levantar cobertura;

#### 17. RUA CLÓVIS SPÍNOLA (CEF Mercês):

- 22 ambulantes LICENCIADOS, conforme SGCI, sendo:
  - 11 na lateral da CEF;
  - 11 no Centro;
- Não há cobertura, não é viável ter;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - pedem barracas novas: 15 padrão fruta;
  - pedem reforma no piso;
  - informam que o limite máximo é de 22 ambulantes;

#### 18. BECO DA QUEBRANÇA:

- 04 ambulantes LICENCIADOS, com barracas padronizadas;
- Não há cobertura;

- As ASSOCIAÇÕES:
  - Informam que o limite máximo é de 04 ambulantes;
  - Não há pedidos;

**19. RUA SALVADOR PIRES (Beco do SEBRAE):**

- 06 ambulantes **LICENCIADOS**, conforme SGCI, mas só há 02 no local;
- Não há cobertura;
- As ASSOCIAÇÕES:
  - Não há pedidos;
  - Informam que o limite máximo é de 06 ambulantes;

**Considerações finais:**

- Colocar grades de proteção em todas as lâmpadas para evitar furtos;
- Todas as coberturas favorecem ao calor, por isso é necessário instalação de clarabóias;
- Revisar iluminação de todas as ruas, especialmente onde há coberturas;
- Necessário prolongamento até as paredes para todas as coberturas;
- As ASSOCIAÇÕES podem dividir as dívidas anuais em 04 parcelas;
- O PRAZO para os cadastrados retornarem aos seus locais será de 10 dias seguidos após o início do ordenamento;

**O reordenamento ocorrerá:**

- Com compromisso imediato, neste ato, de todos os comerciantes da rua, por seus líderes, de todas as ruas citadas, de respeitar as normas públicas que regem o comércio informal;
- Após iniciar a execução deste plano de ação, a fiscalização ocorrerá com rigor da lei coibindo as irregularidades;
- As dívidas do período onde a cobrança era feita anualmente, serão divididas no máximo de 4 parcelas por ano;

**Após considerações FICOU AJUSTADO:**

1. O quantitativo verificado e registrado nesta ata em cada item/rua servirá de parâmetro para a manutenção ou novos cadastros para contemplação do número máximo possível após análise técnica considerar: o espaço físico disponível, mobilidade, negócios formais com a mesma atividade, estética e interesse público, tudo conforme a lei;
2. Além das considerações acima, a manutenção dos cadastros ou novos cadastramentos obedecerão a seguinte ordem de prioridade:

- 1º) Cadastrados, trabalhando, no local, pagamento em dia;
- 2º) Cadastrados, trabalhando, no local, pagamento em atraso;
- 3º) Cadastrados, trabalhando, fora do local, pagamento em dia;
- 4º) Cadastrados, trabalhando, fora do local, pagamento em atraso;
- 5º) Protocolos com deferimento, sendo a data de protocolo para critério de desempate;
- 6º) Protocolos, sem decisão, sendo a data de protocolo para desempate;
- 7º) Protocolos indeferidos, sendo a data de protocolo para desempate;
- 8º) Sem licença ou protocolo, trabalhando, no local, se houver vaga após análise acima.

OBS: todos os ambulantes que trabalham no local, comprovadamente há muitos anos, terão prioridade no cadastramento no lugar dos licenciados que abandonaram ao ponto.

A cópia desta ata assinada foi entregue no ato a todos os participantes abaixo listados e ficam desde já cientes e comprometidos:

1. Marcus Vinícius Passos – Secretário da SEMOP: \_\_\_\_\_

2. Adriano Silveira – Diretor de Serviços Públicos da SEMOP: \_\_\_\_\_

3. Valmir Gama – Assessor/DSEP/SEMOP: \_\_\_\_\_

4. Glauco Bastos – Coordenador/CLF/DSEP/SEMOP: Glauco Bastos

5. Valdemiro Dias – Chefe/SEFAL/CLF/DSEP/SEMOP: Valdemiro Dias

6. Paulo Cristiano Caldeira – Assessor/GABINETE/SEMOP: Paulo

7. Marcelo Santos Ferraz – Assessor/GABINETE/SEMOP: Marcelo

8. Paulo Marques – Diretor da ASFAERP: \_\_\_\_\_

9. Jackson Ferreira – Diretor da ASFAERP: \_\_\_\_\_

10. Marcos Luiz (Cazuza) - Diretor da ASFAERP: \_\_\_\_\_

11. José Carlos - Diretor da ASFAERP: \_\_\_\_\_

12. Jeferson de Souza Lima – Diretor da ASFAERP: Jeferson de Souza Lima

13. Valmir Fonseca – Presidente da ASSIDVAM: Valmir Fonseca

14. Jorge Eduardo S. Marques – Diretor Financeiro da ASSIDVAM: \_\_\_\_\_

15. Adriano Jesus dos Santos – Diretor da ASSIDVAM: \_\_\_\_\_

16. Rosemário da Silva Lopes – Diretor da ASSIDVAM: Rosemário da Silva Lopes

17. Antonio Carlos Gama – Diretor da ASSINFORMAL: \_\_\_\_\_

18. Jussara Coelho Reis – Diretor da ASSINFORMAL: \_\_\_\_\_



## **Anexo 6**

**Decreto no 12.016 de 12998 que dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências**

Decreto nº 12.016 de 08 de Junho de 1998.

Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - A Autorização de Uso de logradouro público para exploração de atividades informais de comércio ambulante e de prestação de serviços, exercidas por Vendedores Ambulantes e Prestadores de Serviços, será outorgado à pessoa física, a título precário, em caráter pessoal e intransferível, em conformidade com as normas estabelecidas no presente Decreto, respeitadas as demais disposições incidentes.

Parágrafo único - No caso de morte do titular, poderá ser liberada nova Autorização para o herdeiro legalmente habilitado, ressalvado, em qualquer hipótese, o interesse público para efeito da outorga.

Art. 2º -O pedido inicial de Autorização será feita através de requerimento próprio, dirigido à Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP, instruído com os seguintes elementos:

I. documento de identidade;

II. comprovante de residência;

III. carteira de saúde, para aqueles que pretendam comercializar produtos alimentícios;

IV. indicação da atividade a ser desenvolvida, produto ou serviço a ser comercializado, identificação do equipamento e indicação do trajeto ou ponto fixo de comércio;

V. 02 (duas) fotos 5x7.

1º - A Autorização será concedida observando-se a ordem cronológica de

entrada dos requerimentos, avaliação técnica do setor competente da SEMOP e comprovação de pagamento de taxa e preços públicos municipais.

2º - A instalação do equipamento somente será permitida após a expedição da competente Autorização de Uso e deverá ser efetivada dentro do prazo de 72 horas, contadas a partir da expedição do respectivo Alvará.

3º - A Autorização outorgada não habilita o titular para o exercício da atividade durante os períodos previstos no Calendário de Festas Populares do Município, que observarão normas específicas da SEMOP.

Art. 3º - A renovação da Autorização será feita anualmente, na época própria, dispensada a formalidade do requerimento, mediante apresentação do Documento de Arrecadação Municipal DAM, devidamente quitado.

Art. 4º - As hipóteses de isenção do pagamento de taxa estão estabelecidas no Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador e, por analogia, serão estendidas aos preços públicos.

Art. 5º - A exploração de atividades informais de comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos, em ponto fixo ou na modalidade circulante, serão permitidas, exclusivamente, à pessoa física, vedando-se a exploração de mais de um equipamento por uma mesma pessoa, ainda que em lugares distintos.

Art. 6º - As atividades informais referidas neste Decreto somente poderão ser exercidas com os seguintes equipamentos, facultado à SEMOP decidir pela adoção de modelos padronizados:

I. Banca desmontável com dimensões de até 1,05x0,80m;

II. Tabuleiro com dimensões de até 1,20x0,60m;

III. Equipamento móvel, sobre rodas, movido à tração humana ou tipo reboque, com dimensões máxima de 0,95x1,35m;

IV. Recipiente tipo mala com tampa, com dimensões máxima de 0,80x0,50m;

V. Isopor, com alça, com capacidade para 50 litros;

VI. Mostruário ou cruzela, com dimensões máximas de 0,80x1,20m;

VII. Cantimplora;

VIII. Cestos de vime e / ou garrafas térmicas;

IX. Pequenos recipientes, com capacidade para 30 litros;

X. Cadeira de engraxate;

XI. Máquina fotográfica tipo lambe-lambe;

XII. Máquina com esmeril tipo amolador de facas, tesouras, alicates,  
Parágrafo único - A utilização de qualquer outro tipo de equipamento para exercício de atividade de comércio ambulante ou de prestação de serviços dependerá de expressa autorização da SEMOP.

Art. 7º - Portaria da SEMOP definirá os logradouros públicos onde se admitirá a prática de atividade informais de comércio ambulante e de prestação de serviços, bem como numero máximo de equipamentos.

Parágrafo único - Na definição dos logradouros públicos, pela SEMOP, serão considerados os seguintes aspectos:

I. Fluxo de pessoas que favoreça o exercício da atividade;

II. Espaço livre para instalação do equipamento e mercadorias;

III. Livre circulação de pedestre e veículos.

Art. 8º - O exercício de atividades informais de comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos poderão funcionar durante todos os dias da semana, dentro do horário fixado no Alvará de Autorização.

Art. 9º - É expressamente vedado o exercício de atividades informais de comércio ambulante e de prestações de serviços nos seguintes locais:

I. a mesmos de 10m(dez metros) de semáforos, dos pontos e terminais de transportes coletivos, rampas de acesso e descida de passarelas e viadutos.

II. Em frente a portões de entrada e saída de veículos;

III. Em áreas que possam perturbar a visão dos condutores de veículos;

IV. Em locais que comprometam a estética urbana, histórica, paisagística, a higiene, a preservação do meio ambiente, a tranquilidade pública e a segurança da população;

V. a menos de 10m dos portões de acesso à estabelecimentos de ensino, bancário, repartições públicas e prédios residências, salvo quando expressamente autorizadas pelos diretores das respectivas entidades;

VI. A menos de 20m(vinte metros) de estabelecimentos que desenvolvam o mesmo tipo de atividade no campo formal.

Parágrafo único - A SEMOP poderá alterar, a qualquer momento, a localização dos vendedores ou prestadores de serviços, caso o funcionamento da atividade se torne prejudicial a circulação de pedestre, trânsito de veículos, à estética dos logradouros públicos ou por outros motivos considerados de interesse público, devidamente fundamentado.

Art. 10 - Em nenhuma hipótese será permitido o comércio ambulante e a prestação de serviços nas seguintes condições:

- I. com mercadorias no chão, espalhadas sobre lonas, plásticos e papelões;
- II. Penduradas em grades ou em cordas tipo varal;
- III. Em carrinho de mão;
- IV. Em barracas ou bancas com cobertura tipo sombreiro;
- V. Em faixas de pedestres e em passarelas;

VI. Em interior de equipamentos de transporte coletivo.

Art. 11 - Não será permitida a comercialização, pelo Vendedor Ambulante, de:

- I. Bebidas alcoólicas;
- II. Armas, munição, facas e outros objetos considerados perigosos;
- III. Inflamáveis, corrosivos e explosivos;
- IV. Pássaros e outros animais, sendo vedada também a exploração de seus instintos e habilidades sob qualquer forma;

V. Alimento preparado no local exceto cachorro-quente, pipoca, algodão doce, milho e amendoim torrado e cozido;

VI. Quaisquer outros produtos que não os especificados na Autorização, ou que ofereçam perigo a saúde pública ou possa apresentar qualquer inconveniente, bem como aqueles vedados por lei.

Art. 12 - É proibido ao Vendedor Ambulante e ao Prestador de Serviços:

- I. Utilizar qualquer outro tipo de equipamento que não o determinado neste Decreto



II. Colocar mesas e cadeiras em torno do equipamento, com exceção do assento do autorizado, quando for o caso;

III. Exceder os limites do equipamento para exposição dos produtos comercializados;

IV. Utilizar caixotes, tábuas, papelão, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou a área reservada a sua instalação;

V. Utilizar alto falante e /ou congêneres, bem como a exibição de cartazes ou outros meios de publicidade nos equipamentos sem a devida autorização;

VI. Alterar a localização do equipamento sem expressa autorização da SEMOP.

VII. Alterar as especificações técnicas e/ou as dimensões dos equipamentos;

VIII. Transferir, no todo ou em parte, o equipamento ou o Alvará.

Art. 13 Ficam o Vendedor Ambulante e o Prestador de Serviços obrigados a:

I. Manterem em dia o pagamento da taxa e preços públicos correspondentes ao exercício da atividade em logradouros públicos;

II. Comercializarem somente os produtos especificados no alvará de Autorização, dentro dos padrões estabelecidos, exercendo a atividade nos limites do local demarcado e dentro do horário estipulado;

III. Comercializarem produtos em perfeito estado de conservação;

IV. Manterem o equipamento e seu entorno em perfeito estado de conservação higiene e limpeza, recolhendo o lixo em recipiente próprio em local e horário determinado pela LIMPURB;

V. Manterem a higiene pessoal e do vestuário;

VI. Portarem, durante o horário de funcionamento da atividade, o Crachá de Identificação, bem como, quando solicitado pela fiscalização da SEMOP, exibirem o documento de identidade.

Art. 14 A Administração, quando entender conveniente, expedirá Notificação Preliminar, visando alertar ou esclarecer situações relativas a este Decreto, junto ao titular da Autorização.

Art. 15 - O não cumprimento dos dispositivos deste Decreto acarretará ao infrator as seguintes penalidades, que podem ser aplicadas em separado ou cumulativamente, pela mesma infração:

I. Advertência escrita quando da ocorrência da primeira irregularidade cometida, com fixação de prazo de até 3 dias úteis para regularização ou após expedição de Notificação Preliminar;

II. Aplicação de multa;

III. Suspensão da atividade por até 30(trinta) dias, quando da reincidência ou cometimento de outra falta, por ato do titular da CLF;

IV. Apreensão do equipamento e mercadoria;

V. Cassação da Autorização.

1º - São infrações puníveis com multa, aplicada de forma cumulativa, as seguintes:

I. Exercer a atividade sem devida autorização; 40 UFIR s

II. Comercializar produtos outros que não aqueles especificados na Autorização; 25 UFIR s

III. Alterar a localização do equipamento sem autorização da SEMOP; 25 UFIR s

IV. Modificar o modelo padronizado e aprovado pela Prefeitura; 25 UFIR s

V. Fazer uso de caixotes, tábuas, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou área reservada a sua instalação; 25 UFIR s

VI. Utilizar serviços de alto-falante e/ou congêneres, bem como exibir cartazes ou outros meios de publicidade nos equipamentos sem prévia autorização da SEMOP; 15 UFIR s

VII. Deixar de apresentar-se portando o crachá estabelecido pela SEMOP; 15 UFIR s

VIII. Não manter o equipamento ou a área onde o mesmo está instalado em perfeito estado de limpeza; 20 UFIR s

IX. Quaisquer outras infrações que contrariem disposições deste Decreto ou demais normas e posturas municipais vigentes. 15 UFIR s

2º - A apreensão da mercadoria e/ou equipamento ocorrerá quando o Vendedor Ambulante ou Prestador de Serviços transgredir qualquer uma das disposições previstas nos Art. 10 e 11 deste Decreto.

3º - A cassação da Autorização ocorrerá nos seguintes casos:

I. Alteração das especificações técnicas e/ou dimensões do equipamento ou de sua localização;

II. Modificação da atividade comercial autorizada;

III. Não cumprimento, nos prazos estabelecidos, das normas previstas para o exercício legal da atividade;

IV. Cometimento de infrações puníveis com multas por mais de 02 (duas) vezes;

V. Ausentar-se do ponto de comercialização por um período superior a 30 (trinta) dias, em comprovação de motivo justo perante a CLF.

Art. 16 - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 17 - Para liberação do equipamento e da mercadoria apreendidos, o Vendedor Ambulante ou o Prestador de Serviços deverá pagar multa prevista para a infração cometida, bem como atender as exigências estabelecidas na legislação aplicável à matéria, além de cumprir a obrigação de retirar o equipamento no prazo legal.

Parágrafo único - Quando a apreensão recair sobre bens de natureza perecível, será aplicada a norma pertinente contida na Lei 2.455/73, que autoriza a sua doação, após decorrido o prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas.

Art. 18 - As penas de suspensão da atividade e de cassação da Autorização serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurado amplo direito de defesa.

Art. 19 - Das decisões que resultem aplicação de penalidade prevista no caput do Art. 15, cabe ao infrator defesa no prazo de 10 (dez) dias dirigida à CLF, contados do recebimento do ato.

Parágrafo único - As penalidades referidas no caput deste Artigo serão julgadas, em primeira instância, pelo titular da CLF, e, em grau de recurso, desde que apresentado no prazo de 10(dez) dias, contados a a partir da ciência da decisão, pelo Secretario de Ordem Pública.

Art. 20 - Os equipamentos mencionados no Art. 6º deverão ser identificados pela SEMOP, contendo numeração, e o código de atividade e o logradouro onde o mesmo se encontra instalado.

Art. 21 Compete ao titular da SEMOP baixar normas complementares às disposições do presente Decreto, além das relacionadas com modelos padronizados, quantidade de equipamentos e logradouros liberados para os fins deste Decreto, bem como decidir sobre os casos omissos.

Art. 22 As disposições deste Decreto deverão ser aplicadas sem prejuízo das normas contidas no Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24- Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 08 de junho de 1998.

ANTÔNIO IMBASSAHY  
Prefeito

GILDÁSIO ALVES XAVIER  
Secretário Municipal do Governo

RICARDO ANTONIO CAVALCANTI ARAÚJO  
Secretário Municipal de Ordem Pública

## Anexo 7

### Portaria SEMOB Nº 16 DE 06/02/2017

Publicado no DOM em 8 fev 2017

- *Dispõe sobre o exercício de atividades do comércio informal em logradouros públicos, durante o Carnaval 2017 na cidade de Salvador, e dá outras providências.*

A Secretária Municipal De Ordem Pública, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XI, Art. 11, do Regimento da SEMOP, aprovado pelo Decreto nº 23.824/13 e as Leis nº 5.503/1999 e nº 5.504/1999, respectivamente;

Resolve:

Art. 1º A exploração de atividades de comércio informal em logradouros público, através de equipamentos do tipo barraca padronizada pela PMS, KIT, Food Truck, Carro de gelo e Caminhão de Latinha, baianas de acarajé e comércio ambulante em geral, durante o Carnaval 2017, dependerá de autorização da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP.

§ 1º A autorização referida no caput deste artigo será outorgada a título precário e intransferível, podendo ser cassada ou revogada a qualquer momento, a juízo exclusivo da Administração Municipal.

§ 2º A validade da autorização será restrita ao período do Carnaval 2017, encerrando seus efeitos no final do evento.

§ 3º A autorização será concedida à pessoa física, vedando-se o licenciamento de mais de 01 (um) equipamento por pessoa, ainda que para locais diversos, com exceção de carros de gelo e veículo destinados a compra de latinhas descartáveis.

§ 4º Os permissionários de bancas de chapa, localizadas no interior dos circuitos do Carnaval 2017, deverão obter autorização especial emitida pela SEMOP, para comercialização de bebida alcoólica.

§ 5º Os permissionários de boxes, que não possuem atividade de bar/restaurante,

localizados em Mercados Municipais, que estão situados no interior dos circuitos do Carnaval 2017, deverão obter autorização especial emitida pela SEMOP, através da Coordenação de Feiras e Mercados e Núcleos de Abastecimento - CFM, para comercialização de bebida alcoólica.

§ 6º É terminantemente proibido a instalação de qualquer equipamento que não seja aquele licenciado, a exemplo de lonas, placas de qualquer tipo e material, barracas de camping, praia, tendas e outras, bem como mercadorias em via pública, sendo passível de apreensão imediata pela fiscalização § 7º É terminantemente proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Artº 7º, inciso XXXIII, da CF 88.

Art. 2º As inscrições para o exercício de atividades de comércio informal em logradouro público, durante o Carnaval 2017 será realizada em 02 (duas) fases:

a) Primeira Fase - Cadastramento dos ambulantes, barraqueiros, baianas de acarajé, veículos especiais, carros de gelo e caminhão de recolhimento de latinhas que pretendem comercializar nos Circuitos Dodô, Osmar, Batatinha e bairros, que será realizado via internet, no endereço eletrônico. [www.ambulante.salvador.ba.gov.br](http://www.ambulante.salvador.ba.gov.br), no período compreendido entre 12:00 horas do dia 08.02.2017 e 23h59min do dia 10.02.2017.

§ 1º Para a efetivação do cadastramento, o ambulante deverá apresentar os documentos de identidade, CPF e comprovante de residência no dia do licenciamento;

§ 2º Os caminhões de compra de latinhas e carros de gelo, após o cadastramento, deverão comparecer na Rua Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela S/N, Granjas Rurais, Pirajá (Antiga Sede da Revita), entre os dias 17.02.2017 e 20.02.2017, conforme a data do agendamento, no horário de 09:00 às 12:00h, para que o veículo seja medido e seja emitida uma ficha de controle, que deverá ser entregue no setor de licenciamento para efetivação do mesmo.

§ 3º O preço público cobrado para os carros de gelo e caminhões de compra de latinha será calculado tendo por base o tamanho do veículo e os dias que ocupará o logradouro público;

b) Segunda fase: Licenciamento - após o cadastramento, o ambulante comparece no local e na data indicada na ficha de cadastramento, que obedecerá ao cronograma especificado



no anexo I desta portaria, para a escolha do lote e pagamento do DAM (Documento de Arrecadação Municipal), que após pago receberá o carimbo de validação da autorização, caso contrário à autorização será cancelada e o lote disponibilizado para outro requerente. Nessa fase, o ambulante deverá apresentar os documentos relacionados abaixo:

I - Documento de Identidade;

II - CPF;

III - Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (para atividades que haverá manipulação de alimentos);

IV - Comprovante de Residência;

V - Cópia de laudo médico ou documento de comprovação de deficiência (para portadores de necessidades especiais);

VI - Ficha de cadastramento;

VII - CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do ano em exercício (para veículos);

VIII - Ficha de controle de veículos, emitida pela CSD (para carros de gelo e caminhões de recolhimento de latinha)

IX - Certificado do curso.

§ 1º Não haverá prorrogação dos prazos de pagamento do DAM.

Art. 3º Somente o próprio requerente que fez o cadastramento poderá comparecer no dia marcado para ser licenciado.

Art. 4º Somente as baianas de acarajé licenciadas pela SEMOP poderão obter autorização para o Carnaval 2017.

Art. 5º A instalação de qualquer equipamento somente será permitida após demarcação física das áreas e expedição da autorização, obedecidos aos locais determinados, datas estabelecidas no calendário e mediante comprovação de pagamento do preço público devido, definidos de acordo com os tipos e dimensões dos equipamentos e atividades, conforme constam no Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. Os encargos de instalações, montagem, desmontagem e manutenção, são de responsabilidade de cada autorizado, a exceção das barracas padronizadas dos circuitos Dodô e Osmar que poderão ser assumidos pela PMS/SEMOP.

Art. 6º Os equipamentos de comércio informal utilizados pelos ambulantes, durante o Carnaval 2017, somente poderão ser instalados a partir de 17:00 horas da terça-feira, dia 21.02.2017, e retirados na quarta-feira de cinzas, dia 01.03.2017, até as 10:00 horas, o descumprimento acarretará na apreensão do equipamento e mercadorias.

Art. 7º É de responsabilidade exclusiva de cada autorizado, requerer à concessionária de energia elétrica o respectivo fornecimento, arcando com todos os custos decorrentes.

Parágrafo único. A utilização irregular de energia elétrica pelo autorizado implicará na imediata interdição do equipamento, independente das demais cominações legais que se apliquem a tais práticas irregulares.

Art. 8º O Permissionário de barraca fica obrigado ao pagamento da taxa anual do Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais - FEASPOL, de acordo com a Lei Estadual nº 7753, de 13 de dezembro de 2000, Anexo I, item 1.03.06.05.

Art. 9º Não será permitida a instalação de equipamentos fora dos locais demarcados e determinados pela SEMOP, cujas plantas ficarão disponíveis para consulta na Secretaria, durante o período de licenciamento.

Art. 10. Para o Carnaval 2017, o comércio ambulante em geral será permitido exclusivamente nos logradouros públicos, limitando-se às localizações definidas no Anexo III desta Portaria e quantidades determinadas pela SEMOP.

§ 1º O ambulante licenciado para um circuito não poderá em hipótese alguma comercializar em outro circuito.

§ 2º O ambulante licenciado deverá estar padronizado (uniforme e equipamento), com o Dam original e R.G, quando no circuito, caso contrário será passível de apreensão imediata pela apreensão.

Art. 11. O permissionário obriga-se a manter limpa a área ocupada pelo seu equipamento, acondicionando os detritos decorrentes do exercício da atividade em sacos plásticos, para a coleta da LIMPURB.

Art. 12. O autorizado obriga-se a manter os equipamentos utilizados em perfeito estado de uso e conservação, não sendo permitido reparo ou confecção durante os festejos.

Art. 13. Não será permitida, em hipótese alguma, a comercialização de produtos em carros de mão, nem bebidas pré-preparadas artesanalmente (licor, cravinho, príncipe maluco e outras), nem uso de embalagens reaproveitadas e/ou vasilhames de vidro, ficando passível de apreensão imediata pela fiscalização.

Art. 14. É vedada a utilização de caixotes, tábuas, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou a sua área de instalação.

Art. 15. As instalações, equipamentos e utensílios deverão ser apropriados para cada tipo de atividade e mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza.

Art. 16. As bebidas e alimentos deverão ser servidos em copos, pratos, talheres e canudos descartáveis, não sendo permitido o uso de louças, vidros e alumínio.

Parágrafo único. É vedada a reutilização de utensílios descartáveis.

Art. 17. Os comerciantes deverão manter-se devidamente trajados com avental ou guardapó e sapatos fechados, observando o asseio e higiene corporal, incluindo unhas e barbas aparadas, cabelos presos e protegidos por gorro, touca, rede ou boné.

Art. 18. É proibido o contato direto das mãos com o alimento, sendo obrigatório o uso de utensílios (garfos, pegador, colher) ou material específico, como guardanapo de papel.

Parágrafo único. O manipulador de alimentos não poderá manusear dinheiro.

Art. 19. Só será permitido o transporte de alimentos acondicionados em vasilhames de fácil higienização e limpeza, devidamente tampados e vedados, e em temperatura adequada.

§ 1º Fica proibido o transporte de alimentos juntamente com outros produtos, principalmente químicos (gás, gasolina, etc.) e de limpeza, que possam contaminá-los ou adulterá-los.

§ 2º A inobservância ao parágrafo anterior implicará na apreensão e destruição dos alimentos.

Art. 20. Fica proibida a preparação de alimentos em estruturas provisórias (barracas, balcões, áreas de recuo, etc.).

§ 1º Os alimentos a serem comercializados devem ser transportados para o local, devidamente preparados ou pré-preparados, e/ou tratados, acondicionados separadamente em embalagens, protegidos de poeiras, insetos ou contaminação e mantidos continuamente sob-refrigeração ou manutenção a quente (acima de 65°C).

Art. 21. Fica proibida a exposição de alimentos sobre o solo ou jornais, papelão e sacos, bem como o transporte, acondicionamento e armazenamento em sacos de lixo ou sacos coloridos, jornais ou diretamente sobre caixa de papelão, ou outros que possam transferir para os alimentos substâncias contaminadas ou que alterem sua qualidade ou propriedade.

Art. 22. É terminantemente proibida a produção e comercialização de churrasco no espeto de qualquer material, sendo passível de apreensão imediata pela fiscalização.

Art. 23. Só será permitido o comércio de produtos industrializados devidamente rotulados, constando informações sobre o registro no órgão competente, data de fabricação, prazo de validade, lote, composição e demais informações exigidas por lei.

§ 1º Os produtos prontos para consumo, tipo lanche, devem estar embalados de forma individual, devidamente identificados com o nome, ingredientes e datas de preparo.

§ 2º Fica proibida a adição prévia de molhos ou acompanhamentos aos produtos preparados, devendo estes ser disponibilizados em doses individuais (saches).

Art. 24. Todo gelo deverá ser devidamente rotulado e produzido por empresa legalmente habilitada com Alvará Sanitário, ficando o uso do gelo em cubo para acondicionamento em drinks e o gelo escamas, exclusivamente para refrigeração. O gelo em barras não poderá ser comercializado.

Art. 25. Os molhos e salsichas de cachorro quente, prontos para o consumo, devem ser mantidos em aquecimento contínuo (65°C) até o seu consumo ou até o prazo de 6 horas após o preparo, quando então, devem ser descartados. As salsichas cruas devem estar refrigeradas e em sua embalagem original, conforme descrito no Art. 23.

Art. 26. Fica terminantemente proibido o emprego de mão de obra infantil, bem como a presença de crianças acompanhando os pais ou parentes, nos locais de trabalho licenciados por esta SEMOP, em observância a lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

Art. 27. A inobservância às normas contidas nesta portaria implicará nas seguintes sanções abaixo, independentemente da aplicação de multas previstas no Art. 29.

- I - Apreensão do equipamento e/ou mercadorias;
- II - Cassação da autorização;
- III - Descarte sumário de alimentos impróprios ao consumo.

Art. 28. Os bens apreendidos durante o Carnaval 2017 serão conduzidos ao Setor de Guarda de Bens Apreendidos - SEGUB/CSD, devendo o interessado pela retirada proceder da seguinte forma:

- a) Comparecer ao depósito munido de documento de identidade, auto de infração e lacre da apreensão;
- b) Pagar as multas e despesas cabíveis.

§ 1º Os equipamentos e mercadorias apreendidos poderão ser retirados após o encerramento do Carnaval 2017, mediante o pagamento das despesas municipais com o transporte, armazenamento, volume e preço do serviço de expediente.

§ 2º A apreensão de mercadorias de natureza perecível, quando ocorrer, não reclamadas ou retiradas no dia 07.03.2017 (terça-feira) serão doadas às instituições de caridade, lavrando-se o termo de entrega, ou serão eliminadas do consumo, caso estejam em condições inapropriadas.

Art. 29. Constituem infrações puníveis com multa:

ITEM	INFRAÇÃO	MULTA (R\$)
01	INSTALAR O EQUIPAMENTO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO.	158,70
02	INSTALAR O EQUIPAMENTO FORA DO LOCAL DEMARCADO.	158,70
03	UTILIZAR EQUIPAMENTO DIVERSO DO ESPECIFICADO NESTA PORTARIA.	158,70
04	EXCEDER OS LIMITES DA ÁREA DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO.	119,01
05	NÃO ZELAR PELA LIMPEZA DO EQUIPAMENTO OU ÁREA DE TRABALHO.	78,34
06	UTILIZAR COPOS, PRATOS E TALHERES QUE NÃO SEJAM	78,34

	DESCARTÁVEIS.	
07	ACONDICIONAR DE FORMA INADEQUADA OS ALIMENTOS POSTOS À VENDA.	78,34
08	DEIXAR DE PORTAR DOCUMENTO DE IDENTIDADE E DAM QUITADO.	78,34
09	COMERCIALIZAR PRODUTOS DIVERSOS DOS ESPECIFICADOS NA AUTORIZAÇÃO.	119,01
10	COMERCIALIZAR PRODUTOS EM EMBALAGENS DE VIDRO.	119,01

Art. 31. O horário de funcionamento do Setor de Autorização para o Exercício de Atividades em Logradouros Públicos - SEALP, para atendimentos diversos ao licenciamento do carnaval 2017, será de 9:00h as 16:00h

Art. 32. A contar do recebimento do auto de infração, o autuado poderá apresentar a sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado revel, adotando-se o rito previsto no Art. 255 e seguintes da Lei 5.503/1999 (Código de Polícia Administrativa).

Art. 33. Compete a SEMOP e à Vigilância Sanitária/SMS fiscalizarem o cumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria, nas suas respectivas atribuições.

Art. 34. Os casos omissos relativos ao licenciamento do comércio ambulante serão resolvidos em 1ª instância pelo Coordenador de Fiscalização, e em 2ª instância, pela Secretária Municipal de Ordem Pública, nas situações pertinentes a prescrições sanitárias serão resolvidos e em 1ª instância pelo titular da Vigilância Sanitária, e em 2ª instância ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 35. Os casos omissos a esta Portaria atenderão ao disposto no decreto municipal nº 20.505 de 28.12.2009 e na lei 5.5003/1999.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salvador, 06 de fevereiro de 2017.

MARCUS PASSOS

Secretário Municipal de Ordem Pública

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES ALVES

Secretária Municipal de Saúde



# ANEXO I - CRONOGRAMA DE LICENCIAMENTO

	Período de Atendimento	Horário de Atendimento
CADASTRAMENTO	A partir das 12:00 horas do 08.02.2017 até às 23:59 horas do dia 10.02.2017	24 HORAS
LICENCIAMENTO	09.02.2017 a 20.02.2017 (todas atividades conforme agendamento gerado pelo sistema on line de cadastramento inclusive Carnaval de Bairros).	9:00H AS 16:00H
	17.02.2017 e 20.02.2017 (Food Truck, Carros de Gelo, Caminhão de recolhimento de latinha);	9:00H AS 12:00H

## ANEXO II - TRIBUTOS (PSE+TLP+PUB) - CARNAVAL 2017 (Circuito Dodô, Osmar e Batatinha).

TIPO DE EQUIPAMENTO	VALOR (R\$)
BARRACA PADRONIZADA 4,0M X 4,0M	614,28
BARRACA PADRONIZADA 3,0M X 3,0M	345,15
AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (BANCA DE CHAPA: LANCHE, IMPRESSO, CHAVE, ETC.) COM BALCÃO SIMPLES	267,58
AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (BOXES DE MERCADOS MUNICIPAIS) COM BALCÃO SIMPLES	267,58
KIT FAMÍLIA (1 ISOPOR GRANDE + 3 PEQUENOS)	131,73
BAIANA DE ACARAJÉ	73,39
CARRINHOS DIVERSOS (PIPOCA, SORVETE, MINGAU, ÁGUA DE COCO E OUTROS)	131,73
CARRO DE GELO E LATINHA	433,26
FOOD-TRUCK - ATE 5 METROS	1.274,40
FOOD-TRUCK - ATE 10 METROS	1.911,60
FOOD-TRUCK - ACIMA DE 10 METROS	2.548,80

## TRIBUTOS (PSE+TLP+PUB) - CARNAVAL 2017 (Carnaval de Bairros).

TIPO DE EQUIPAMENTO	VALOR (R\$)
BARRACA PADRONIZADA 3,0M X 3,0M	241,60
KIT FAMÍLIA (1 ISOPOR GRANDE + 3 PEQUENOS)	92,21
BAIANA DE ACARAJÉ	51,37
CARRINHOS DIVERSOS (PIPOCA, SORVETE, MINGAU, ÁGUA DE COCO E OUTROS)	92,21
CARRO DE GELO E LATINHA	303,28
FOOD-TRUCK - ATE 5 METROS	892,08
FOOD-TRUCK - ATE 10 METROS	1.338,12

FOOD-TRUCK - ACIMA DE 10 METROS	1.784,16
---------------------------------	----------

ANEXO III - LOGRADOUROS PERMITIDOS PARA COMÉRCIO AMBULANTE -

CARNAVAL

2017.

**CIRCUITO BATATINHA:**

Ladeira da Praça

**Praça Castro Alves**

Praça Municipal

Rua das Vassouras

Rua do Pau da Bandeira

Rua do Tesouro

Rua do Tira Chapéu

Terminal de Ônibus da Sé

Terreiro de Jesus

Viaduto da Sé (Travessa do Tijolo)

**CIRCUITO OSMAR:**

Avenida Araújo Pinho

**Avenida Joana Angélica - trecho entre a saída da Rua Nova de São Bento e a esquina do Gabinete Português de Leitura**

Avenida Reitor Miguel Calmon

Barroquinha

Jardim Suspenso

Ladeira da Conceição

Ladeira da Fonte

Ladeira da Montanha

Ladeira de Santa Tereza

Ladeira dos Aflitos

Largo 2 de Julho

Largo de São Bento

Largo dos Aflitos

Ligação Miguel Calmon

Praça Barão do Rio Branco

Praça da Piedade

Rua 21 de Abril

Rua Aristides Milton (Ladeira da Barroquinha)

Rua Carlos Gomes (atrás do PROCON)

Rua Clóvis Spínola

Rua Coqueiros da Piedade

Rua da Faísca

Rua da Força

Rua Democrata

Rua Direita da Piedade - trecho entre a Secretaria de Segurança Pública e o Politeama

Rua do Cabeça

Rua do Paraíso

Rua do Politeama

Rua do Rosário

Rua do Salete

Rua Gamboa de Cima

Rua João das Botas

Rua Junqueira Ayres

Rua Leovigildo Filgueiras

Rua Marechal Floriano Peixoto

Rua Nova de São Bento

Rua Politeama de Baixo

Rua Politeama de Cima

Rua Portão da Piedade

Rua Ruy Barbosa

Rua São Raimundo

Rua Tuiuti

Travessa Politeama

Vale dos Barris

Viaduto São Raimundo

### **CIRCUITO DODÔ:**

Avenida Ademar de Barros

Avenida Centenário

Avenida Oceânica (Entre a Marinha e a Praça Bahia Sol)

Avenida Oceânica (Faixa de areia do Farol ao Cristo)

Avenida Oceânica (Rua do Posto - Ondina)

### **Avenida Sete de Setembro**

Rua Afonso Celso

Rua Almirante Marques de Leão

Rua Baependi

Rua Casa da Pedra

Rua Dias D'Ávila

Rua do Farol da Barra

Rua Dr. Osvaldo Ribeiro  
Rua Francisco Otaviano  
Rua Guadalajara  
Rua Helvécio C. Ribeiro  
Rua José Meabeau Sampaio  
Rua José Sátiro de Oliveira (Sabino Silva/ Espanhol)  
Rua Lemos de Brito  
Rua Marcos Teixeira  
Rua Miguel Burnier  
Rua Morro do Escravo Miguel  
Rua N  
Rua Nova do Calabar  
Rua Sabino Silva  
Rua Senta Pua  
Travessa Baependi  
Travessa Macapá  
Travessa Marques de Leão

## Anexo 8

14 de agosto de 2017, 19:00

### **Prefeitura debate projeto da Av. Sete com comerciantes locais<sup>8</sup>**

*Foto: Divulgação*



Prefeitura de Salvador realizou reunião com comerciantes da avenida Sete de Setembro

A Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult), realizou uma reunião com comerciantes da Avenida Sete de Setembro, hoje, na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL). O objetivo foi debater o projeto das obras que serão realizadas no local. No próximo encontro, em setembro, serão discutidos os planos de obra e de tráfego. Os estudos arqueológicos estão previstos para serem iniciados em dezembro deste ano; as obras, logo após o carnaval de 2018. Para o gestor da Secult, Claudio Tinoco, o diálogo entre o Executivo, os lojistas e moradores da região é fundamental para a fluidez das intervenções. “Temos um projeto bem definido e estruturado. Já debatido, inclusive, com instituições como o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Embasa e Coelba. A opinião e sugestões das pessoas que lá moram, trabalham e frequentam são indispensáveis para o sucesso da Nova Avenida Sete. Sob a liderança do Prefeito ACM Neto, buscamos transparência e excelência”, avalia Tinoco. Presidente da Federação da CDL, Marco Antoine Towil acredita na eficácia do diálogo com a Prefeitura. “O projeto está maravilhoso, mas talvez precise de ajustes com a população. Acredito que esse documento não é engessado, e, com o passar das reuniões, se for necessário, podemos conseguir algumas alterações”. O projeto prevê ampliação da calçada para 5 metros; a implantação de vala técnica, por onde passarão as fiações de telecomunicações; a criação de três parklet’s – áreas de convivência; nova iluminação; Wi-Fi ao longo de toda a via; acessibilidade; liberação de galerias; e faixa elevada para travessia de pedestres. A Nova Avenida Sete será financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Participaram da reunião, os gestores Almir Melo, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas; Fabrizzio Müller, Superintendência de Trânsito do Salvador; Marcus Passos, da Secretaria Municipal de Ordem Pública; e Tânia Scofield, da Fundação Mário Leal Ferreira.

<sup>8</sup> Texto obtido no site: <http://www.politicalivre.com.br/2017/08/prefeitura-debate-projeto-da-av-sete-com-comerciantes-locais/>

## **Anexo 9**

### **Lições Aprendidas**

Neste anexo apresenta-se as Lições Aprendidas em projetos semelhantes desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Salvador.



## Quadro: Lições Aprendidas

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atenção e cuidado as especificidades de características de cada área a ser intervencionada, adequando o conceito do projeto a área em questão.</li> <li>Realização de reuniões consultivas dos pré-projetos e audiências públicas para a ciência e validação dos mesmos.</li> <li>Criação de uma Comissão de Acompanhamento da obra – no Rio Vermelho. Esta comissão foi uma iniciativa da comunidade e foi abraçada pela PMS. Acompanhou toda a execução da obra com reuniões periódicas com a equipe da PMS, visando ajustes e minimização de conflitos e impactos negativos;</li> <li>Disponibilidade da equipe de elaboração de projetos da PMS, em estar revisando e adaptando os mesmos, sempre que solicitado em função das necessidades pontuadas pela população.</li> <li>No Rio Vermelho houve uma grande participação dos secretários municipais, o que gerou grande credibilidade junto à comunidade e aumento da percepção de estarem sendo ouvidos;</li> <li>Diálogo constante da comunidade com a equipe da PMS (projeto e obra) com participação da população antes, durante e pós obra;</li> <li>Utilização dos meios de comunicação já usados pela população e comunidade local como blogs, jornais locais e redes sociais;</li> <li>Foi criado na obra da “Guerreira Zeferina”, um grande projeto habitacional da PMS, um APLICATIVO com o andamento diário da obra, onde é possível fazer o acompanhamento da obra em tempo real, mandar sugestões, fazer críticas, etc.;</li> <li>Execução da obra em faseamento, minimizando impactos ao comércio e ao cotidiano da população e comunidade local;</li> <li>Compromisso com os prazos de execução da obra e respostas as demandas da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em algumas obras, apesar da comunidade ter sido consultada e informada a respeito das intervenções, não houve uma Comissão de Acompanhamento da obra.</li> <li>Na Barra houve muitos conflitos em função da ausência de diálogo com a comunidade, de consultas e adaptações de projetos necessários. O bloqueio total da área de intervenção também gerou insatisfação da população dos comerciantes, perda de recursos financeiros e inacessibilidade.</li> <li>Em algumas obras, a participação dos Secretários Municipais nas audiências Públicas e/ou nas reuniões pontuais com a comunidade ficou a desejar.</li> <li>Audiências e reuniões muitas vezes com pautas pouco pragmáticas, o que ocasionou falta de foco das discussões e resultados concretos.</li> <li>Comunicação Institucional com a população e a comunidade local ficou muito a cargo da própria população</li> <li>Ausência de profissional com experiência em mediação de conflitos pode facilitar o trabalho e evitar ou atenuar os picos. Essa atuação tem ficado a cargo dos líderes no processo e que gera certos desgastes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A PMS deverá sempre incentivar a criação de Comissões de Acompanhamento de obras, formada por representantes da comunidade local e que acompanhará toda a execução da obra, facilitando o diálogo com a comunidade impactada e pontuando ajustes necessários;</li> <li>Criação de um conselho Comunitário com fórum qualificado;</li> <li>Maior participação dos Secretários nos diálogos com a comunidade, e envolvimento da Prefeitura Bairro;</li> <li>Audiências e reuniões com pautas pragmáticas;</li> <li>Elaborar um Plano de Comunicação, com linguagem de fácil entendimento, explanando o passo a passo do planejamento e andamento da obra;</li> <li>Compartilhar o Planejamento da obra;</li> <li>Usar a grande mídia para informar os trechos bloqueados, os liberados e principalmente que durante a obra a área de intervenção estará em pleno funcionamento (reduzir impacto sobre o comércio local)</li> <li>Executar obra em fase amento, criando trechos de passagens e alternativas de deslocamento e acessibilidade de veículos e transeuntes.</li> <li>Criar uma política que incentive a participação da comunidade nas obras da PMS</li> <li>Presença de mediadores de conflitos pode facilitar o trabalho e evitar ou atenuar os picos de tensões, principalmente em ano eleitoral quando temas político-partidários vêm a tona;</li> <li>Atenção especial para o pós-obra... deve-se pensar desde já nos temas de gestão de serviços municipais a fim de garantir o sucesso da mesma (monitoramento e acompanhamento)</li> <li>Provocar a participação e corresponsabilidade do comércio local na conservação e manutenção do espaço público, criando uma espécie de Comissão de Monitoramento para atuar durante e após a conclusão das obras</li> <li>Atuar de forma integrada com as secretarias relacionadas a área para atuar em conjunto</li> <li>Atenção e cuidado em áreas onde há moradores de rua e ambulantes não credenciados, por exemplo, é necessário um diálogo constante com a participação da secretaria competente, a fim de que se crie um pacto evitando que tais problemas persistam na área já recuperada.</li> </ul>

